

A liturgia: comunicação do mistério da fé



3 A liturgia em
tempos de Francisco
Márcio Pimentel

13 A homilia e sua preparação
segundo o papa Francisco
Jacques Trudel

21 Um espaço para a liturgia
Maria Jeydjane Lunguinho Gomes

27 Leigo: um conceito
em evolução
Jean Poul Hansen

33 Roteiros homiléticos
Zuleica Aparecida Silvano

Sazonal PAULUS 2019

**Com você todos
os dias do ano!**



Calendários

- 1 Parede – Paisagem
- 2 Parede – Santos
- 3 Parede – O Pequeno Príncipe
- 4 Bíblico
- 5 Mesa – Tradicional
- 6 Mesa – Inspiração

Agendas

- 7 Liturgia da Palavra de cada dia
- 8 De Planejamento

Dia a dia com o Evangelho

- 9 Livro
- 10 Capa luxo – Feminina
- 11 Capa luxo – Masculina
- 12 Clássica 1 – Brochura
- 13 Clássica 2 – Brochura
- 14 Floral 1 – Brochura
- 15 Floral 2 – Brochura
- 16 Floral 3 – Luxo capa dura
- 17 Capa Devocional Jesus – Espiral
- 18 Capa Devocional Jesus – Brochura

- 19 Capa Devocional Maria – Espiral
- 20 Capa Devocional Maria – Brochura
- 21 Capa Devocional São Lucas – Espiral
- 22 Capa Devocional São Lucas – Brochura

Dia a dia com a catequese

- 23 Agenda catequética **Novidade**

11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

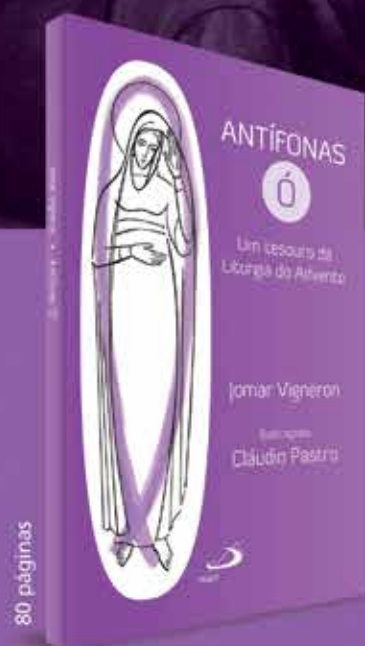
  
@editorapaulus

A nossa palavra é **comunicação!**


PAULUS

Preparem o caminho do Senhor!

Subsídios para celebrar
o Ciclo do Natal



Antífonas Ó

Um tesouro da Liturgia do Advento

Jomar Vigneron

As antífonas Ó são pérolas que compõem o tesouro escondido do Tempo do Advento. Além de serem cantadas para o Magnificat, servem também como versículos de aclamação ao Evangelho nas missas que precedem o Natal. Este livrinho reúne as sete antífonas "Ó", peças de arte únicas da liturgia pré-natalina, preparando nossos corações para a vinda de Nosso Senhor.



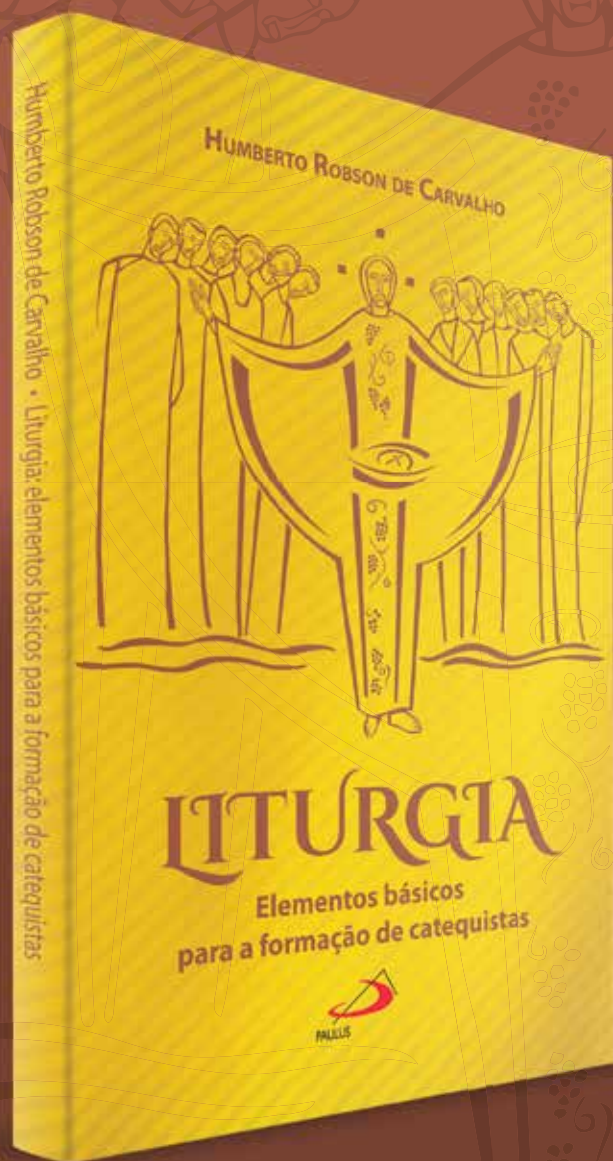
Celebrando o dia do Senhor

Subsídio para celebrações dominicais da
palavra de Deus nas comunidades | Ciclo
do Natal ABC (Advento e Natal)

Com ritos bem desenvolvidos para as celebrações do Tempo do Advento e do Natal, o subsídio foi elaborado para servir como um apoio às equipes na animação das comunidades, que aguardam com alegria o nascimento do Menino Jesus, o Salvador.

CATEQUISTA,

chegou o novo volume da série
dedicada à sua formação!



LITURGIA: ELEMENTOS BÁSICOS PARA A FORMAÇÃO DE CATEQUISTAS

Humberto Robson de Carvalho

Sem liturgia, não há catequese verdadeira. Por isso, a coleção Biblioteca do Catequista traz um novo volume para a sua formação, centrado na importância da ação litúrgica. Nele, o autor convida você a se capacitar e viver profundamente a Sagrada Liturgia da Igreja, abraçando a missão de formar discípulos missionários de Jesus. Confira a novidade na PAULUS Livraria mais próxima ou na nossa loja virtual.

136 páginas

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

Considera-se a premissa de que a liturgia é celebração. Não uma celebração qualquer. É a celebração de um evento salvífico divino. A liturgia cristã é existencialmente teologia, porque é sempre a palavra de Deus conhecida na realidade e que adquire no rito sua dimensão simbólica. Por isso, não se trata de mero espetáculo teatral. Embora seja necessário que cada parte da liturgia (ritos) esteja em harmonia em seus aspectos formais, ela transcende todas as exterioridades, pois é a comunicação do mistério da fé, é o encontro de Deus com a humanidade.

O Concílio Vaticano II considera a liturgia como o “cimo para o qual se dirige a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte donde emana toda a sua força” (SC 10). É na liturgia que se experimenta a ação salvífica de um Deus condescendente, que realiza gratuitamente a santificação humana. A humanidade, por seu turno, ascende respondendo à ação santificadora por meio daquele que é o único mediador, Cristo. Ele é o centro e o cume da liturgia cristã.

A obra da salvação é a encarnação. O Deus invisível em sua ação salvadora se faz visível em Cristo. Essa união se prolonga nos sacramentos. Desse modo, diz-se que os sacramentos são o invisível da salvação tornado visível pelos gestos sacramentais. A obra da salvação, portanto, tem a lógica da encarnação que se manifesta em Cristo, na Igreja e nos sacramentos (gestos da Igreja). Nesse sentido, a *Sacro-sanctum Concilium* assegura que “Cristo está sempre presente em sua Igreja e, especialmente, nas ações litúrgicas” (SC 7).

Em Cristo, portanto, foi comunicada a plenitude do culto divino. É importante ressaltar que o culto divino é algo que Deus nos dá para fazer. Não estamos tentando agradar a Deus. É ele que nos concede adorá-lo e servi-lo. Nada é mérito nosso. Tudo é graça, fruto

de seu projeto salvífico para o nosso bem e nossa salvação.

Disso decorre que sem mistério pascal não se entende a liturgia. Mistério pascal é toda a ação de Deus em nosso favor realizada em Cristo, cuja atualização é feita no *sacrifício eucarístico*. A morte e ressurreição de Jesus são o centro de nossa fé. No mistério pascal, estão inseridos também a ascensão e o pentecostes. Jesus foi ressuscitado pelo Pai, elevado à glória definitiva. O pentecostes, por sua vez, torna público esse mistério, pela ação do Espírito Santo. Assim, a morte e a ressurreição de Jesus atingiram a todos nós, de modo que o conteúdo da liturgia é o mistério pascal. A necessidade da liturgia é a necessidade da encarnação. Mas a expressão *mistério pascal* resume a obra da salvação, uma vez que a obra redentora de Cristo é o mistério pascal.

Assim, a liturgia é a celebração da vida e da fé dos cristãos. De maneira que não se limita a mera definição conceitual, mas requer compromisso efetivo daqueles que participam do mistério que celebram. A liturgia expressa a fé de modo evocativo, poético, simbólico; é arte que enche a vida de sentido e nos inunda do mistério, para além das rubricas, dos manuais frios. A liturgia toca a vida feito um poema que nos arrepia e faz nosso ser estremecer. A liturgia nos arranca da letargia e nos eleva, nos levanta, nos ressuscita. Ela possibilita, já aqui na terra, que os homens e mulheres que louvam o nome de Deus saboreiem o gosto das alegrias eternas. Na liturgia, o primeiro a atuar é Deus. Isso significa a prioridade da graça. Deus se dignou a descer até nós. Porque Deus se aproximou, nós podemos nos aproximar dele.

Feliz Natal e abençoado ano-novo!

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Jornalista Responsável Valdir José de Castro, ssp
Editor Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Conselho editorial Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Claudio Avelino dos Santos, ssp
Darci Luiz Marin, ssp
Paulo Sérgio Bazaglia, ssp
Ilustrações Elinaldo Meira
Editoração Fernando Tangi
Revisão Alexandre Santana
e Jennifer Almeida

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • WhatsApp: 99974-1840
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
paulus.com.br / paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica. Área: Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista *Vida Pastoral* é distribuída gratuitamente pela Paulus.
A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br
Tel.: (11) 3789-4000
WhatsApp: 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista *Vida Pastoral* – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP
Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE
Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA
Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG
Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF
SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP
Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS
Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS
Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR
Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC
Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE
Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO
Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB
Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM
Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN
Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS
Rua Dr. José Montaury, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP
Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ
Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA
Rua Direita da Piedade, 75
Barris (71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP
Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP
Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA
Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

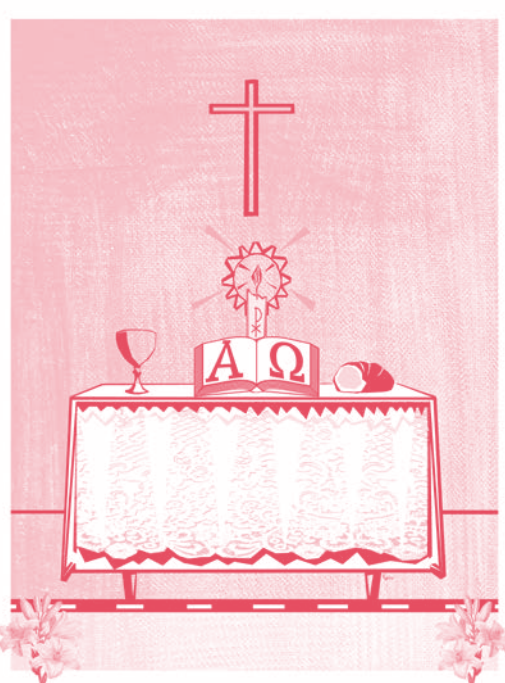
SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP
Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES
Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



A liturgia em tempos de Francisco

Márcio Pimentel*

A urgência de retomar os trilhos do Concílio Vaticano II após a ruptura promovida pela instrução Liturgiam Authenticam.

*Pe. Márcio Pimentel é presbítero da Arquidiocese de Belo Horizonte, membro do Secretariado Arquidiocesano de Liturgia e pároco da Paróquia São Sebastião e São Vicente. Especialista em Liturgia pela PUC-SP e em Música ritual pela Faculdade Campo Limpo Paulista. Músico e compositor, licenciado em Educação Musical pela UEMG. É articulista do *Jornal de Opinião* (revista eletrônica da Arquidiocese de Belo Horizonte). Atualmente, é professor na Pós-Graduação *Latu Sensu* em Liturgia cristã pela FAJE-REDE CELEBRA e mestrando em Teologia (FAJE-CAPES). E-mail: mafpimentel@gmail.com

Introdução

O fruto mais maduro do Concílio Vaticano II, a liturgia, encontra no pontificado do papa Francisco a ocasião perfeita para a necessária e urgente revisão de rota. Na verdade, os ventos da reconstrução “franciscana” da Igreja começaram a envolver a liturgia já no princípio do pastoreio de Francisco, quando, na Quinta-feira Santa de 2013, ele lavou os pés de jovens muçulmanos, incluindo mulheres, ao celebrar a missa da Ceia do Senhor na casa de detenção Casal del Marmo. Ainda que, à época, alguns analistas tenham diminuído a importância do gesto do ponto de vista da sacramentalidade, desvestindo-o até mesmo de seu aspecto religioso (cf. PAPA..., 2013), a decisão de rever as rubricas que regem o rito acusou uma direção obviamente contrária.



Em dezembro de 2014, o papa Francisco dirigiu uma carta ao já então prefeito da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, cardeal Sarah. Nesta, solicitava que as rubricas para o rito do lava-pés fossem revistas, de modo que, “doravante os Pastores da Igreja possam escolher os participantes neste rito entre todos os membros do Povo de Deus. Recomenda-se ainda que aos escolhidos seja fornecida uma explicação adequada do mesmo rito” (FRANCISCO, 2014). As novas disposições quanto às rubricas somente entraram em vigor com a publicação do decreto da referida Congregação, um ano depois.

A mídia conservadora não poupou críticas na época do gesto de Francisco. Foi exatamente nesse momento que a oposição a ele passou a se fazer notar publicamente, conforme opina Jesús Bastante (2013). O papa começa a ser acusado de fomentar confusões, e a primeira delas será – evidentemente – de natureza litúrgica. O próprio prefeito da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, Robert Sarah, veio a público no intuito de diminuir o impacto da pequena reviravolta inaugurada pelo pontífice. O tom da resposta dada aos jornalistas sobre a obrigatoriedade de lavar ou não os pés de mulheres no rito da Quinta-feira Santa dava a entender que havia algo errado nas novas orientações oficiais: depois de afirmar que não haveria a obrigatoriedade de incluir mulheres no rito, “o cardeal explicou que um sacerdote ‘tem que decidir de acordo com a sua consciência e de acordo com o propósito para o qual o Senhor instituiu esta celebração’” (CARDEAL..., 2016).

1. O “freio” pontifício à reforma litúrgica do Concílio Vaticano II

Não é novidade que o pontificado de São João Paulo II e, sobretudo, o “reinado” de

Bento XVI coibiram o desenrolar da reforma litúrgica. O Concílio se viu estancado em sua potência renovadora, e a liturgia foi – sem dúvida – um dos espaços que sofreram severamente com a centralização romana. A “volta à grande disciplina”, diagnosticada por João Batista Libânio em sua obra clássica já no ano de 1983, fez-se notar no campo litúrgico também com a nomeação de prefeitos

para a Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, cujo perfil não se mostrava de acordo com a perspectiva renovadora apontada pelos padres conciliares na *Sacrosanctum Concilium*.

Do ponto de vista da produção magisterial desses prefeitos, o grande “passo atrás”, que se tornou o pivô do centralismo curial romano também em matéria litúrgica, veio com a instrução *Li-*

turgiam Authenticam (LA), do ano de 2001, que regulava (e ainda regula, embora já com ressalvas feitas pelo próprio Francisco) as traduções litúrgicas. Trata-se da quinta instrução para a “reta” aplicação da reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, assinada pelo então prefeito, o cardeal Medina Estevez. Essa instrução se liga a uma anterior, *Varietatis Legitimae* (VL), que se seguiu à publicação da Carta Apostólica *Vicesimus Quintus Annus*, do então pontífice João Paulo II.

A quarta instrução trata da relação entre liturgia e cultura. O apelo do documento assinado pelo cardeal salesiano Javierre Ortas era claro: permitir que a Igreja fosse enriquecida com a “multiforme sabedoria dos povos da terra” onde o evangelho ressoasse (cf. VL 6). A língua é vista com um otimismo realista: “é através da língua materna, veículo da mentalidade e da cultura, que se pode atingir a alma de um povo, modelar nele o espírito cristão e permitir sua participação mais profunda na oração da Igreja” (VL 28). O núme-

“O fruto mais maduro do Concílio Vaticano II, a liturgia, encontra no pontificado do papa Francisco a ocasião perfeita para a necessária e urgente revisão de rota”



ro 30 dessa instrução é claríssimo ao destrinchar a competência da autoridade eclesiástica local, bem como a querida participação de estudiosos de teologia, liturgia, pastoral, e também da antropologia e da cultura. Até mesmo sugere recorrer às pessoas “sábias” que, no país, tenham sido enriquecidas com o evangelho. Apesar de todas essas “boas intenções”, o texto pulula em advertências aos riscos de a inculturação contaminar a fé. Prepara-se o caminho para a quinta instrução, *Liturgiam Authenticam*.

Esse documento mina o caminho de renovação eclesial pelas vias da liturgia, uma vez que determina a distinção entre a língua na qual a Igreja deveria comunicar-se pastoralmente e aquela reservada aos ritos litúrgicos (cf. LA 11). Tal tipo de aproximação da realidade linguística dos povos, embora *de per se* não pareça indicar uma retração no âmbito da inculturação, dá a possibilidade de se “reservar” uma língua para as celebrações litúrgicas, o que pode favorecer a imposição legítima de idiosincrasias estranhas às comunidades locais. Chega-se ao extremo de afirmar que um dialeto, por não gozar de estabilidade (qual língua goza?), de certa razoabilidade acadêmica a ele conferida, não pode ser usado plenamente como “língua litúrgica”. Essa instrução parece querer retroceder no tempo, a ponto de instigar as Igrejas locais à prática do latim como língua pacífica, nos lugares em que abundarem dialetos ou línguas, aceitando estes apenas em alguns momentos da celebração. Isto é, situa-se a Igreja exatamente no começo da reforma litúrgica.

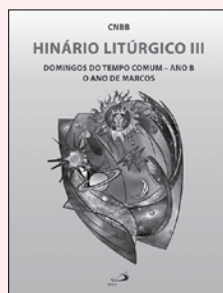
2. A reforma litúrgica no pontificado de Bento XVI

O centralismo romano ganhou força com a *Liturgiam Authenticam*, uma vez que as Conferências Episcopais dependem completamente da Santa Sé em quase todos os passos de implementação de traduções litúrgicas. O que se dissera anteriormente no documento

Hinário Litúrgico III Domingos do Tempo Comum – Ano B: o ano de Marcos

CNBB

320 págs.

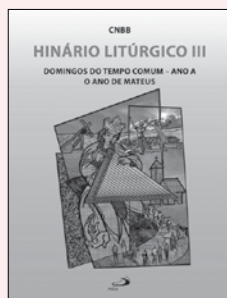


Este é o terceiro fascículo do *Hinário Litúrgico*, edição em partituras, revisado e atualizado, com os cantos para o Ano B, ano de Marcos. O livro contém três partes: “Cantar o Ordinário da Missa”, “Cantar o Próprio do Tempo Comum” e “Cantos Opcionais”.

Hinário Litúrgico III Domingos do Tempo Comum – Ano A: o ano de Mateus

CNBB

328 págs.



Apresentamos à Igreja do Brasil o terceiro fascículo do *Hinário Litúrgico*, edição em partituras, revisado e atualizado, com os cantos para o Ano A, ano de Mateus. Um trabalho minucioso realizado pela Equipe de Reflexão de Música, sob a coordenação de Pe. José Carlos Sala.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Comme le Prévoit, em 1969, ainda no calor do Concílio e, portanto, muito próximo das fontes da renovação litúrgica, deveria ser deixado à parte. Nessa instrução sobre a tradução de textos litúrgicos, insiste-se que “pertence às Conferências Episcopais decidir dos textos a traduzir, preparar ou rever as traduções, aprová-las e, depois, promulgá-las, ‘fazendo ratificar seus atos pela Sé Apostólica’”. Já *Liturgiam Authenticam* determina que a simples eleição das línguas para as quais se pode traduzir os livros litúrgicos deve passar pela chancela (*recognitio*) da Cúria Romana, e as conferências nacionais não podem dar nenhum passo sem a expressa autorização curial.

Do ponto de vista técnico, a fixação curial da Santa Sé se impõe na escolha da maneira de traduzir. Desde *Comme le Prévoit*, as Conferências Episcopais elaboram suas traduções tendo por referência o método denominado *equivalência dinâmica*. Nessa maneira de traduzir, a atenção se concentra mais no plano do significado do que dos termos, em que se “tem como objetivo a comunicação do significado exato da mensagem original, expressando-o de forma natural no novo idioma” (BARNWELL, 2011, p. 15). Com a *Liturgiam Authenticam* já não se pode utilizar esse caminho, mas deve-se operacionalizar as traduções de acordo com a *correspondência formal*, de modo que o original latino deve ser traduzido fiel e exatamente, sem que haja lugar para a criatividade (cf. LA 20). Se, antes, a fidelidade ao texto original não estava ligada simplesmente à literalidade de cada palavra ou frase, devendo levar em conta a língua falada e o contexto no qual o processo comunicativo se dá, com a quinta instrução define-se que “seja traduzido com total integridade e com a maior exatidão, sem omissões nem acréscimos,

em relação ao conteúdo, sem paráfrases ou glosas” (LA 20). Como bem afirma o teólogo liturgista Andrea Grillo, a plausibilidade dessa regra é absurda, uma vez que a modalidade “expressivo/experimental” de um âmbito linguístico – por exemplo, o latino-romano – é assumida quase como um modelo expressivo que se deveria impor às outras expressões linguísticas (GRILLO, 2016).

Aquilo que começou com a *Liturgiam Authenticam* ganhou força gradativamente com os novos prefeitos: os cardeais Arinze e Antonio Cañizares. Este último, ainda insistindo na linguagem dos “abusos”, como muito bem o exemplifica, já no pontificado de Francisco, a Carta sobre o Abraço da Paz, dirigida também às Conferências Episcopais. Esse documento, de caráter orientador, foi acolhido por alguns setores tradicionalistas e por não poucos fiéis sem suficiente instrução a respeito

da questão como proibição do rito da paz por parte do papa Francisco. Claramente, sob a batuta de Bento XVI, os apoiadores do que se convencionou chamar de *Reforma da Reforma* ajudaram a produzir documentos sobre a liturgia que frearam e, em alguns casos, estancaram o ímpeto renovador da reforma litúrgica.

“Os apoiadores do que se convencionou chamar de Reforma ajudaram a produzir documentos sobre a liturgia que frearam e, em alguns casos, estancaram o ímpeto renovador da reforma litúrgica”

3. Um exemplo: o caso do “pro multis”

Da época do cardeal Arinze, temos a instrução *Redemptionis Sacramentum* como ícone. Já no título se nota a impoção *adversus haeresis* do texto: “Sobre algumas coisas que se deve observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia”. O que se deseja é coibir abusos que se instauraram com o passar do tempo. Dos números introdutórios em que se aponham as motivações para a instrução, apenas um cita positivamente, mas de forma genéri-



ca, a reforma litúrgica. Ademais, insiste-se nas “sombas” da reforma, nos “abusos” que “obscurecem a fé”. É ainda com o cardeal Arinze à frente da Congregação para o Culto Divino que se implementa a discussão sobre o retorno ao *pro multis* na narrativa da instituição. Já em 2006, no ano seguinte à eleição de Bento XVI e a seu pedido, a Congregação para o Culto Divino despachou às Conferências Episcopais nacionais a solicitação para que – obedientemente – as traduções em andamento abandonassem o “por todos” da narrativa da instituição eucarística e utilizassem o “por muitos” (CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2006, v. 43, p. 451). Um ano antes (julho de 2005), as mesmas conferências foram consultadas sobre o uso do “por todos” e do “por muitos”. Em resposta às mesmas conferências, a Congregação insistiu sobre a fidelidade das traduções “na linha da instrução *Liturgiam Authenticam*” e determinou que “todas” as conferências adotassem para a tradução seguinte do Missal Romano a expressão “por muitos” e não “por todos”. É interessante que, em 2008, ao oferecer elementos catequéticos sobre o “por muitos”, o Dicastério reconheça que o “sentido” equivale ao “por todos” e que esta era a intenção do Senhor (CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, 2008, v. 45, p. 132).

Na época do cardeal Antonio Cañizares, Bento XVI, escrevendo ao episcopado alemão, fez distinção entre tradução e interpretação, processos que se haviam fundido na época posterior ao Concílio (BENTO XVI, 2014, p. 98). A argumentação do pontífice parte da constatação de que a diversidade de traduções com as quais tinha contato em seu pontificado não lhe permitia perceber o substrato latino de onde partiram, embora ele também reconheça que o *pro multis* tenha significado universalista na mente de Jesus (ou seja, “por todos”). Note-se que a preocupação não parece ser a compreensibilidade, por parte dos fiéis, daquilo que o texto dá a co-

nhecer em seu conteúdo e significado, mas o completo desaparecimento do original latino por trás da tradução.

4. O passo seguinte: o motu proprio “Summorum Pontificum” (SP)

No terceiro ano de seu pontificado, Bento XVI, de livre iniciativa, tornou legítimo o uso do rito preconiliar. O pretexto era a aproximação com os dissidentes lefebvrianos e a caridade pastoral com os fiéis saudosos da liturgia tridentina. Entretanto, esse foi apenas um passo para que a teologia litúrgica do pontífice se impusesse com toda evidência sobre a reforma litúrgica sob o impulso do Concílio Vaticano II. O próprio cardeal Arinze, no final de 2008, ainda prefeito da Congregação para o Culto Divino, escreveu um artigo sobre os *insights* litúrgicos do pontífice, entre os quais a discussão sobre o possível retorno à orientação litúrgica *versus orientem* ou *versus Dei* (CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ, 2007, v. 43, p. 550-551), o que foi proposto explicitamente mais tarde pelo cardeal Sarah. Isto é, a lógica da *Summorum Pontificum* já não estaria restrita ao que se denominou “forma extraordinária”, mas também se aplicaria à “forma ordinária”, o que posteriormente foi denominado pelo mesmo cardeal Sarah de reconciliação litúrgica e mútuo enriquecimento entre os Missais Romanos (o de Pio V e o de Paulo VI).

Quando surgiu a instrução *Universae Ecclesiae* e se efetivou o fortalecimento da Comissão “Ecclesia Dei”, os bispos locais foram obrigados a acolher os pedidos advindos dos fiéis que se sentiam mais à vontade com o rito de Trento. Já não importava se foram contemporâneos desse rito e tinham dificuldades com o novo *ordo*. Bastava o interesse excêntrico e a formação de um grupo estável, para que os ordinários locais fossem obrigados a atender às suas exigências.

Podemos reconhecer com Massimo Fagiolli, historiador italiano, que a decisão do



papa Bento de reabilitar o Missal terá impactos duradouros na Igreja (FAGGIOLI, 2017). Na verdade, a autorização para o uso do Missal piano (de Pio V) na edição típica de 1962 já era praxe no governo de João Paulo II para casos bem determinados. Conforme Faggioli, João Paulo II já havia

procurado acomodar os tradicionalistas litúrgicos emitindo indultos especiais para celebrarem a liturgia pré-Vaticano II, particularmente em 1984 e 1988. Mas jamais lançaram dúvida sobre a legitimidade e os bons frutos da reforma litúrgica conciliar, cuja estrutura teológica e eclesiológica se encontra na constituição *Sacrosanctum Concilium* (FAGGIOLI, 2017).

Do ponto de vista teológico, a *Summorum Pontificum* não admite a noção de ruptura entre os dois Missais – de Pio V e de Paulo VI –, insistindo que se trata de um mesmo rito com formas distintas, um ordinário e outro extraordinário. Isso é dito claramente na Carta aos Bispos que acompanha o *motu proprio*: “Não há nenhuma contradição entre uma e a outra edição do *Missale Romanum*. Na história da liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura” (BENTO XVI, 2007). Trata-se de um “teorema”, na opinião de Andrea Grillo, que dá a justificativa necessária para que se estabeleçam dois usos diferentes de uma mesma *lex orandi* (GRILLO, 2011, p. 6). É bom que se recorde que a liberação não se restringe apenas ao Missal, mas inclui outros rituais não reformados a mando do Concílio Vaticano II, incluindo, portanto, lecionários e calendários já superados.

Uma vez que a liturgia dá concretude à Igreja, sabe-se que as consequências vão desde o aspecto celebrativo, passando pela pastoral e

pela espiritualidade, até alcançar o nível eclesiológico. Sobre este último aspecto, Alexander Saberschinsky é da opinião que a compreensão eclesiológica do Missal de 1962 é diversa do Missal de 1970, já que no primeiro a assembleia não possui nenhum papel designado e, no segundo, é considerada como celebrante (SABERSCHINSKY, 2008, p. 180). De fato,

uma das guinadas do Concílio Vaticano II em matéria litúrgica diz respeito ao lugar de destaque que a assembleia alcança. A reforma repensou os ritos e os reordenou no intuito de oferecer aos fiéis a possibilidade de “haurir” do verdadeiro espírito cristão (cf. SC 14), pela via da participação ritual. Já não se trata da participação apenas “interior”, como aparece na Carta Encíclica *Mediator Dei* de Pio XII. Agora, os membros da

Igreja deverão tomar parte na obra salvadora de Cristo mediante os ritos e preces (cf. SC 48). As recomendações presentes na *Sacrosanctum Concilium* são muito claras a esse respeito: “Para fomentar a participação ativa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antifonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes corporais” (SC 30). Indubitavelmente, com essas orientações, deseja-se que a comunidade de fé não se comporte como espectadora muda. Pio X, subliminarmente, já recomendava isso no início do século XX, em seu *motu proprio Tra le Sollecitudini*, quando afirmava a importância da participação ativa do povo. Pio XI retomou esse princípio de maneira explícita na bula *Divini Cultus* (n. IX). Pio XII, na *Mediator Dei*, desenvolveu as ideias dos seus predecessores de maneira sistemática.

No entanto, será a *Sacrosanctum Concilium* que providenciará os meios para que a participação nos mistérios de Cristo se faça oportuna e possível, ao recomendar vivamente a reforma

“Para fomentar a participação ativa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antifonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes corporais” (SC 30)



completa da liturgia. Conforme dito acima, a própria noção de participação será ampliada, e será prevista uma diversidade de modalidades para o envolvimento na ação litúrgica. Essa participação não será tratada como concessão da hierarquia, mas como a afirmação da mais íntima natureza da liturgia, entendida como ação de Cristo e da Igreja, do Corpo-Total, cabeça e membros (cf. SC 26). Desse modo, a reforma deverá prever a compreensão e participação dos ritos, de modo que o povo celebrante tenha acesso à obra de Cristo (cf. SC 21). O povo deverá aprender não apenas a sentir-se representado por aquele que preside, mas, sobretudo, deverá reconhecer-se como sujeito – *no Espírito* – da oferta sacrificial de Cristo (cf. SC 48).

Compreende-se, portanto, o dano causado à pastoral litúrgica estabelecida com base na *Sacrosanctum Concilium*. Como tratar e providenciar a participação ativa dos fiéis, de maneira que se percebam celebrantes, unidos àquele que preside e aos demais ministros e ministras, num rito que – constitutivamente – não foi pensado para a participação do povo? Não se deve esquecer que o Missal plenário piano tem como elemento estruturante o Missal da Cúria Romana, isto é, previsto para a celebração privada. Um rito centrado na figura do “sacerdote”, sem preocupação alguma com o povo. Basta averiguar o *Ritus Servandus* que precede o Missal para verificar o fato. E veja-se que até com esse detalhe a Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II se preocupou: “Na revisão dos livros litúrgicos, procure-se que as rubricas tenham em conta a parte que compete aos fiéis” (SC 31).

Desse modo, mesmo que o pontífice seja claro ao afirmar que o “Missal Romano promulgado por Paulo VI é a expressão ordinária da ‘lex orandi’ (‘norma de oração’) da Igreja Católica de rito latino” (SP 1), vê-se estabelecida uma espécie de “estado de exceção” eclesial, na qual, com certa normalidade, se faculta aos presbíteros, segundo seu desejo, variar os usos do que se considera um mesmo rito. Isso significa de-

clarar que, juridicamente, o Missal piano, objeto de reforma que culminou em um Missal diferente (de Paulo VI), pode ser utilizado com ampla liberdade. A reforma litúrgica, portanto, perde – do ponto de vista prático – sua razão de ser, e os rituais e lecionários dela oriundos já não são indispensáveis para formar a fé e dar-lhe concretude, uma vez que, mesmo aos domingos e dias santos, se pode celebrar segundo os cânones do Missal piano. A única exceção é para a missa “sem povo” no Tríduo Pascal. Entenda-se o “estado de exceção” na perspectiva de que, com as prescrições da *Summorum Pontificum*, a *Sacrosanctum Concilium* – norma primeira para a pastoral litúrgica católica – é praticamente destituída de sentido e autoridade.

Talvez para evitar esse tipo de situação, Paulo VI apressou-se em afirmar não ver nenhum sentido em celebrar segundo o Missal não reformado, pois se trataria do

“[...] símbolo da condenação do Concílio. Eu não vou aceitar, em hipótese alguma, a condenação do Concílio através de um símbolo. Se essa exceção para a liturgia do Vaticano II fosse concedida, todo o Concílio ficaria abalado. E, como consequência, a autoridade apostólica do Concílio ficaria abalada” (SCHMIT, 2012).

Conclusão: nos passos de Francisco

Não são poucos os fiéis, clérigos e leigos, que têm saído em defesa do ministério petrino do papa Francisco. Desde que pediu aos membros da Igreja em todo o mundo que orassem por ele e baixou a cabeça para que o povo o abençoasse, Francisco é continuamente apontado como destruidor da fé católica. É evidente que seus críticos mais audazes e ferrenhos são adeptos da mentalidade e da prática litúrgica promovidas pela *Summorum Pontificum*. Não se sentem à vontade na Igreja pós-conciliar e estavam certos de que as últimas quase cinco décadas seriam apagadas da memória eclesial, o que seria garantido simboli-



camente pelo que convencionaram chamar de *usus antiquior* da liturgia romana, compreendendo a reforma de Trento como a recondução mais pura aos costumes mais antigos – o que carece, evidentemente, de base documental teológica e histórica. Do ponto de vista das fontes, sabe-se que o Missal de Paulo VI seria bem mais “antigo” do que o Missal tridentino, o qual coincide com o Missal para a missa privada da Cúria Romana.

Quando da eleição de Francisco, muito se perguntou sobre o futuro da *Summorum Pontificum*. Relata-se que, enquanto cardeal em Buenos Aires, embora tenha acolhido o *motu proprio* de Bento XVI, disponibilizando uma capela para a celebração da missa piana, a real recepção do documento papal não se fez notar (cf. FELIPINI, 2017, p. 14). Mesmo que Francisco tenha sido rápido em aplicar as diretivas do *motu proprio*, são patentes suas opções em matéria litúrgica, com seu estilo despojado quando se trata de presidir a eucaristia, preferindo a estética pós-conciliar àquela de seu predecessor (cf. CRAUGHWELL, 2013). Sobretudo, se pode ler, nas entrelinhas de seus discursos sobre o “saudosismo” de alguns e o apego ao passado, que Francisco não tolera a rigidez, pois esta nada tem que ver com a novidade e a alegria do evangelho. Sobre a missa tridentina, especificamente, são suas as palavras:

“Eu sempre tento entender o que está por trás das pessoas que são jovens demais para ter vivido a liturgia pré-conciliar, mas que a desejam. Às vezes eu me vejo em frente de pessoas que são rigorosas demais, que têm uma atitude rígida. E eu me pergunto: Como pode uma tal rigidez? [...] Essa rigidez sempre esconde alguma coisa: insegurança, às vezes até mais [...]. A rigidez é defensiva. O verdadeiro amor não é rígido” (KIRCHOFF, 2017).

“Na revisão dos livros litúrgicos, procure-se que as rubricas tenham em conta a parte que compete aos fiéis” (SC 31)

Como opina Massimo Faggioli, com Francisco a liturgia encontrou seu lugar no horizonte querido e descrito pela *Sacrosanctum Concilium* e corroborado pela reforma litúrgica, haja vista as reiteradas reações de Francisco às declarações nada convenientes do atual prefeito da Congregação para o Culto Divino (cf. FAGGIOLI, 2016), na tentativa de operar a famosa “reforma da reforma”.

O ponto alto da perspectiva de Francisco sobre a liturgia pode ser colhido em sua mensagem aos participantes da 68ª Semana Nacional de Liturgia na Itália. Na ocasião, o papa advertiu sobre a irrenunciabilidade da reforma litúrgica, classificada por ele como um acontecimento irreversível. Em sua fala, destacou a importância da liturgia como encontro com Jesus Cristo vivo, sempre presente na sua Igreja. Sobretudo, resgatou a compreensão conciliar de que o sujeito eclesial das celebrações não é o clero, mas o povo: “por sua natureza, a liturgia é popular” (FRANCISCO, 2017). Também, retomou a perspectiva de Paulo VI ao relacionar organicamente a reforma ao Concílio, de modo que o trabalho urgente se situa na redescoberta das motivações conciliares: “Não se trata de reconsiderar a reforma revendo as suas escolhas, mas de conhecer melhor as razões subjacentes, inclusive através da documentação histórica, assim como de interiorizar os seus princípios inspiradores e de observar a disciplina que a regula” (FRANCISCO, 2017).

Por fim, o último passo ofertado pelo papa, na esteira da reforma conciliar, deu-se com o *motu proprio Magnum Principium*, com o qual é devolvida às Conferências Episcopais a autoridade sobre as traduções litúrgicas, que, desde *Liturgiam Authenticam*, estavam sob quase total controle da Sé Apostólica. Ainda que o cardeal Sarah tentasse amenizar o impacto dessa decisão de Francisco, o pontífice foi rápido em corrigir o prefeito. Enquanto Sarah afirmava reati-



vamente que “não há, portanto, mudança notável alguma concernente aos padrões impostos, e o resultado que deve se seguir deles para cada livro litúrgico” (COLLINS, 2013), o pontífice lhe respondeu e corrigiu publicamente, deixando claro não apenas que existem equívocos em seu *commentaire* na interpretação do *motu proprio*, mas sobretudo que a prática da Congregação para o Culto Divino, no que diz respeito à tradução, deverá ser alterada:

O *Magnum Principium* não sustenta mais que as traduções devem ser conformes em todos os pontos às normas da *Liturgiam Authenticam* [...]. Por isso, os números individuais da *Liturgiam Authenticam* devem ser atentamente compreendidos

de novo [...]. Portanto, fica claro que alguns números da *Liturgiam Authenticam* foram revogados ou decaíram [...]

(CARTA..., 2017).

Os especialistas em teologia litúrgica aguardam um novo documento sobre as traduções litúrgicas que substitua definitivamente a *Liturgiam Authenticam*. Certamente, seguindo as intuições do pontífice, deverá ser algo na direção da primeira orientação da Santa Sé sobre as traduções, o documento *Comme le Prévoit* (cf. FERRO-NE, 2017), que respeita o lugar e o papel primaz das Conferências Episcopais nacionais quanto ao conhecimento das línguas locais com as quais o culto divino se exprime e por meio das quais se experimenta o encontro com o Senhor. ●

Bibliografia

BARNWELL, Katharine. *Tradução bíblica*: um curso introdutório aos princípios básicos de tradução. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

BASTANTE, Jesús. Setores conservadores acusam o papa de fazer “confusão litúrgica” por lavar os pés de duas mulheres, uma delas muçulmana. *IHU*, São Leopoldo, 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/518946-setores-conservadores-acusam-o-papa-de-fazer-confusao-liturgica-por-lavar-os-pes-de-duas-mulheres-uma-delas-muculmana>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BENTO XVI. Carta do santo padre Bento XVI aos bispos que acompanha o “motu próprio” *Summorum Pontificum* sobre o uso da liturgia romana anterior à reforma realizada em 1970. 7 jul. 2007. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070707_lettera-vescovi.html>. Acesso em: 2 jul. 2018.

_____. Carta do santo padre Bento XVI ao presidente da Conferência Episcopal Alemã sobre a tradução do “*Pro Multis*”. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2012/documents/hf_ben-xvi_let_20120414_zollitsch.html>. Acesso em: 2 jul. 2018.

CARDEAL Sarah: sacerdotes não estão obrigados a lavar pés de mulheres na Quinta-feira Santa. *ACI Digital*, Lima, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/cardeal-sarah-sacerdotes-nao-estao-obrigados-a-lavar-pes-de-mulheres-na-quinta-feira-santa-95609>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

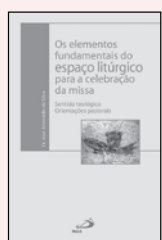
CARTA do papa Francisco ao cardeal Robert Sarah. *IHU*, São Leopoldo, 23 out. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572902-liturgia-carta-do-papa-francisco-ao-cardeal-robert-sarah>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

COLLINS, Charles. Cardeal Sarah diz que o Vaticano ainda se impõe nas traduções na liturgia. *IHU*, São Leopoldo, 17 out. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572705-cardeal-sarah-diz-que-o-vaticano-ainda-se-impoe-nas-traducoes-na-liturgia>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Notitiae*. Vaticano, 2006, n. 481-482; 2007, n. 493-494; 2008, 499-500; 2012, n. 547-548; 2016, n. 593.



- CRAUGHWELL, Thomas J. *Pope Francis: the pope from the end of the Earth*. Charlotte (USA): TAN Books, 2013.
- FAGGIOLI, Massimo. Dez anos de “Summorum Pontificum”: tradição x tradicionalismo. *IHU*, São Leopoldo, 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569107-dez-anos-de-summorum-pontificum-tradicao-x-tradicionalismo>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- _____. Um enorme fosso separa o papa Francisco e os tradicionalistas litúrgicos. *IHU*, São Leopoldo, 19 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/557869-um-enorme-fosso-separa-o-papa-francisco-e-os-tradicionalistas-liturgicos-artigo-de-massimo-faggioli>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- FELIPINI, Dailton. *Papa Francisco: biografia, mensagens e frases de paz*. São Paulo: LeBooks, 2017.
- FERRONE, Rita. Tradução fiel: “Magnum Principium” esclarecido. *IHU*, São Leopoldo, 17 out. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572695-traducao-fiel-magnum-principium-esclarecido>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- FRANCISCO. Carta do papa Francisco ao prefeito da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos sobre o rito do lava-pés na liturgia da Missa in *Coena Domini*. 20 dez. 2014. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2014/documents/papa-francesco_20141220_lettera-lavanda-piedi.html>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- _____. Discurso do papa Francisco aos participantes na 68ª Semana Litúrgica Nacional. 24 ago. 2017. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/august/documents/papa-francesco_20170824_settimana-liturgica-nazionale.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- GRILLO, Andrea. Traduzir a tradição: a “virada pastoral” do Concílio Vaticano II e o problema da *Liturgiam Authenticam*. *IHU*, São Leopoldo, 18 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/551738-traduzir-a-tradicao-a-qvirada-pastoralq-do-concilio-vaticano-ii-e-o-problema-da-liturgiam-authenticam-artigo-de-andrea-grillo>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- _____. Igreja introvertida: dossiê sobre o *Motu Proprio* “Summorum Pontificum”. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, ano VIII, n. 56, p. 6s, 2011.
- KIRCHOFF, Timothy. O papa Francisco está certo sobre os tradicionalistas que amam a missa em latim? *IHU*, São Leopoldo, 14 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571675-o-papa-francisco-esta-certo-sobre-os-tradicionalistas-que-amam-a-missa-em-latim>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- PAPA fez gesto sem precedentes ao lavar os pés de dois muçulmanos. *G1*, Rio de Janeiro, 29 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/papa-fez-gesto-sem-precedentes-ao-lavar-os-pes-de-dois-muculmanos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- SABERSCHINSKY, Alexander. *La liturgia, fede celebrata: introduzione allo studio della liturgia*. Brescia: Queriniana, 2008.
- SCHMIT, Ron. “Ressuscitar a missa pré-Vaticano II deixa a Igreja em uma encruzilhada”. *IHU*, São Leopoldo, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/516440-ressuscitar-a-missa-pre-vaticano-ii-deixa-a-igreja-em-uma-encruzilhada>>. Acesso em: 23 abr. 2018.



48 páginas

Os elementos fundamentais do espaço litúrgico para a celebração da missa

Sentido teológico | Orientações pastorais

Fr. José Ariovaldo da Silva

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* nos levou a repensar e redefinir o espaço litúrgico para a celebração da Eucaristia, resgatando o sentido teológico e o valor pedagógico dos elementos fundamentais de um espaço litúrgico para a celebração da missa: o altar, a mesa da Palavra, o espaço da assembleia e a cadeira da presidência. É desses quatro elementos que nos ocupamos neste livro.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



A homilia e sua preparação segundo o papa Francisco

Jacques Trudel*

Na Evangelii Gaudium, A Alegria do Evangelho, o papa Francisco reserva 25 números para falar sobre a homilia e sua preparação. As reflexões podem ajudar todos os que assumem a pregação na liturgia, também os leigos e leigas, quando compete ao pregador fazer sentir o gosto que Jesus tinha de dialogar com seu povo.

*Pe. Jacques Trudel, sj, doutor em Teologia Litúrgica (Santo Anselmo/Roma, 1973). Professor de Teologia na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Publicou *Homilia: formação e arte de comunicar* (São Paulo: Paulus, 2015). Em fevereiro de 2017, Creômenes, sj, defendeu no Institut Catholique de Paris a dissertação de mestrado: *Uma leitura da obra de inculturação litúrgica de Jacques Trudel*.

Introdução

Em novembro de 2013, o papa Francisco, recém-eleito em março, publicava a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), A Alegria do Evangelho, sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. O capítulo terceiro, “O anúncio do evangelho”, aborda a homilia e a preparação da pregação nos números 135 a 159.

Quero retomar a leitura desses pontos sobre o anúncio do evangelho por meio da homilia, pensando na formação dos ministros da Palavra, incluindo leigos e leigas chamados a assumir a pregação nas celebrações da Palavra de muitas comunidades. Sem esquecer os seus ouvintes!

1. A homilia (EG 135-144)

Com este título, Francisco, conhecido pelas homilias simples que falam ao cora-

ção, aborda a questão da homilia. Por que e o que nos ensina?

O ponto de partida é VER a situação. Há “muitas reclamações, e não podemos fechar os ouvidos”; “Fiéis e ministros ordenados sofrem: uns a ouvir e os outros a pregar”. Ao contrário, a pregação poderia ser “uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontro com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento”. A homilia permite “avaliar a proximidade e a capacidade de encontro de um pastor com o seu povo” (EG 135).

1.1. O que é a homilia?

Francisco faz duas afirmações importantes que iluminam a natureza da homilia. É “uma pregação no quadro duma celebração litúrgica” (EG 138) e “o momento mais alto do diálogo entre Deus e o seu povo” (EG 137). Afirmações fundamentais cuja fonte se encontra no Concílio Vaticano II, na constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a liturgia (SC 52 e 33). Diz SC 52: “Recomenda-se vivamente a homilia, como *parte* (destaque nosso) da própria liturgia; nela, no decurso do ano litúrgico, são apresentados, do texto sagrado, os mistérios da fé e as normas da vida cristã”. Francisco diz “pregação dentro da liturgia” (EG 135) e, sob o título “contexto litúrgico” (EG 137-138), escreve: “É um gênero peculiar, já que se trata de uma pregação no quadro duma celebração litúrgica” (EG 138).

Por isso, uma homilia ou pregação, sendo parte da liturgia, não pode se “parecer” com “conferência ou lição”, aula (EG 138), por mais “capaz que seja o pregador”. “Deve dar fervor e significado à celebração” e “ser breve”. Se se prolongar demais, a palavra do pregador “torna-se mais importante que a celebração da fé”, lesando “duas características da celebração litúrgica: a harmonia entre as suas partes e o seu ritmo”. “O mesmo contex-

to exige que a pregação oriente assembleia e pregador para uma comunhão com Cristo na eucaristia que transforme a vida. Requer que a palavra do pregador não ocupe um lugar excessivo, para que o Senhor brilhe mais que o ministro” (EG 138).

O segundo texto-fonte da *Sacrosanctum Concilium*, de n. 33, afirma: “Na liturgia, Deus *fala* ao seu povo, e Cristo continua a anunciar o evangelho. Por seu lado, o povo *responde* a Deus” (SC 33; destaques nossos). A liturgia é diálogo entre Deus e o seu povo, e, para Francisco, aqui está o sentido fundamental da homilia ou pregação na liturgia. Diálogo/dialogar é mencionado por dez vezes nos n. 137-143: “A proclamação litúrgica da Palavra de Deus, principalmen-

te no contexto da assembleia eucarística, é [...], sobretudo o diálogo de Deus com o seu povo [...] e a homilia, [...] o momento mais alto do diálogo entre Deus e o seu povo, antes da comunhão sacramental” (EG 137).

Na vida do dia a dia, esse diálogo de amor entre Deus e o povo existe, mas: “A homilia é um retomar esse diálogo que já está estabelecido entre o Senhor e o seu povo” (EG 137). Por isso: “Aquele que prega deve conhecer o coração da sua comunidade para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus, e também onde é que esse diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto” (EG 137).

O parágrafo seguinte aprofunda a dimensão cordial do que significa a homilia para Francisco:

O pregador tem a belíssima e difícil missão de unir os corações que se amam: o do Senhor e os do seu povo. [...] Durante o tempo da homilia, os corações dos crentes fazem silêncio e deixam que fale Ele. O Senhor e o seu povo falam-se de mil e uma maneiras diretamente, sem intermediários, mas, na homilia, querem

**“Não nos
pregamos a nós
mesmos, mas a
Cristo Jesus, o
Senhor, e nos
consideramos
vossos servos, por
amor de Jesus”
(2Cor 4,5)**

que alguém sirva de instrumento e expresse os sentimentos, de modo que, depois, cada um possa escolher como continuar a sua conversa.

A palavra é, essencialmente, mediadora e necessita não só dos dois dialogantes, mas também de um pregador que a represente como tal, convencido de que “não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor, e nos consideramos vossos servos, por amor de Jesus” (2Cor 4,5) (EG 143).

Aqui se sublinha a importância da palavra humana na evangelização: a pregação “se funda na convicção de que é Deus que deseja alcançar os outros através do pregador e de que Ele mostra o seu poder através da palavra humana” (EG 136).

Com a palavra, Nosso Senhor conquistou o coração da gente. De todas as partes, vinham para o ouvir (Mc 1,45). Ficavam maravilhados, bebendo os seus ensinamentos (Mc 6,2). Sentiam que lhes falava como quem tem autoridade (Mc 1,27).

E os apóstolos, que Jesus estabelecera para estarem com Ele e para os enviar a pregar (Mc 3,14), atraíram para o seio da Igreja todos os povos com a palavra (Mc 16,15.20) (EG 136).

Sendo a pregação/homilia uma palavra que faz a mediação entre dois dialogantes, Francisco aponta consequências para a pregação.

– Imitar o jeito de Jesus dialogar: fazer sentir este gosto que Jesus tinha de dialogar com seu povo. Ele dialogava com o seu povo, cativando-o com seus ensinamentos, mesmo quando “elevados e exigentes”. “Creio que o segredo de Jesus esteja escondido naquele seu olhar o povo mais além das suas fraquezas e quedas [...]. Jesus prega com este espírito” [...]; “O Senhor compraz-se verdadeira-

A Missa

Subsídio para coroinhas, acólitos, cerimoniários e demais fiéis celebrantes

Edson Adolfo Deretti



96 págs.

O livro traz orientações sobre quatro aspectos de cada parte da missa: aspectos históricos, aspectos litúrgico-teológicos, posição corporal da ação ritual e aspectos práticos para coroinhas, acólitos e cerimoniários.

As celebrações explicadas aos coroinhas e acólitos

Pequeno manual de liturgia prática

Edson Adolfo Deretti



120 págs.

Este subsídio, além de rico em indicações práticas para coroinhas e acólitos exercerem bem seus respectivos ministérios nas diversas celebrações de nossas comunidades, também oferece uma fundamentação litúrgico-teológica dos sacramentos e de outras celebrações.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

mente em dialogar com o seu povo”; “compete ao pregador fazer sentir este gosto do Senhor ao seu povo” (EG 141).

– A conversa da mãe (n. 139-141): “A Igreja é mãe e prega ao povo como uma mãe fala ao seu filho” (EG 139). Aplicando para a homilia:

O espírito de amor que reina numa família guia tanto a mãe como o filho nos seus diálogos, nos quais se ensina e aprende, se corrige e valoriza o que é bom; assim deve acontecer também na homilia. O Espírito que inspirou os evangelhos e atua no povo de Deus inspira também como se deve escutar a fé do povo e como se deve pregar em cada eucaristia [...], tanto para saber o que se deve dizer como para encontrar o modo mais apropriado (EG 139).

Na homilia, “este âmbito materno-ecclesial” irá se manifestar “através da proximidade cordial do pregador, do tom caloroso da sua voz, da mansidão do estilo das suas frases, da alegria dos seus gestos” (EG 140). Todos termos afetivos característicos de uma homilia, que é o diálogo de coração a coração!

“Palavras que abraçam os corações” é o título afetivo que precede os n. 142-144, para caracterizar a tonalidade desejável da homilia em vez de apelar para a razão.

Um diálogo é muito mais do que a comunicação duma verdade. Realiza-se pelo prazer de falar e pelo bem concreto que se comunica através das palavras entre aqueles que se amam. [...]

A pregação puramente moralista ou doutrinadora e também a que se transforma numa lição de exegese reduzem esta comunicação entre os corações que se verifica na

homilia e que deve ter um caráter quase sacramental: “A fé surge da pregação, e a pregação surge pela palavra de Cristo” (Rm 10,17) (EG 142).

“A homilia, na celebração litúrgica, faz parte do diálogo de amor contínuo entre Deus e o seu povo como momento mais alto desse diálogo. O pregador, como mediador, tem a missão de fazer sentir o gosto de Jesus em dialogar”

Numa entrevista, Pe. Spadaro, sj, pergunta ao papa: qual a diferença entre uma homilia e uma conferência? Responde Francisco: “A homilia é o anúncio, é se fazer o anjo. A conferência é se fazer o doutor” (SPADARO, 2016, p. VIII).

O que esperar, então, de uma homilia em que o pregador se faz “anjo”, anunciando o evangelho?

A memória do povo fiel, como a de Maria, deve ficar transbordante das maravilhas de Deus. O seu coração, esperançado na prática alegre e possível do amor que lhe foi anunciado, sente que toda a palavra na Escritura, antes de ser exigência, é dom (EG 142).

Em suma: a homilia, na celebração litúrgica, faz parte do diálogo de amor contínuo entre Deus e o seu povo, como o momento mais alto desse diálogo. O pregador, como mediador, tem a missão de fazer sentir o gosto de Jesus em dialogar com seu povo, e de unir os corações que se amam. Um diálogo afetivo como conversa de mãe! Por isso, não é da natureza da homilia se parecer com pregação doutrinadora ou moralista, discurso ou mesmo aula de interpretação da Bíblia (exegese).

Perguntas para refletir: Depois destas linhas, fica mais claro para você *o que é* uma homilia na liturgia? São assim as homilias que escuta/prega?

2. A preparação da homilia (EG 145-159)

Tendo refletido sobre a homilia e como deve ser, Francisco passa agora para a preparação da homilia.

A preparação da pregação é uma tarefa tão importante que convém dedicar-lhe um tempo longo de estudo, oração, reflexão e criatividade pastoral. [...] Um pregador que não se prepara não é espiritual: é desonesto e irresponsável quanto aos dons que recebeu (EG 145).

A preparação há que considerar dois aspectos: “o que dizer” (EG 145-155) e “como dizer”, ou seja, a forma de desenvolver uma pregação (EG 156-159).

Para saber “o que dizer”, Francisco propõe um “itinerário” de preparação (EG 145). Corresponde aos dois primeiros passos da *lectio divina*, isto é, da “leitura da Palavra de Deus num tempo de oração, para permitir que nos ilumine e renove” (EG 152).

1º passo – leitura: o que diz o texto do dia?

“O primeiro passo, depois de invocar o Espírito Santo, é prestar toda a atenção ao texto bíblico, que deve ser o fundamento da pregação” (EG 146).

Este momento parece fácil, mas é exigente para descobrir o que de fato o texto diz. A leitura profunda se faz como “culto da verdade”, em que se procura “amar a Deus que quis falar”. Deve-se fazer “com o máximo cuidado e com um santo temor de manipular (o texto)”. Fidelidade à Palavra, pois ela “sempre nos transcende”; “não somos donos, mas servidores da Palavra” (EG 146). Neste passo, “o mais importante é descobrir qual é a mensagem principal” (EG 147). “A mensagem central é aquela que o autor quis primariamente transmitir, o que implica identificar não só uma ideia, mas também o efeito que esse autor quis produzir” (EG 147).

Neste passo, é importante verificar se compreendemos bem o significado das palavras. Trata-se de algo importante, pois os textos da Bíblia foram escritos há 2 ou 3 mil

Homilia

Formação e arte de comunicar

Pe. Jacques Trudel, sj



Este livro é fruto da experiência acadêmica e pastoral do autor como professor de Teologia e administrador paroquial em bairro popular. Tem como meta ajudar na formação dos que se preparam para o exercício da homilia. Primeiramente, os ministros ordenados, mas também tem como foco leigos e leigas que assumem um ministério de “pregação” nas Celebrações da Palavra das comunidades.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

anos e a sua linguagem é bem diferente da de hoje (EG 147). Ajuda “prestar atenção às palavras que se repetem”; considerar os personagens: quem são, o que fazem, como agem (cf. EG 147).

2º passo – perguntar-se: “Senhor, a mim, o que me diz este texto?” (EG 153)

Agora, num segundo momento, queremos ouvir o que a Palavra de Deus quer dizer a nós pessoalmente. De fato, “a pregação consistirá na atividade [...] que é comunicar aos outros o que foi contemplado” (EG 150).

Francisco acrescenta outras perguntas muito úteis: “Com esta mensagem, que quereis mudar na minha vida? Que é que me dá fastio neste texto? Por que é que isto não me interessa?; ou então: De que gosto? Em que me estimula esta Palavra? O que me atrai? E por que me atrai?” (EG 153).

Francisco insiste sobre o fato de que quem prega há que ser uma testemunha da Palavra que primeiro ouviu:

O pregador deve ser o primeiro a desenvolver uma grande familiaridade pessoal com a Palavra de Deus [...]. Se está vivo este desejo de, primeiro, ouvirmos nós a Palavra que temos de pregar, esta transmitir-se-á duma maneira ou doutra ao povo fiel de Deus: “A boca fala da abundância do coração” (Mt 12,34). As leituras do domingo ressoarão com todo o seu esplendor no coração do povo, se primeiro ressoarem assim no coração do Pastor (EG 149).

A mensagem do Senhor deve passar através do pregador não só pela sua razão, mas tomar posse de todo o seu ser, pois é o mesmo Espírito

“A mensagem do Senhor deve passar através do pregador não só pela sua razão, mas tomar posse de todo o seu ser, pois é o mesmo Espírito que age em nós”

to que age em nós: “O Espírito Santo, que inspirou a Palavra, é quem hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixam possuir e conduzir por Ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar” (EG 151).

3º passo – pôr-se à escuta do povo

Se a homilia se insere no diálogo de Deus com o seu povo, um terceiro passo se torna necessário: “Um pregador é um contemplativo da Palavra e também um contemplativo do povo”; “pôr-se à escuta do povo, para descobrir aquilo que os fiéis precisam ouvir” (EG 154); “para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus e também onde é que este diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto” (EG 137); descobrir “as aspirações, as riquezas e as limitações, as maneiras de orar, de amar, de encarar a vida e o mundo” da comunidade concreta (EG 154).

Francisco deseja uma pregação que fale à vida concreta das pessoas. Por isso, sugere diversas maneiras de fazer para procurar uma relação entre o texto bíblico e a realidade humana. No Brasil, fazemos essa relação nos círculos bíblicos, nos encontros de Natal e da Quaresma. Cabe-nos “saber ler nos acontecimentos a mensagem de Deus [...], descobrir o que o Senhor tem a dizer nessas circunstâncias” (EG 154). Outra maneira seria “recorrer a alguma experiência humana frequente, como a alegria dum reencontro”, “o medo da solidão, a compaixão pela dor alheia”, ou então “partir de algum fato”. Tudo isso na intenção de que “a Palavra possa repercutir fortemente no seu apelo à conversão, à adoração, a atitudes concretas de fraternidade e serviço” (EG 155).

Perguntas para refletir: De que mais gostou nas sugestões de Francisco para pre-

parar o conteúdo da pregação? Seria possível aplicar algo disso?

4º passo – saber como pregar

Um fato: “Alguns pregadores sabem o que dizer, mas descuidam do *como*, da forma concreta de desenvolver uma pregação” (EG 156). E um princípio: o “conteúdo da evangelização não deve esconder a importância dos métodos e dos meios da evangelização”. Preocupar-se com a forma de pregar é “responder ao amor de Deus, entregando-nos com todas as nossas capacidades e criatividade à missão que ele nos confia, mas também é um exímio exercício de amor ao próximo, porque não queremos oferecer aos outros algo de má qualidade” (EG 156).

2.1. Recursos pedagógicos (EG 156-159)

O principal e mais original: “Uma boa homilia [...] deve conter uma ideia, um sentimento, uma imagem” (EG 157). Uma imagem: quem não se recorda dos padres “com cheiro de ovelhas”, da Igreja como “hospital de campanha”? Vale à pena ler e pôr em prática:

Um dos esforços mais necessários é aprender a usar imagens na pregação, isto é, a falar por imagens. Às vezes, usam-se exemplos [...], mas esses exemplos frequentemente se dirigem apenas ao entendimento [...]. Uma imagem fascinante faz com que se sinta a mensagem como algo familiar, próximo, possível, relacionado com a própria vida. [...] pode levar a saborear a mensagem que se quer transmitir, desperta um desejo e motiva a vontade na direção do evangelho (EG 157).

Outra orientação é que a homilia seja “simples, clara, direta, adaptada”, como dizia Paulo VI (cf. EG 158). *Simples* significa

usar palavras que as pessoas entendam, e não falar “teólogos”! Certa vez fiz notar a um estudante que ele usava palavras difíceis. Respondeu: “Quero que as pessoas saibam que estudei!” Prefiro a anedota verdadeira de um padre amigo sobre uma religiosa simples, com poucos estudos, que disse: “Vê-se que o papa não estudou muito. Entendo tudo o que ele fala!”. Graças a Deus, irmã! No livro com homilias do papa organizado pelo Pe. Antonio Spadaro, consta a informação de que Francisco ensinou Literatura; e não só História da Literatura, mas também Escrita Criativa (PAPA FRANCISCO, 2016); ele sabe como comunicar Deus!

Uma homilia pode ser simples, mas ficar sem clareza e incompreensível se falta unidade, lógica, ligação entre as frases (cf. EG 158). “Uma ideia” pode significar não falar tudo, mas privilegiar um aspecto, dando unidade à mensagem.

Por fim, Francisco recomenda usar na homilia a *linguagem positiva*, que “não diz tanto o que não se deve fazer, como sobretudo propõe o que podemos fazer melhor. [...] Uma pregação positiva [...] não nos deixa prisioneiros da negatividade” (EG 159).

À guisa de conclusão

Francisco costuma fazer pequenas homilias matinais na missa celebrada na capela Santa Marta com umas 40 pessoas. Não usa texto escrito, no entanto prepara a sua homilia. Como faz? Padre Antonio Spadaro lhe perguntou: “Como o senhor prepara as homilias de Santa Marta?”. O papa respondeu:

“Eu começo ao meio-dia do dia anterior. Leio os textos do dia seguinte e, em geral, escolho uma entre as duas leituras. Depois leio em voz alta o trecho que escolhi. Eu preciso ouvir o som, escutar as palavras. E depois sublinho no livrinho que uso as que mais me tocaram. De-



pois, durante o resto do dia as palavras e os pensamentos vão e veem, enquanto faço aquilo que devo fazer: medito, reflito, tomo gosto nas coisas...

Há dias, no entanto, em que chego à noite e não me vem nada em mente, quando não tenho ideia do que vou dizer no dia seguinte. Então eu faço o que diz santo Inácio. Durmo em cima. E então, de repente, quando acordo, vem a inspiração. Vêm coisas justas, às vezes fortes, às vezes mais fracas. Mas é assim: eu me sinto pronto” (SPADARO, 2016, p. VIII).

Na mesma conversa, Francisco explica por que não usa texto em Santa Marta.

“Quando no seminário nos ensinavam a homilética, eu sentia já uma forte aversão pelos textos escritos onde está tudo. [...] Eu era e estou convicto de que entre o pregador e o povo de Deus não deve ter nada no meio. Não pode haver um papel; um apontamento escrito, sim, mas não tudo. Isso recordo muito bem. Até falei na aula. O professor ficou admirado. Me perguntou por que eu era contrário a preparar toda a homilia. E eu lhe respon-

di: ‘Se se faz uma leitura, não se pode olhar as pessoas nos olhos’. Isso me recordo muito bem e aconteceu antes de que eu fosse ordenado sacerdote. Este é o ponto. O verdadeiro problema da homilia escrita é que impede de olhar nos olhos das pessoas para as quais quem prega se volta” (SPADARO, 2016, p. VI).

“Uma homilia pode ser simples, mas ficar sem clareza e incompreensível se falta unidade, lógica, ligação entre as frases”

Como exercício final, sugiro tomar a homilia de Francisco (“A vida cristã como discipulado”) pronunciada na missa da memória de São Pedro Claver num sábado, 9 de setembro de 2017, no aeroporto de Medellín, durante a viagem apostólica à Colômbia.

Os textos bíblicos foram do sábado da 22ª semana comum, com o Evangelho de Lc 6,1-5. Na homilia, no entanto, o papa faz alusão a um trecho maior, de Lc 5,1-11 (da quinta-feira anterior) até Lc 6,12-19, que prolonga a leitura do sábado. A homilia se encontra em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2017/documents/papa-francesco_20170909_omelia-viaggioapostolico-colombiamedellin.html>.

Verifique como Francisco desenvolve a homilia: início, meio – em redor de três palavras – e conclusão. Com base no texto bíblico, como desenvolve o tema? ●

Bibliografia

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum Concilium sobre a sagrada liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1963.

PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

_____. *A felicidade treina-se em cada dia: novas homilias em Santa Marta*. Organizado por Antonio Spadaro. Lisboa: Paulinas, 2016.

SPADARO, Antonio. Una conversazione con papa Francisco. In: PAPA FRANCISCO. *Nei tuoi occhi è la mia parola: omelie e discorsi di Buenos Aires 1999-2013*. Milano: Rizzoli, 2016.



Um espaço para a liturgia

Maria Jeydjane Lunguinho Gomes*

O artigo apresenta breve estudo sobre o espaço litúrgico cristão. A partir de bibliografia comprometida com o significado desses lugares, faz sucinta indicação da evolução do espaço de culto e retoma o desejo do Concílio Vaticano II de retornar às fontes do cristianismo.

Introdução

O espaço interior de uma igreja comporta uma ação humana, é lugar de reunião da comunidade. Do ponto de vista teológico-litúrgico, abriga uma ação de Deus, vai muito além da materialidade física, possibilitando a comunhão com Ele.

Para destinar um espaço ao culto, não basta um dimensionamento construtivo e estrutural ou artístico; o espaço litúrgico se define pela liturgia, pelas exigências do rito e do mistério nele celebrado. A organização do espaço litúrgico plasma a fé de forma decisiva. Pode conduzir ao centro do mistério ou pode dispersar para outras direções. Sinais marcam as pessoas a longo prazo, de forma mais durável do que a palavra dita (cf. RICHTER, 1998, p. 18).

1. O espaço como sagrado

As primeiras habitações humanas tiveram a função de abrigar das intempéries da natureza, ser proteção contra animais ou inimigos. Esses ambientes eram construções simples: cavidades naturais na terra ou tendas feitas de

*Ir. Maria Jeydjane Lunguinho Gomes é religiosa da Congregação Pias Discípulas do Divino Mestre. Arquiteta pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Atua na área de construção e reformas de igrejas no escritório Arquitetura Apostolado Litúrgico. E-mail: jeydgomes@gmail.com



peles sobre estruturas de madeira. Esta é uma das funções do espaço, mas não a única nem a principal. O homem primitivo já fazia distinção entre as porções do território; ele cria o que chamamos Lugar, espaço habitado, modificado e imbuído de significados. Por exemplo, o espaço destinado à partilha dos alimentos era diferente daquele destinado à caça, e o lugar do cultivo de alimentos não era o mesmo do abrigo para o descanso (cf. BENÉVOLO, 1993, p. 14). Tal compreensão é atual e serve também para as construções religiosas. O Lugar não é constituído apenas de paredes nem de materiais, mas é, sobretudo, o vazio, aquilo que está circundado pela matéria.

Essa natural distinção de espaços se confirma quando se trata de espaço sagrado. Aí a diferenciação acontece de forma mais clara, pois ele se organiza segundo uma articulação heterogênea, em que há uma diferenciação qualitativa, e revela um ponto fixo, um “centro”, que serve simbolicamente como orientação (cf. ELIADE, 1995, p. 26). Conhecemos bem a experiência de Moisés relatada em Êxodo 3,5: “Não te aproximes daqui”, disse o Senhor a Moisés; ‘tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa’”.

2. Origem do espaço cristão

Nos primeiros tempos do cristianismo, o lugar da reunião eram as casas de famílias. Por um período, os cristãos mantiveram os costumes judeus e tinham como referência o templo e a sinagoga, mas havia também o costume de se reunir e fazer refeição em casas de famílias, como fez Jesus durante a sua atividade pública e na Última Ceia. Como citam os evangelhos, a casa de Marta e Maria, a casa de Pedro, onde Jesus tantas vezes se hospedou, certamente se tornaram lugares de reunião após a ascensão do Senhor. Na medida

em que o cristianismo se desvincula do judaísmo, a sinagoga já não é a sua referência, e o pequeno grupo de convertidos continua o costume de se reunir nas casas. Tal costume foi muitas vezes ignorado, mas é, sem dúvida, de grande importância para o conhecimento de como se deu o surgimento de muitas comunidades nos primeiros séculos.

3. A casa da Igreja

Segundo o relato de Lucas em Atos 1,13, após a ascensão do Senhor, no andar superior de uma casa, a comunidade ficou reunida em oração. Nos textos do Novo Testamento, aparece muitas vezes o termo *Oikós* para designar uma família ampliada, quando alguém aderiu à fé e se dizia que foi “batizado com toda a sua casa”. Também em suas cartas, o apóstolo Paulo saúda a comunidade que se reúne em casas, como a casa de Priscila e Áquila (cf. Rm 16,5), a casa de Ninfá, em Laodiceia (cf. Cl 4,15), ou ainda a casa de Filêmon (cf. Fm 2) (RICHTER, 1998, p. 51).

A mais antiga casa-igreja está localizada onde hoje é a Síria, perto do rio Eufrates, numa antiga cidade militar romana chamada Dura Europos. Era uma casa familiar construída no ano 232 e ampliada no ano 240 para abrigar a reunião dos fiéis. Nela foi removida uma parede que dividia dois cômodos, proporcionando uma sala mais espaçosa que comportava aproximadamente 60 pessoas. Em uma das extremidades, na parte mais estreita, ficava um estrado de madeira, onde provavelmente se situava a cadeira do bispo. O batismo era feito por imersão, numa sala separada, em respeito aos batizados, pois o rito previa a deposição das vestes. A sala do batismo era adornada com afrescos de inspiração bíblica (cura do paralisado, passagem pelo mar Vermelho, entre outros). No mais, a casa tinha configu-

“A organização do espaço litúrgico plasma a fé de forma decisiva. Pode conduzir ao centro do mistério ou pode dispersar para outras direções”



ração de uma moradia comum: um pátio central, ladeado por salas para acomodação e funcionamento da vida doméstica.

O espaço celebrativo inicialmente não tinha uma atribuição de sacralidade como temos hoje. Para a comunidade primitiva, sagrada era a assembleia reunida. Havia uma autoconsciência de ser templo espiritual, conforme atesta a primeira carta de Pedro (2,5): “Do mesmo modo, também vós, como pedras vivas, formai um edifício espiritual, um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais agradáveis a Deus, por Jesus Cristo”. O espaço, além da sua dimensão celebrativa, era lugar da diaconia e do anúncio da Palavra, tarefas fundamentais na vida cristã. Por isso, o altar era colocado somente na ocasião da eucaristia e retirado em seguida. Até o século IV, o termo *Domus Ecclesiae*, casa da comunidade, era usado para designar a reunião e também o lugar onde acontecia a liturgia.

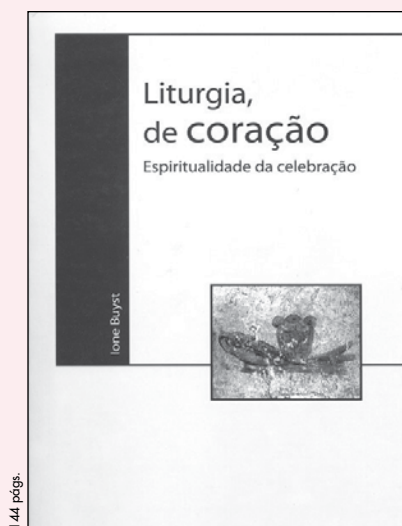
Nas catacumbas romanas, grandes galerias subterrâneas escavadas em rocha vulcânica, também se celebrava a liturgia cristã. Não eram espaços usados rotineiramente, por causa da perseguição, mas locais que serviam para celebrações esporádicas. Os romanos usavam-nas como lugar para sepultar os mortos; e os cristãos de Roma aderiram a esse costume, sepultando aí os membros de suas comunidades. As famílias mais influentes e abastadas adquiriam terrenos e doavam à comunidade com essa finalidade. Ali foram sepultados também os mártires, e sobre seus túmulos se celebrava a eucaristia, associando a entrega da vida deles ao sacrifício de Cristo.

4. As transformações no espaço de culto

Com o final das perseguições em 313, os locais de culto passaram a ser destinados exclusivamente a essa finalidade. As basílicas cristãs, que eram adaptações de

Liturgia, de coração Espiritualidade da celebração

lone Buyst



Neste volume, a renomada autora lone Buyst faz um estudo sobre a liturgia a partir da espiritualidade e dos vários sentimentos que dela fazem parte e são por ela originados. Uma forma excelente de unir fé e vida a partir da liturgia.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



edifícios de uso público, passaram a ser o modelo referencial para a construção das futuras igrejas. As basílicas eram construídas na direção leste-oeste e tinham uma organização que previa a cadeira do bispo ladeada pelas cadeiras dos presbíteros e ministros, de frente para a assembleia. O altar recebia destaque por estar num nível mais elevado e circundado pelo cibório, conhecido erroneamente como baldaquino. O ambão, que tinha origem e se inspirava no bema da sinagoga (espécie de estante alta e ampliada), localizava-se na parte central da nave da basílica.

A partir do século IV, surge outro termo, o *Oikos Kyriakos*, que significa “pertencente ao Senhor”. Surgem interpretações da simbologia da organização do espaço. Eusébio de Cesareia, ainda que reconhecesse no espaço de celebração o rosto da comunidade reunida, interpretou a região do altar como cabeça de Cristo e o restante como o seu corpo. No período da Idade Média, essa distinção evoluiu para uma separação entre o altar, designado ao clero, e a nave, designada aos leigos (cf. RICHTER, 1998, p. 60).

A organização espacial da igreja sofreu muitas transformações ao longo dos séculos, motivadas pelas mudanças na liturgia, pela transformação na compreensão do ser Igreja, que desembocou em modelos muito diferentes das origens, e pela evolução dos sistemas de construção. Da basílica, as igrejas passaram também pelos paradigmas da arquitetura bizantina e ainda pela solidez do estilo românico, pela grandiosidade e suntuosidade do gótico, do barroco e dos movimentos arquitetônicos e artísticos posteriores.

O estilo gótico foi o auge da conquista de muitas transformações na construção do espaço destinado ao culto. Predominava a característica de alcançar grandes alturas, com

uma verticalidade exacerbada, direcionando o olhar para o alto. Não obstante os valores artísticos e culturais desse estilo, ele vai na contramão de uma concepção de espaço existente nas casas e também nas basílicas dos séculos IV e V, que permitiam às pessoas formar círculos, ora em torno da Palavra, ora em torno do altar.

No gótico, a disposição do espaço separa ainda mais o clero dos fiéis. Na ação litúrgica, a relação é clero-celebrante, mediador, e a assembleia, “muda espectadora” (SC 48). A participação ativa da assembleia como sujeito deu lugar às devoções

paralelas à ação comunitária. O balaústre, que surgiu neste contexto, é um símbolo dessa separação.

5. O retorno às fontes

Na segunda década do século XX, o mundo atravessa um período de grandes descobertas. Somado à Revolução Industrial e a um vasto movimento artístico, científico e técnico, o desenvolvimento das cidades demarcou um novo estilo de vida. No seio da Igreja, surgem os movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico que culminaram no Concílio Vaticano II, o qual propõe um caminho de retorno às fontes, indicando as comunidades dos primeiros séculos como referência da missão de Jesus. Assim, não ignorando a riqueza arquitetônica de séculos, a Igreja passa a ressignificar os espaços de celebração, dando alguns critérios para a sua readequação, à luz dos princípios teológicos e pastorais do Concílio:

- devolver ao altar a centralidade, a dignidade e a visibilidade dentro do espaço como símbolo do próprio Cristo;

- dar o devido lugar ao ambão, conferindo-lhe destaque por ser, como o altar, mesa que oferece o pão da vida na Palavra;



– dispor a assembleia de forma que se manifeste como um corpo, agente ativo da ação e da vida litúrgica, prevendo lugares para a boa atuação dos ministérios;

– destinar uma capela para a reserva eucarística como lugar de oração pessoal;

– devolver à igreja a fonte batismal, valorizando o simbolismo da água, conforme a tradição da Igreja e a recomendação do próprio Ritual do Batismo (cap. III, n. 22);

– retirar os excessos decorativos destituídos de valor simbólico, sem finalidade ritual, motivo de distração para os fiéis.

Conclusão

Depois de 54 anos do Concílio Vaticano II, o rosto das igrejas não esconde as marcas da reforma litúrgica e manifesta nova compreensão de Igreja e nova concepção de liturgia. Podemos afirmar que as construções ou readaptações dos espaços de celebração são o reflexo de como se crê e como se celebra. Mas a recepção do Concílio, no que diz respeito ao espaço celebrativo, nem sempre ocorreu nas comunidades, também faltou uma pedagogia para evitar traumas próprios de qualquer mudança. O que se requer é planejamento e processo gradual que permita às comunidades fazer experiência com adaptações provisórias, para que aos poucos possam assimilar as mudanças, apropriar-se de novos modelos e dispensar saudosismos.

Permanece, portanto, o desafio de construir (ou reformar) espaços em sintonia com o espírito do Concílio Vaticano II. O norte é sempre a liturgia, memorial do mistério pascal do Cristo, servidor do Reino, e da sua Igreja, povo sacerdotal, chamado a participar ativa, consciente e frutuosamente.

Na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, n. 41, o papa Bento XVI diz:

A profunda ligação entre a beleza e a liturgia deve levar-nos a considerar aten-

Técnica vocal

Princípios para o cantor litúrgico

Paula Molinari

112 págs.



A obra é um passo significativo no diálogo entre fonoaudiologia e liturgia. Agora podemos contar com um subsídio que nos aponta o caminho para a mútua fecundação entre essas duas ciências.

Canto litúrgico

Forma musical, análise e composição

José Weber, SVD

112 págs.



O presente livro preenche uma lacuna no rol de subsídios para quem exerce o ministério de composição de música litúrgica no Brasil. A maioria dos exemplos musicais apresentados nele é proveniente do *Hinário Litúrgico* da CNBB.

Ilustrações meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



tamente todas as expressões artísticas colocadas a serviço da celebração. [...] A este respeito, tenha-se presente que a finalidade da arquitetura sacra é oferecer à Igreja que celebra os mistérios de fé, especialmente a eucaristia, o espaço mais

idôneo para uma condigna realização da sua ação litúrgica; de fato, a natureza do templo cristão define-se precisamente pela ação litúrgica, a qual implica a reunião dos fiéis (*ecclesia*), que são as pedras vivas do templo (1Pd 2,5). ●

Bibliografia

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

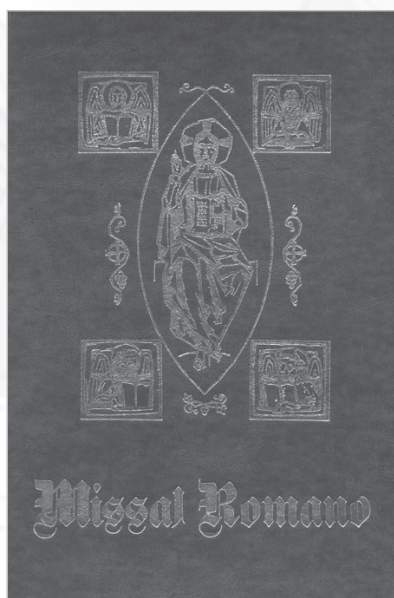
ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRADE, Gabriel. *Arquitetura sagrada no Brasil: sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2007.

GATTI, Vincenzo. *Liturgia e arte: il luoghi della celebrazione*. Bologna: EDB, 2001.

RICHTER, Klemens. *Espaços de igrejas e imagens de Igreja: o significado do espaço litúrgico para uma comunidade viva*. Coimbra: [s.n.], 1998.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



1088 páginas

Missal Romano

Encadernado

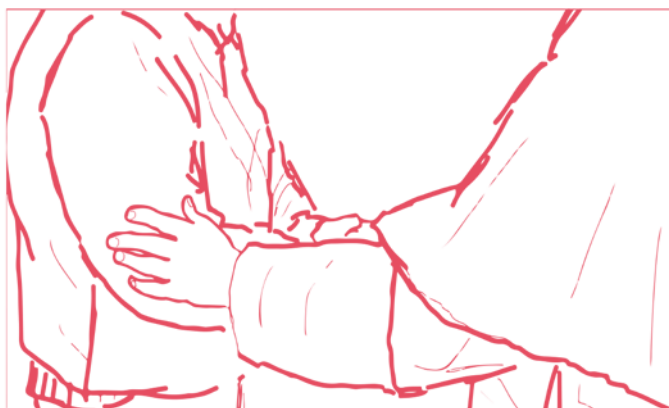
Sagrada Congregação para o Culto Divino

Este *Missal Romano* apresenta o rito da missa, com enorme variedade de introduções para cada parte da celebração; apresenta também grande alcance pastoral, com as aclamações para todas as orações eucarísticas.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



Leigo: um conceito em evolução

Jean Poul Hansen*

O presente artigo apresenta a evolução do conceito de “leigo”, desde a sua completa ausência nas Escrituras, nas quais estão as suas raízes mais significativas, passando pela Igreja primitiva, em que aparece a diferenciação clero-leigo, até chegar à cristandade, em que a distinção vai se tornando progressivamente separação. O Concílio Vaticano II, com sua ecclesiology de comunhão, resgata um conceito positivo do laicato que continua a desenvolver-se na teologia posterior.

Introdução

A palavra “leigo” (em grego *laïkós*, e em latim *laicus*) deriva da palavra grega *laós*, que quer dizer “povo”. No entanto, o termo teve sempre uma conotação negativa: “leigo” é aquele que não sabe, que não domina determinado conhecimento, que não tem o conhecimento ou a habilidade necessária para determinada arte ou ciência, que não possui conhecimento aprofundado sobre determinada área do saber. Pode ser tomado como sinônimo de ignorante. Foi usado assim, sobretudo na Idade Média, para diferenciar o povo, muitas vezes iletrado,

*Pe. Jean Poul Hansen pertence ao clero da Diocese da Campanha (MG). Estudou Teologia no Instituto Teológico Interdiocesano São José, em Pouso Alegre (MG). É mestre em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade de Salamanca, na Espanha, docente na Faculdade Católica de Pouso Alegre (Facapa), coordenador diocesano de pastoral e assessor da Pastoral Catequética na sua diocese. É também membro da equipe de redação da *Revista ECOando* e pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Careçu (MG). E-mail: hpj76@hotmail.com



sem acesso à cultura, de uma elite cultural e muitas vezes clerical. Na modernidade, o termo se estendeu ao nível geral, sendo usado em praticamente todas as áreas humanas com este sentido pejorativo.

Foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) – sem dúvida, o maior evento eclesial do século XX – que, entre outras tantas questões, superou essa compreensão negativa e estabeleceu um conceito positivo de “leigos”, designando-os da seguinte forma na Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*:

Todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo batismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo (LG 31).

O ponto de partida é ainda negativo, ou seja, a negação do estado clerical e religioso, mas logo em seguida aparecem o batismo e o povo de Deus, os dois grandes fundamentos da teologia conciliar e pós-conciliar do laicato.

1. Nas Sagradas Escrituras, a raiz

As Sagradas Escrituras, contudo, não conhecem essa palavra nem esse conceito, muito embora a sua raiz, *laós* (povo), esteja muito presente em toda a Bíblia, especialmente no Primeiro Testamento (cf. Ex 6,6-7; Dt 7,6-10; 29,12; 2Sm 14,13; Jr 7,23). Também no Segundo Testamento, em que normalmente pretenderíamos encontrar a palavra e o conceito de “leigo”, eles não aparecem.

Durante os dois primeiros séculos, as comunidades cristãs viveram sua experiência de fé como um povo eleito, todo ele consagrado e santificado em Jesus Cristo (cf. 1Cor 11,1), dirigindo-se uns aos outros como “santos” (cf. At 9,13; Rm 1,7; 15,25.31; 2Cor 1,1; Ef 1,4; 1Ts 5,27), pois se sabiam todos “eleitos”, igualmente “herdeiros da promessa” (cf. Gl 3,19; At 20,32) e chamados a exercer um sacerdócio real, oferecendo a Deus um culto verdadeiro no Espírito (cf. 1Pd 2,9).

Encontramos, nessa época, uma diferenciação de dons e carismas, a serviço do crescimento da comunidade e da missão. Há clara distinção de funções e de tarefas – apóstolos, colaboradores, líderes locais e membros da comunidade etc. –, sem que isso realize uma diferenciação hierárquica na comunidade (cf. FAIVRE, 2001, p. 25-27). As cartas autênticas de Paulo são disso um testemunho, pois nelas não aparece

uma hierarquia definida, visto que, na sua redação, ainda não se tinha institucionalizado o carisma.

2. Na Igreja primitiva, o primado da unidade

O primeiro a usar a palavra “leigo” foi São Clemente de Roma (35-97 d.C.), por volta dos anos 90 d.C., não para distinguir nem para hierarquizar os ministérios no movimento cristão, mas simplesmente para designar as pessoas que não chegaram ao conhecimento espiritual, ou seja, à vida nova em Cristo, e pensam que sua salvação vem da observância dos preceitos e do culto da antiga aliança. São Clemente Romano fala de “homens leigos sujeitos a preceitos leigos”.

Os fiéis em Cristo foram homens e mulheres que, compartilhando lado a lado as condições ordinárias da vida das pessoas do seu tempo, caminhavam como povo

“Durante os dois primeiros séculos, as comunidades cristãs viveram sua experiência de fé como um povo eleito, todo ele consagrado e santificado em Jesus Cristo”



chamado à santidade, inseridos na vida social, na qual, conscientes de serem escolhidos por Deus para tornar realidade seu projeto de amor no meio do mundo, anunciavam e testemunhavam o evangelho, vivendo como discípulos no seguimento de Jesus Cristo e testemunhando sua centralidade na própria vida.

A conversão não supunha para eles, regra geral, o abandono de suas famílias, de seu estado de vida, de suas ocupações profissionais etc. Sua vida no meio do mundo, isso sim, era paradoxal (cf. LÓPEZ, 2012, p. 54-70), como testemunha a Carta a Diogneto (V e VI):¹

Os cristãos, de fato, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por sua língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam língua estranha, nem têm algum modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, graças ao talento e a especulação de homens curiosos, nem professam, como outros, algum ensinamento humano. Pelo contrário, vivendo em casas gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimento e ao resto, testemunham um modo de vida admirável e, sem dúvida, paradoxal. Vivem na sua pátria, mas como forasteiros; participam de tudo como cristãos e suportam tudo como estrangeiros. Toda pátria estrangeira é pá-

tria deles, e em toda pátria são estrangeiros. Casam-se como todos e geram filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. Põem a mesa em comum, mas não o leito; estão na carne, mas não vivem segundo a carne; moram na terra, mas têm sua cidadania no céu; obedecem às leis estabelecidas, mas com sua vida ultrapassam as leis; amam a todos e são perseguidos por todos; são desconhecidos e, apesar disso, condenados; são mortos e, deste modo, lhes é dada a vida; são pobres e enriquecem a muitos; carecem de tudo e têm abundância de tudo; são desprezados e, no desprezo, tornam-se glorificados; são amaldiçoados e, depois, proclamados justos; são injuriados, e bendizem; são maltratados, e honram; fazem o bem, e são punidos como malfeitores; são condenados, e se alegram como se recebessem a vida. Pelos judeus são combatidos como estrangeiros, pelos gregos são perseguidos, e aqueles que os odeiam não saberiam dizer o motivo do ódio.

Em poucas palavras, assim como a alma está no corpo, assim estão os cristãos no mundo. A alma está espalhada por todas as partes do corpo, e os cristãos estão em todas as partes do mundo. A alma habita no corpo, mas não procede do corpo; os cristãos habitam no mundo, mas não são do mundo. A alma invisível está contida num corpo visível; os cristãos são vistos no mundo, mas sua religião é invisível. A carne odeia e combate a alma, embora não tenha recebido nenhuma ofensa dela, porque esta a impede de gozar dos prazeres; embora não tenha recebido injustiça dos cristãos, o mundo os odeia, porque estes se opõem aos prazeres. A alma ama a carne e os membros que a odeiam; também os cristãos amam aqueles que os odeiam. A alma está contida no corpo, mas é ela que sustenta o corpo; também os cristãos estão no mundo

¹ A *Epístola do discípulo a Diogneto* (em grego: *Πρὸς Διόγνητον Ἐπιστολή*) é provavelmente o exemplo mais antigo da apologética cristã (textos em defesa do cristianismo contra seus acusadores). O autor e o destinatário são gregos do século II d.C. O autor é um cristão de comunidades joaninas que não usa o termo “Jesus” nem a palavra “Cristo”, preferindo o uso de “o Verbo”. O destinatário, um tal Diogneto, pode ter sido um tutor do imperador romano Marco Aurélio, o que é improvável; o mais provável é que “o excelentíssimo Diogneto” seja Cláudio Diógenes, procurador de Alexandria na virada do século II para o século III d.C. Nada mais se pode afirmar, permanecendo desconhecidos o autor e o destinatário desse singular escrito.



como numa prisão, mas são eles que sustentam o mundo. A alma imortal habita em uma tenda mortal; também os cristãos habitam como estrangeiros em moradas que se corrompem, esperando a incorruptibilidade nos céus. Maltratada em comidas e bebidas, a alma torna-se melhor; também os cristãos, maltratados, a cada dia mais se multiplicam. Tal é o posto que Deus lhes determinou, e não lhes é lícito dele desertar.

Os cristãos estiveram, portanto, inseridos em sua realidade, trabalhando, convivendo nos lugares públicos e habituais, mantendo quanto possível o mesmo jeito e modo de ganhar a vida, e evitando apenas os espetáculos do circo e as obscenidades do teatro (cf. Tertuliano, *Apologética*, 38,4). A ambiguidade da história, a presença nela de realidades e estruturas de pecado, não foram ocasião de fuga para os primeiros cristãos, senão de fazer-se presentes no meio dela como sal e luz (cf. Mt 5,13-16). E foi essa inserção, ademais, o próprio método de evangelização.

3. Na cristandade, cresce a diferenciação e se torna separação

Se algo caracteriza a Igreja primitiva é a escassa diferenciação entre “leigos” e “clérigos”, o que fica patente quando constatamos que a presença dos leigos na organização institucional ocupa um papel relevante

na comunidade eclesial e, depois do ano 313 d.C.,² nas próprias estruturas do Império. Leigos conscientes de que o ponto de partida é o batismo. Ele é o início do ser cristão, ou como afirmou São Jerônimo (347-420 d.C.), de maneira breve, mas eloquente: “O batismo é o sacerdócio do leigo” (*Dialogus contra luciferianos*, n. 4).

Podemos dizer que a igualdade de todos os fiéis perante Deus é um dos princípios basilares da sociedade cristã. A diferenciação que lentamente ocorreu, durante os séculos I

e II, com o aparecimento de estruturas organizativas na comunidade, respondia à necessidade de propor um intermediário visível entre Deus e as pessoas, donde surgiria uma classe particular e eleita, o clero. Isso só acontece claramente no século III. É só a

partir de Santo Ireneu (130-202 d.C.) que se pode falar de uma diferenciação hierárquica entre clero, no qual se agrupam os ministérios, e leigos (cf. LÓPEZ, 2012, p. 44-46).

Não nos esqueçamos de que foi a partir do século IV que se estabeleceu o uso de

2 Em 313 d.C., o tetrarca ocidental Constantino I, o Grande, e Licínio, o tetrarca oriental, emitiram o Édito de Milão, que declarava que o império romano seria doravante neutro em relação ao credo religioso, o que pôs um ponto final à perseguição sancionada oficialmente aos cristãos. Sua aplicação fez devolver os lugares de culto e as propriedades que tinham sido confiscadas aos cristãos e possibilitou-lhes o ingresso no serviço público, deu ao cristianismo (e a todas as outras religiões) o estatuto de legitimidade, comparável com o paganismo, e, com efeito, privou o paganismo da condição de religião oficial do império romano e dos seus exércitos.

“A igualdade de todos os fiéis perante Deus é um dos princípios basilares da sociedade cristã”



376 páginas

Homilias e comentário ao Cântico dos Cânticos

Patrística – Vol. 38

Orígenes

Embora Orígenes não tenha sido o primeiro a compor um comentário patrístico sobre o *Cântico dos Cânticos*, sua interpretação colhe misticamente a intensidade da linguagem do amor matrimonial, transpondo-a da atração sexual à relação amorosa religiosa. A leitura originiana do motivo matrimonial no *Cântico dos Cânticos* funda-se na primazia do amor.

paulus.com.br

11 3789-4000 | 0800-164011

vendas@paulus.com.br



lugares diferenciados na celebração litúrgica para o clero e o povo. Este detalhe foi testemunhado pelo *Codex Theodosianus*,³ um século mais tarde, ao determinar que os clérigos fossem postos na abside ou capela-mor e os fiéis, na nave da igreja, denominada “o lugar de oração do povo” (*Codex Theodosianus*, 9,45). Nessa época, clérigos e leigos se vestiam da mesma maneira e, ademais, levavam um mesmo estilo de vida, sendo também habitual ao clero o trabalho manual. Nem sequer a recomendação paulina da continência (cf. 1Cor 7,1-2.7-9.32-35) se havia transformado ainda na lei canônica do celibato.⁴

A mudança das relações internas da comunidade, com a institucionalização da hierarquia sacerdotal e com a desigual participação na vida litúrgica, produziu variadas reações. A mais ferrenha foi a do Montanismo, um grupo de cristãos que vivia separado da Igreja e se denominavam “pneumáticos” (inspirados pelo sopro do Espírito), em oposição aos demais cristãos, considerados “psíquicos” (ou racionalistas). A resistência que o Montanismo impunha à instituição eclesiástica tornava-o perturbador à hierarquia, uma vez que o movimento respondia às necessidades e anseios de largas camadas cristãs, desiludidas ante o retardamento da *parúsia*,⁵ razão de sua

rápida expansão. Também Orígenes (185-253 d.C.) sentiu na pele essas mudanças, pois ele, que era leigo e professor de Teologia em Alexandria e sempre pregara nas eucaristias diante dos bispos que as presidiam, acabou sendo proibido de pregar. Larga controvérsia se estabeleceu, até que, no século V, são Leão Magno (400-461 d.C.) colocou um ponto final na questão, afirmando:

Ninguém, seja monge ou leigo, atreva-se a atribuir-se o direito de ensinar e de pregar [...]. Não se deve permitir que ninguém que não pertença à Ordem Sacerdotal se atribua a prerrogativa de pregar, sendo conveniente que, na Igreja de Deus, todas as coisas sejam ordenadas (LÓPEZ, 2012, p. 95).

Estava assim estabelecida a distinção e a distância entre clérigos e leigos, acentuada por um laicato medieval desprovido de acesso à cultura, o que provocou e reforçou a ausência dos leigos na tarefa da difusão da fé. Só o Concílio Vaticano II, no século XX, é que veio redimir e redimensionar, com sua eclesiologia de comunhão, o papel do leigo na Igreja, preconizado pelo aflorar da Ação Católica durante o pontificado de Pio XII (1939-1958) e pelos contemporâneos movimentos bíblico, litúrgico e ecumênico, os quais o Concílio retomou para fazer ressurgir uma imagem de Igreja menos hierárquica, descrita como Corpo Místico, comunhão de pessoas. Isso se expressará de maneira especial com a imagem bíblica da Igreja povo de Deus, termo que, em padres tão significativos como são João Crisóstomo (349-407 d.C.), é referido como *laós*.

Conclusão

O Concílio Vaticano II, na perspectiva de sua eclesiologia de comunhão e do resgate do conceito fundamental de povo de Deus, é o primeiro concílio, na bimilenar história da Igreja, a dedicar-se ao tema da

³ O *Codex Theodosianus* é uma compilação das leis do império romano sob os imperadores cristãos desde 313 d.C. Uma comissão, com 22 pesquisadores, foi criada por Teodósio II, em 429 d.C., e a compilação foi publicada na metade oriental do império romano em 438 d.C. Um ano depois, também foi introduzida no Ocidente pelo imperador Valentiniano III. Foi a primeira ocasião em que o governo romano, por sua autoridade pública, tentou recolher e publicar as suas leis. O código, com mais de 2.500 constituições emitidas entre 313 e 437 d.C., aborda temas políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos.

⁴ O primeiro cânon que surgiu como legislação eclesiástica obrigando ao celibato pertence aos 81 cânones emanados do Concílio de Elvira, na Espanha, no século IV (entre 303 e 324 d.C.), que reuniu 19 bispos da Península Ibérica.

⁵ *Parúsia* (do grego *Παρουσία*, “presença”) é termo usualmente empregado com a significação religiosa de “volta gloriosa de Jesus Cristo, no fim dos tempos”. É também traduzido por segunda vinda de Cristo.



atividade apostólica dos cristãos leigos e o faz com a publicação do decreto *Apostolicam Actuositatem*, na última sessão conciliar, em 18 de novembro de 1965. Como não podia ser diferente, subjaz ao decreto uma concepção do leigo como destinatário da ação da Igreja.

Após o Sínodo de 1987, João Paulo II foi o primeiro papa da história da Igreja a publicar um documento pontifício sobre os leigos. Vinha a público, em 30 de dezembro de 1988, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici*, sobre a vocação e missão do cristão leigo na Igreja e no mundo, uma tentativa de retomar, aprofundar e até mesmo redirecionar o caminho conciliar. Dez anos passados, a Congregação para a Doutrina da Fé emitiu uma *Instrução acerca de algumas questões sobre a colaboração dos fiéis leigos no sagrado ministério dos sacerdotes*. O título já deixa notar o claro incômodo causado por algumas Igrejas locais que investiram no protagonismo laical, outra solicitação e instigado.

Foi então a vez de os bispos do Brasil entrarem em cena e indicarem, de modo claro, qual era o direcionamento para a “missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas na Igreja e no mundo”, título dado ao Documento 62 da CNBB, aprovado na sua 37ª Assembleia Geral, em abril de 1999. Aqui o conceito de leigo já não é de destinatário, mas surge como

interlocutor da Igreja, ou seja, alguém que está em condições de dialogar.

Passados 18 anos, os bispos do Brasil empenharam-se numa atualização daquele documento e publicaram, em 2017, o Documento 105, *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade, sal da terra e luz do mundo*, claro avanço no conceito em questão, pois agora nossos bispos chamam os cristãos leigos e leigas a serem sujeitos plenos da Igreja. Para tanto, convocou-se um Ano Nacional do Laicato, de 26 de novembro de 2017 a 25 de novembro de 2018, com o objetivo de investir na formação destes que são a incontável maioria do povo de Deus, os leigos e leigas, para que tenham clara sua identidade, vocação e missão, na Igreja e na sociedade. Esta configura o seu primeiro e prioritário âmbito de ação, naquela se realiza sua segunda tarefa, em colaboração com a missão dos pastores.

Estamos diante de uma grande oportunidade para tomar consciência do enorme processo que passa por nós e continua no amadurecimento da compreensão do projeto de Deus, revelado em Jesus Cristo, projeto que vai tomando corpo em nós, pastores e fiéis, clero e laicato, quando juntos nos empenhamos na mesma tarefa de edificar o Reino de Deus em nosso mundo carente do fermento, do sal e da luz do evangelho. ●

Bibliografia

FAIVRE, Alexandre. *Los primeros laicos: cuando la Iglesia nació al mundo*. Burgos: Monte Carmelo, 2001.

GONZÁLEZ, Miguel Anxo Pena. La edad patristica y la configuración de una espiritualidad laical. In: LÓPEZ, Elisa Estévez (org.). *Hombres y mujeres de espíritu en el siglo XXI*. Salamanca: Universidad Pontificia, 2012.

LÓPEZ, Elisa Estévez. Los primeros cristianos como modelo de espiritualidad laical. In: _____. *Hombres y mujeres de espíritu en el siglo XXI*. Salamanca: Universidad Pontificia, 2012.

_____. *Hombres y mujeres de espíritu en el siglo XXI*. Salamanca: Universidad Pontificia, 2012, p. 95.

Roteiros homiléticos

Também na internet:
vidapastoral.com.br

*Irm. Zuleica Aparecida Silvano, religiosa paulina, licenciada em Filosofia pela UFRGS, mestra em Ciências Bíblicas (Exegese) pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma) e doutora em Teologia Bíblica pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), onde atualmente leciona. É assessora no Serviço de Animação Bíblica (SAB/Paulinas) em Belo Horizonte. E-mail: zuleica.silvano@paulinas.com.br



Zuleica Aparecida Silvano*

Todos os Santos 4 de novembro

I. Introdução geral

Neste ano dedicado ao laicato, é muito significativo celebrar a solenidade de Todos os Santos e Santas, pois o caminho de santidade tem sua raiz principal na graça batismal, no ser introduzido no mistério pascal de Cristo e receber seu Espírito. Esse caminho é um dom, mas é também um convite constante ao compromisso com o Reino de Deus (evangelho). A Igreja, ao fazer memória de seus santos (canonizados ou não) e mártires, ensina que é possível a todos percorrer esse caminho, mesmo diante de forças adversas (I leitura). O evangelho de hoje nos faz recordar as palavras do papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* (GE) sobre a santidade: “Se um de nós se questionar sobre como fazer para chegar a ser um bom cristão, a resposta é simples: é necessário fazer [...] aquilo que Jesus disse no sermão da bem-aventurança” (GE 63). De fato, ser santo é viver como filho de Deus,



deixar-se transformar, entregar-se à vivência do amor (II leitura) e seguir Jesus Cristo no dia a dia, tendo como programa de vida as bem-aventuranças (evangelho).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Ap 7,2-4.9-14

Este texto do Apocalipse objetiva animar as comunidades cristãs a permanecer fiéis a Cristo, sobretudo diante da perseguição e das tribulações. O capítulo 7 está situado na seção da abertura dos selos (6,1-7,17) e é resposta à pergunta do capítulo precedente (Ap 6,17): quem poderá ser considerado inocente (“ficar em pé”) no dia da intervenção final e do julgamento de Deus? A resposta é: aquele que permanece fiel ao seguimento de Jesus Cristo, mesmo que isso possa lhe custar a entrega da própria vida.

A primeira cena (vv. 2-4) tem como contexto a terra, sob ameaça dos ventos que vêm dos quatro ângulos, considerados ventos nocivos e destruidores (cf. 1 Henoc 76). Os servos, porém, serão poupados por meio de uma intervenção direta e gratuita de Deus, conforme anuncia o quinto anjo encarregado por Deus de dar as ordens aos mensageiros descritos no v. 1.

Ser assinalado na frente, como mencionado no v. 3, é expressão da proteção divina (cf. Ex 12,21-30), e os assinalados, provavelmente, são aqueles que não se deixaram contaminar pela idolatria (cf. Ez 9,1-11) e, portanto, pertencem a Deus. Esses dois comentários ajudam a compreender o significado de sermos assinalados no rito do batismo.

O número 144 mil é simbólico (v. 4), indica que são muitos e formam uma totalidade perfeita (144 mil é um número perfeito, resultado da multiplicação de 12 x 12 x 1.000). Provavelmente, refere-se ao povo de Deus que será preservado das ameaças e dos flagelos pela sua fidelidade ao Deus vivente (cf. Nm 1,20-43).

A segunda visão (vv. 9-14) apresenta uma multidão incontável, proveniente de todas as nações (universalidade). A túnica branca retrata a salvação e, no Apocalipse, foi prometida aos vitoriosos e aos mártires (3,4; 6,11), ou seja, àqueles que são fiéis ao projeto de Deus e venceram as forças que se opõem a Cristo. Da mesma forma que Deus salvou Israel da escravidão do Egito, também o Cordeiro salvará aqueles que resistiram a toda opressão. A vitória e a salvação pertencem a Deus e ao seu Cordeiro. Deste modo, os mártires e os perseguidos (que passaram pela tribulação) participam da Paixão de Cristo, mas também de sua vitória.

A pergunta do ancião, no v. 13, tem a finalidade de enfatizar a solenidade da revelação e o significado do simbolismo das “túnicas brancas”. A resposta paradoxal de que as túnicas são brancas porque foram lavadas no sangue do Cordeiro nos faz vislumbrar a salvação final, já experimentada, mas não totalmente, ao aderirem a Jesus, o Messias, e serem introduzidos no tempo messiânico pelo batismo. Deste modo, a purificação trazida pelo sangue do Cordeiro permite aos cristãos realizar um culto agradável a Deus por meio de sua vivência comunitária e pelo cumprimento da missão, dada a cada um, de anunciar o Reino de Deus e de por ele chegar a doar a própria vida.

2. Evangelho: Mt 5,1-12a

As bem-aventuranças marcam o início dos discursos sobre o Reino de Deus no Evangelho segundo Mateus. Os destinatários da mensagem de Jesus são pessoas provenientes de vários lugares (tanto de Israel como das regiões dos gentios), ou seja, todas as nações (cf. Mt 4,25).

Jesus sobe ao monte e assume a posição de Mestre. O monte é o lugar da revelação e é o local onde Jesus ensina com autoridade (cf. Mt 7,28-29). É possível estabelecer um paralelismo entre Jesus e Moisés. Moisés subia ao Sinai para receber a Lei de Deus desti-



nada a Israel (cf. Ex 19,3; 24,15.18), sinal da aliança entre Deus e o povo, enquanto Jesus, como Messias e Filho de Deus, sobe ao monte para apresentar não uma Lei, mas um programa de vida, e para estabelecer nova aliança com toda a humanidade (cf. Mt 5,1-7,27).

A bem-aventurança é o resultado daquilo que é constatado após uma sequência de fatos. Por isso está relacionado ao passado e ao presente, e não somente ao futuro. As bem-aventuranças, em Mt, podem ter um caráter escatológico, no sentido do “já e ainda não”: ou seja, já acontecem e são reveladas nos gestos de Jesus Cristo, que inaugura o Reino de Deus, e daqueles que seguem o Messias Jesus, mas serão vivenciadas em sua plenitude na salvação futura.

O papa Francisco afirma que ser “bem-aventurado” tornou-se sinônimo de ser santo, “porque expressa que a pessoa fiel a Deus e que vive a sua Palavra, na doação de si mesma, vive a verdadeira felicidade” (GE 64).

O discurso das bem-aventuranças é o alegre anúncio do Reino de Deus, dirigido ao povo pobre, oprimido, indefeso, marginalizado, aflito. Em Cristo, Deus vem para defender, consolar, acolher, ouvir novamente o clamor do povo. Deste modo, as bem-aventuranças descrevem o modo cristão de viver o seguimento de Jesus, de estar em comunidade, na história. É um convite à mudança de mentalidade ao qual não podemos ficar indiferentes (cf. Mt 4,17). Essa mudança tem como critério a novidade do Reino, que nos desconcerta, visto serem chamados de “felizes” aqueles que a sociedade despreza, exclui, os considerados “infelizes”.

A primeira bem-aventurança é dirigida aos “pobres em espírito”, no entanto não podemos interpretá-los como aqueles que toleram passivamente a pobreza. “Pobre” é a pessoa que tem consciência de sua total dependência de Deus. Por isso, está disponível a cumprir a sua vontade, pois tem consciência de que não é possível depositar sua confiança na riqueza ou nos bens. No texto, chama a

atenção a relação existente entre os “pobres em espírito” (v. 3) e os que “vivem perseguidos por causa da justiça” (v. 10), pois em ambos os casos o verbo “ser” está no presente (“porque deles é...”) e a herança consiste no Reino de Deus. Desse modo, é legítimo afirmar que os “pobres em espírito” são os perseguidos por causa da justiça, ou seja, os que sofrem nas mãos dos opositores a Cristo, os que acreditam que o Reino de justiça, vivido e anunciado por Jesus, não é sonho utópico e por isso lutam e resistem para que esse Reino aconteça. Um texto que poderia nos ajudar a entender os “pobres em espírito” é Mt 25,34-40, no qual se afirma que aqueles que têm compaixão para com os mais pobres herdarão o Reino de Deus. Assim, os “pobres em espírito” são também aqueles que são solidários, dóceis à Palavra e abertos à incessante novidade de Deus.

Os aflitos, contemplados na segunda bem-aventurança, são os que sofrem por causa das forças do mal, os que são vítimas da opressão e da violência. O termo “consolar” – que literalmente pode ser traduzido por “chamar para junto de”, ou seja, defender, intervir em favor daquele que não pode se libertar sozinho – remete-nos à missão profética descrita em Is 61,1-2.

A terceira bem-aventurança está baseada no Sl 37,11, quando menciona os injustamente desapropriados de suas terras. Por isso, podemos traduzir por felizes os oprimidos, os fracos, os que se encontram em condições lastimáveis e percebem, pelo anúncio de Jesus, ser possível restituir sua dignidade e contar com a partilha, na qual todos terão o necessário para sobreviver.

Os que têm fome e sede de justiça são aqueles que optaram por viver a justiça de tal forma, que ela perpassa seu modo de ser, de pensar, de agir, é uma necessidade. Justiça significa ter justa relação com Deus, com o próximo e consigo mesmo. Justo é alguém que se deixa configurar a Cristo, alguém que se insere no processo de humanização de



suas relações, alguém que deseja e constrói uma sociedade justa e fraterna.

A bem-aventurança seguinte é centrada na misericórdia, tema fundamental em Mt, a qual se expressa na compaixão para com o outro por meio de gestos concretos (cf. Mt 9,13; 12,7; 25,35-37) e no perdão nas relações comunitárias (cf. Mt 18,33).

A expressão “puro de coração” nos reporta ao Sl 24. A maior das impurezas é a “morte”, assim os “puros de coração” são aqueles que promovem a vida e experimentam profundamente a presença do Deus da vida. A “pureza de coração” também está ligada à santidade e à integridade interior.

A expressão “os que promovem a paz” pode ser interpretada como referência aos justos (cf. Sl 34,15), por terem uma vida perpassada por valores éticos. A paz é a síntese dos bens prometidos por Deus para os tempos messiânicos. Trabalhar pela paz, portanto, é ser colaborador de Deus na construção de seu Reino.

Ser perseguido é a experiência dos cristãos, membros das comunidades primitivas, como é o caso da de Mateus, por serem seguidores do Mestre Jesus e fiéis às suas palavras e gestos.

3. II leitura: 1Jo 3,1-3

Este texto se inicia com uma exultação, motivada pela constatação de que o cristão que experimenta o amor de Deus Pai, pela adesão a Jesus e por meio do batismo, é filho de Deus.

No v. 1, a palavra “mundo” deve ser entendida como tudo aquilo que se opõe a Cristo. Na primeira carta de João, são aqueles que não reconhecem Jesus como Messias e Filho de Deus. A frase “como ele é” (v. 2), neste contexto, ressalta a diferença entre conhecer Jesus Cristo e o Pai por meio da fé e a visão de Deus, em sua glória, no fim dos tempos.

A expressão “santificar a si mesmo” ou “purifica a si mesmo” (v. 3) pertence ao âmbi-

to cultural e pode ser também entendida no sentido ético, ou seja, tornamo-nos semelhantes a Cristo quando agimos conforme seus ensinamentos, tão bem retratados no evangelho, e deste modo vamos sendo santificados.

III. Pistas para reflexão

As leituras desta solenidade de Todos os Santos e Santas nos ajudam a compreender a vocação universal à santidade. Vocação que fomos convidados a reavivar por meio da instituição do Ano do Laicato e por meio da Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, do papa Francisco. Elas também contribuem para esclarecer as concepções errôneas de que a santidade é algo ultrapassado, que nem cabe considerar, ou algo tão distante, que não é possível atingir, restando-nos desistir e continuar com uma vida cristã acomodada. Ser santo não consiste num desenfreado esforço humano e num afastamento quase total de tudo o que esteja ligado às “coisas do mundo”; significa, antes, viver profundamente o nosso ser batizado, que é um dom, uma graça recebida de Deus (II leitura), mas supõe uma resposta, um compromisso com o Reino de Deus e uma vida pautada pelas bem-aventuranças (evangelho).

Nesta solenidade, cada cristão é ainda convocado a permanecer fiel a Cristo, resistir à perseguição e às realidades que se opõem ao projeto de Deus (I leitura) e também fazer memória dos santos e santas (canonizados ou não) e dos mártires da América Latina, que tão bem souberam viver as bem-aventuranças e expressá-las nos pequenos gestos no cotidiano (GE 16).

32º Domingo do Tempo Comum
11 de novembro

I. Introdução geral

As leituras bíblicas deste domingo têm como temas centrais a confiança no Deus verdadeiro e a entrega total da própria vida,



conforme fez Jesus Cristo (II leitura), em contraste com a falsa piedade dos escribas (evangelho) e com os falsos ídolos que conduzem à morte (I leitura). Deste modo, elas nos convidam a estar disponíveis para nos dedicarmos totalmente ao serviço do Reino.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: 1Rs 17,10-16

Acab, rei de Israel, ao casar-se com Jezebel, filha do rei da Fenícia, permitiu que fosse introduzido no Reino do Norte o culto a Baal (deus cananeu ao qual se atribuía o dom da chuva e da fertilidade da terra), abandonando o verdadeiro Deus de Israel. Diante desta realidade, em 1Rs 17,1-9 Elias profetiza a seca em toda a região, mas ele mesmo é sustentado por Deus, que lhe dá água da torrente e o alimenta com o pão levado pelos corvos todas as manhãs. No v. 7, somos informados de que a torrente secou e assim o profeta não tem como sobreviver, passando a sofrer as consequências do seu anúncio: a seca e a fome. Nesse contexto, Deus dá nova ordem: “Vá a Sarepta da Fenícia para viver aí; eu ordenarei uma viúva que te dê comida”. Uma ordem que exige fé e obediência, dado que Sarepta era cidade localizada ao sul de Sidônia, na Fenícia, terra de onde provinha Jezebel e seu culto a Baal, e o profeta precisava contar com a generosidade de uma viúva estrangeira, pobre, possuidora somente de um punhado de farinha para alimentar o seu filho e a si mesma. Por outro lado, essa indefesa viúva é também desafiada a confiar num estrangeiro (Elias) e lhe é exigida atitude de profunda fé em um Deus que não conhecia, e isso num momento crucial, no qual não havia nenhuma possibilidade de esperança. Essa tensão e exigência são expressas na dramaticidade da fala da viúva (“comeremos e depois morreremos”) e na insistência do profeta, que pede a essa mulher tudo que tinha

para a sobrevivência dela e de seu filho. Elias depende do abandono confiante da viúva e lhe exige uma fé que vai além do amor para com seu filho e para consigo mesma. A viúva, mesmo diante do extremo sofrimento, da dor, da morte, confia, ajuda o profeta, entregando-lhe tudo que possuía. Pela confiança de ambos e pela generosidade da pobre viúva, Deus age e se revela como o Deus da vida.

Note-se que a vasilha de farinha e a jarra de óleo não se encheram, mas também não se esvaziaram, ou seja: Deus cumpre a promessa, mas no pouco. Desse modo, Ele convida a viúva, o profeta e a nós a confiar a cada dia e nos ensina que pouca coisa é necessária para viver quando confiamos na sua presença, a qual se manifesta no cotidiano e em nossa pobreza.

2. Evangelho: Mc 12,38-44

Na passagem de Mc 12,38-44 há a descrição do último ensinamento público de Jesus no Templo. Nesse ensinamento (vv. 38-40), Jesus questiona o comportamento dos escribas pela ostentação, pela exploração das viúvas e pelas orações feitas para impressionar os outros. Desse modo, não obedecem ao primeiro mandamento, que diz respeito a Deus, nem ao segundo mandamento, ao explorarem as viúvas, pessoas que deveriam ser protegidas por eles (cf. Ex 22,21-23; Is 1,17; 10,1-2). Por isso, Jesus afirma que terão um juízo muito severo da parte de Deus.

É nesse contexto que Jesus chama a atenção para a atitude da viúva pobre, oposta à dos escribas, que privavam as viúvas de seu patrimônio, empobrecendo-as. Num primeiro momento, o evangelista especifica onde Jesus se posiciona, o que observa (vv. 41-42), e depois nos dá a conhecer sua avaliação, fundamentada naquilo que vê. Sentado diante do cofre do Templo, Jesus observa que os ricos oferecem muito e a pobre viúva oferece duas moedinhas, que correspondem a muito pouco. A avaliação dele não se baseia no valor econômico, mas existencial. Aprova a li-



berdade da viúva pobre diante do bem material que possui e também sua atitude de total confiança em Deus. Ela, por sua vez, demonstra a capacidade de amar a Deus com toda a alma, com todo o coração, com toda a mente e com toda a força, que são os bens materiais (cf. Mc 12,30), não reservando nada para si, mas generosamente depositando “todo o seu viver” nas mãos de Deus. Jesus reprova tanto os escribas (cf. vv. 38-40), que se deixaram corromper pela ambição e pela vanglória e exploram os pobres no pouco que têm, quanto os ricos, que doam a Deus de seu supérfluo.

Este relato nos indica que o lugar do encontro com Deus não se situa no âmbito do poder cultural ou institucional, mas no da total abertura e disponibilidade a Deus. Outro aspecto a ser sublinhado é que, na atitude despojada dessa viúva pobre, que oferta “todo o seu viver”, transparece a atitude de Jesus de doar a própria vida, entregar-se totalmente por amor e por fidelidade ao projeto de Deus. Portanto, os discípulos são chamados a seguir não o exemplo dos escribas, mas sim o da pobre viúva, que centra a vida no amor gratuito a Deus.

3. II leitura: Hb 9,24-28

Tendo presente o tema central do evangelho desta liturgia, que é o doar-se totalmente a Deus, o texto de Hb 9,24-28 enfatiza a entrega plena de Jesus, a fim de destruir o pecado, e seu acesso ao santuário celestial, por meio de sua morte, para interceder por nós.

Nesta passagem, o autor estabelece um contraste entre o sacrifício de Cristo e a celebração do Dia das Expições, na qual o sumo sacerdote, uma vez por ano, entrava no Santo dos Santos (o lugar mais sagrado do Templo) para aspergir o propiciatório (provavelmente, um objeto colocado sobre a tampa da arca da Aliança) com o sangue das vítimas oferecidas em sacrifício em expiação pelos pecados do povo.

Nos vv. 24-25, são ressaltadas várias diferenças entre Jesus e o sumo sacerdote. A primeira está na afirmação de que Jesus entra no céu e diante de Deus intercede a nosso favor, enquanto o sumo sacerdote entra no santuário terreno (v. 24a, santuário feito por mãos humanas). Desse modo, confirma que Jesus é o único mediador entre Deus e nós. A segunda está na constatação de que o rito de expiação era realizado anualmente. Assim, não eram expiados os pecados definitivamente, ao passo que o sacrifício expiatório de Jesus, sua morte, é oferecido uma única e definitiva vez.

Identificamos três temas nos vv. 27-28: a vinda de Cristo no fim dos tempos, a espera ativa dos cristãos e a salvação que será obtida. Esses versículos apresentam Jesus como sacerdote e o verdadeiro Cordeiro de Deus, que elimina todos os pecados em virtude da força expiatória de seu sangue, baseando-se no cântico do Servo do Senhor em Is 52,13-53,12.

III. Pistas para a reflexão

As duas viúvas (da I leitura e do evangelho) nos interpelam sobre o que significa doar-se sem medida e ensinam a cada um de nós que o critério para discernir a autenticidade de nosso seguimento de Jesus é o despojamento. De fato, é impossível seguir Cristo sem total confiança em Deus, atitude vivenciada radicalmente por Jesus ao entregar-se por fidelidade ao projeto do Pai (II leitura).

Ao fazermos memória do único sacrifício de Cristo, possamos ter consciência deste amor transbordante do Deus crucificado, que deseja ardentemente ocupar os espaços de nossa existência que ainda permanecem fechados, sem vitalidade, para plenificá-los com sua presença e nos impulsionar à entrega de nossa vida em solidariedade com as inúmeras vítimas sacrificadas pela exclusão, pela marginalização em nossa sociedade. Desse modo, estaremos adorando o Deus verdadeiro revelado em Jesus Cristo, aquele que intercede por nós junto ao Pai.



33º Domingo do Tempo Comum
18 de novembro

I. Introdução geral

Como sinal concreto do Ano Santo Extraordinário da Misericórdia (2016), o papa Francisco instituiu o 33º Domingo do Tempo Comum como o dia mundial dos pobres, por meio da Carta Apostólica intitulada *Misericórdia et Misera* (cf. n. 21). Para o papa, esse dia irá “ajudar as comunidades e cada batizado a refletir como a pobreza está no âmago do evangelho e tomar consciência de que não pode haver justiça nem paz social enquanto Lázaro jazer à porta da nossa casa (cf. Lc 16,19-21)”. O papa Francisco exorta também a fazer deste dia “uma forma genuína de nova evangelização (cf. Mt 11,5), procurando renovar o rosto da Igreja na sua peregrinação de conversão pastoral para ser testemunha da misericórdia”.

II. Comentário dos textos bíblicos

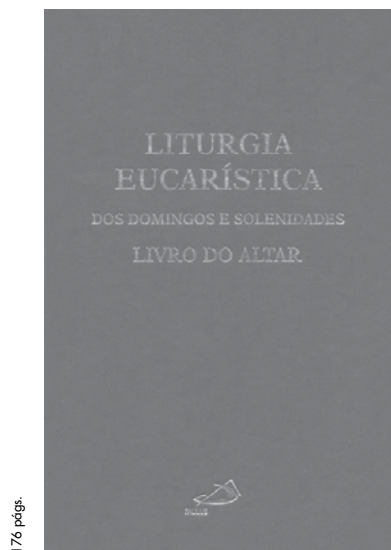
1. I leitura: Dn 12,1-3

O livro de Daniel foi escrito no período dos Macabeus (século II a.C.), quando o povo judeu sofria a dominação grega dos selêucidas, sobretudo de Antíoco IV Epífanes. Pela dificuldade em falar abertamente, pois do contrário seriam duramente torturados e até mortos, o autor opta por uma linguagem metafórica e simbólica, utilizando visões, símbolos, elementos que chamamos apocalípticos, a qual algumas vezes não é de fácil compreensão. A finalidade desses textos, que nos parecem enigmáticos, não é falar do fim do mundo ou de uma realidade futura, mas animar as comunidades a continuar resistindo e ser fiéis ao projeto de Deus. A passagem de hoje afirma que Deus está presente e intervém na história da humanidade ao introduzir a figura de Miguel (nome que significa “Quem como Deus”), o chefe do exército celeste, que tem a missão de defender o

Liturgia eucarística dos domingos e solenidades

Livro do altar

Sagrada Congregação para o Culto Divino



176 págs.

É de extrema importância apresentar ao povo a nítida distinção entre Liturgia da Palavra e a sacrificial. Esta só começa com a colocação do pão e do vinho sobre o altar. Daí a necessidade de um *Livro do altar*, que pode e deve permanecer no altar, distinto do Missal. O volume traz a liturgia eucarística dos domingos e solenidades de todo o ano.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



povo e presidir sua libertação final. Dn 12, por ser a conclusão da revelação descrita nos capítulos 10-11, sustenta que, apesar de todo sofrimento (v. 1) e da possibilidade da destruição do inimigo, é necessário instaurar o Reino de Deus, no qual seus eleitos, cujos nomes estão “inscritos no livro” da vida (cf. Sl 69,29), serão salvos.

Nos vv. 2-3 há uma das poucas alusões à ressurreição no AT (cf. 2Mc 7), com a afirmação de que os justos (aqueles que são fiéis ao projeto de Deus) ressuscitarão para a vida eterna, enquanto os injustos, para a vergonha eterna (derrota definitiva). Essa afirmação não serve para que o povo se conforme com o sofrimento e com a opressão, mas para alimentar a esperança de que aqueles que optaram pelo Senhor e vivem em comunhão com Deus já experimentam a vida concedida pelo Messias Jesus na história, e também participarão eternamente da vida divina (v. 3). É essa a certeza que sustenta o povo a continuar resistindo, pois a vitória final será do Senhor da vida, que também concederá a vida aos sábios, por se comprometerem e ensinarem a justiça.

2. Evangelho: Mc 13,24-32

O capítulo 13 de Marcos é chamado de “discurso escatológico” e assume algumas das principais características da literatura apocalíptica judaica. O capítulo se inicia com a admiração das pessoas diante do Templo de Jerusalém, o discurso de Jesus sobre sua destruição (13,1-8) e o futuro daqueles que seguem Jesus Cristo (13,9-37). Esse anúncio não tem a pretensão de prever o que acontecerá, mas quer refletir sobre a Guerra Judaica, a destruição do Templo e da cidade de Jerusalém no ano 70 d.C.

Os vv. 24-32 expõem o conteúdo central do discurso: a vinda da figura do Filho do homem (cf. Dn 7,14-15) e a garantia da vitória final do Reino de Deus. Outros dois temas importantes são a negação da previsibilidade

“daquele dia” (vv. 32) e a salvação dos que permanecem fiéis ao projeto de Deus (v. 27).

No v. 24, após a menção à “grande tribulação”, é anunciado um cataclismo cósmico, aspecto típico do anúncio do julgamento divino contra as nações nos livros proféticos e nos discursos apocalípticos (cf. Is 13,10; 34,4; Jr 4,23-24; Ez 32,7-8; Jl 2,2.10.31). O cataclismo cósmico tem a finalidade de mostrar o controle de Deus sobre o universo e proclamar a vinda do Messias.

No v. 26, o autor descreve a vinda do “Filho do homem” utilizando a linguagem das teofanias presentes no AT (cf. Ex 16,10; 24,15; Lv 16,2; Nm 11,25). Em Mc 13, as nuvens, o poder e a glória simbolizam o caráter divino do “Filho do homem”, ou seja, reforçam a dimensão divina de Jesus, que manifesta a potência e a glória de Deus Pai. Os anjos simbolizam a proximidade da presença divina.

A salvação prometida para os eleitos, provenientes de todos os povos (sentido universal), consiste na unificação e na comunhão com Deus (cf. Is 34-35 e Zc 2,10). Isso é expresso na parábola da figueira, nos vv. 28-29, a qual retrata o florescimento da comunidade cristã, que tem como fundamento Jesus Cristo e será a verdadeira “casa de oração” para todos os povos (11,17). O evangelista nos dá sinais de esperança, o Reino de Deus já foi instaurado, mas é necessário discernir seus sinais na história.

O “tudo isso”, no v. 30, provavelmente se refere à destruição do Templo (vv. 7-8), à vinda do Filho do homem (vv. 26-27) e ao florescimento da nova comunidade cristã. Por conseguinte, a comunidade pode confiar na vitória final da salvação de Deus, mesmo diante dos conflitos e da opressão, pois Deus cumprirá sua Palavra (v. 31).

Mc 13,24-32 não tem a finalidade de apresentar uma realidade futura, e sim de indicar a novidade da fé cristã em Jesus ressuscitado e mostrar que a instauração do Reino de



Deus não se dará no futuro, pois ele já foi inaugurado com Cristo e será plenamente manifestado na parúsia. Assim, a parúsia, que consiste na presença soberana de Deus no universo, faz parte da esperança cristã. Esperança que não nos decepciona, pois é fundamentada na Palavra de Deus e em sua fidelidade.

3. II leitura: Hb 10,11-14.18

A passagem de hoje retoma os elementos presentes no texto do domingo passado (Hb 9,24-28). Desse modo, estabelece um contraste entre o Dia das Expições e o sacrifício de Cristo, acentuando a eficácia definitiva da oferta de Jesus.

O tema central dos versículos escolhidos para a liturgia deste domingo é a salvação definitiva obtida por meio de Jesus Cristo. O autor parte do pressuposto de que somente o sacrifício de Cristo, a sua oblação ao Pai, nos purificou dos pecados, concedendo-nos aquilo que os antigos sacrifícios não poderiam realizar (v. 11): nossa santificação e a perfeição definitiva (v. 14). Por isso, diferente dos sacrifícios, Jesus se oferece uma única vez. Outro contraste é que, enquanto o sumo sacerdote permanece no Templo, Jesus é introduzido à presença de Deus Pai, está sentado à sua direita e essa é a vitória obtida ao oferecer sua vida pela salvação da humanidade. Portanto, a salvação, concedida por Deus em favor da humanidade, é obra de sua misericórdia.

III. Pistas para reflexão

Neste dia mundial dos pobres, a primeira leitura nos exorta a ser anunciadores da esperança, mesmo numa realidade em que prevalece a opressão, e aponta para nossa missão de ser sábios, ou seja, de ensinar a justiça. O evangelho reforça a mensagem da I leitura, dando-nos a certeza de que a última palavra é de Deus, pois ele é fiel ao seu projeto de amor, solidariedade e justiça. Outro aspecto a ressaltar é que o Reino de Deus não é realidade a ser esperada para o fim dos tempos, mas

já foi instaurada por Jesus Cristo (II leitura). Assim, somos chamados a estar a serviço da justiça e a ser portadores de esperança, anunciando a certeza de que o Senhor da vida está ao nosso lado e sua Palavra permanece para sempre (evangelho).

Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo

25 de novembro

I. Introdução geral

Hoje celebramos a solenidade de Cristo, Rei do Universo, a qual encerra o ano litúrgico e é também o coroamento do ano dedicado ao laicato. Essas duas recordações nos ajudam a retomar o que dizia o Concílio Vaticano II, ao afirmar que leigos são “cristãos que estão incorporados a Cristo pelo batismo, que formam o povo de Deus e participam das funções de Cristo: sacerdote, profeta e rei. Realizam, segundo sua condição, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo” (LG 31; cf. DAp 209). Portanto, nesta celebração, apresentemos ao Senhor Jesus, servo e servidor, nossa vocação batismal, nosso ser discípulos missionários e o desejo de, cada vez mais, sermos sujeitos eclesiais (“sal da terra e luz do mundo”), assumindo nossa missão de construtores do Reino de Deus.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. leitura: Dn 7,13-14

O capítulo 7 do livro de Daniel inicia-se apresentando a visão das quatro feras, símbolo dos quatro grandes impérios que oprimiram Israel: os babilônios, os medos, os persas e o rei selêucida Antíoco Epífanes. Quando este último inimigo for destruído, será instaurado o Reino de Deus, descrito na segunda visão de Daniel nos vv. 13-14, na qual Deus é representado por um Ancião e ocorre a entronização celeste de um ser humano, o “Filho do homem”, em contraste com as feras



anteriormente mencionadas. Esse “Filho do homem” é personagem simbólico que, na tradição judaica, foi identificado com o Messias davídico e, no NT, com Jesus, mas em Dn retrata o povo de Deus perseguido pelos impérios opressores e a quem Deus confere o poder, a realeza e todos os povos e nações. Este reino não será destruído e podemos interpretá-lo como o Reino de Deus. Dn 7,13-14 é o texto apropriado para esta solenidade, pois afirma que o Reino não é semelhante aos impérios opressores que devoram o povo.

2. Evangelho: Jo 18,33b-37

O trecho de Jo 18,33b-37, situado no centro da narrativa da prisão, julgamento e morte de Jesus (Jo 18-19), sublinha a realeza de Cristo, seu poder universal sobre todas as coisas, e revela o amor incondicional de Deus e de seu Filho, que se entrega totalmente à vontade do Pai. Este evangelho tem como cena principal Pilatos, que se retira no pretório e se dirige a Jesus para perguntar sobre sua realeza.

O texto deixa transparecer que Jesus não tem dúvida de sua dignidade régia nem Pilatos. Este, porém, considera que a realeza de Jesus seja religiosa, não política. Diante da pergunta de Jesus e da resposta de Pilatos, percebe-se que ser “rei dos judeus” é a acusação principal apresentada pelos sumos sacerdotes e pelo povo, a qual, para o procurador romano, constitui um argumento fraco para considerar o prisioneiro um criminoso.

Um elemento relevante é que Jesus é rei para dar testemunho da verdade (v. 37). A palavra “verdade”, conforme as interpretações que utilizam como substrato a cultura grega, pode ser entendida como um desvelamento do que estava oculto e, nesse sentido, seria a revelação, o dar testemunho do mistério, da realeza do Pai. Esse termo também pode assumir o sentido de “fidelidade”, conforme a cultura hebraica. Assim, a paixão e morte de Jesus revelam a fidelidade de Deus às promessas, cujo núcleo é justamente a ins-

tauração do seu Reino, que é a manifestação de sua ação salvífica na história. Desse modo, Jesus testemunha a verdade por se posicionar a favor dela, e essa verdade só poderá ser compreendida por aqueles que são filhos de Deus (cf. Jo 8,47). De fato, a “verdade” não é doutrina, teoria, conhecimento a ser adquirido, mas consiste em escutar e transmitir a Palavra de Deus, alimentar uma experiência profunda de encontro com Cristo e segui-lo.

É importante salientar que, no Evangelho segundo João, Jesus reina não somente na ressurreição, mas em todo o processo de julgamento, na paixão e na morte, pois são ocasiões nas quais manifesta o amor, a glória de Deus e a realeza divina.

3. II leitura: Ap 1,5-8

O texto escolhido para a II leitura deste domingo faz um recorte na perícopes, priorizando os versículos que sublinham os motivos pelos quais Jesus é considerado o príncipe dos reis da terra. No v. 5a, os títulos dados a Cristo revelam que ele é declarado Senhor não somente no sentido político e terrestre, mas também cósmico e escatológico. Nos vv. 5b-6, há um louvor (doxologia) dirigido a Cristo como vivificador e Senhor universal. Este louvor expressa o reconhecimento do amor de Cristo por parte da comunidade e é um agradecimento pela remissão dos pecados e pela salvação. A comunidade, porém, não é somente objeto da história da salvação, mas sujeito. Para reafirmar esse protagonismo, o autor, no v. 6, faz referência a Ex 19,6, convidando a comunidade a tomar consciência de ser um reino e um povo sacerdotal, que tem como missão estar a serviço do outro. Esse texto do livro do Êxodo também faz memória da experiência do povo de ser resgatado e santificado, quando foi liberto do Egito.

O v. 7 anuncia a vinda de Cristo, a volta daquele que foi crucificado, servindo-se das profecias de Dn 7,13 (I leitura) e Zc 12,10.

O alfa e o ômega, mencionados no v. 8, são a primeira e a última letra do alfabeto



grego, ou seja: Deus é o princípio e o fim, por isso está presente em todo o tempo e perpassa, com sua benevolência, toda a história humana desde a criação.

III. Pistas para reflexão

Os textos bíblicos desta celebração da solenidade de Cristo Rei, que marca o encerramento do Ano do Laicato, reportam-nos a tríplice missão, recebida no batismo, de sermos sacerdotes, reis e rainhas, profetas e profetisas. Como sacerdotes (II leitura), somos mediadores e servidores e convidados a viver em comunhão com Deus e com o outro. A nossa missão, como reis e rainhas, é estar a serviço do Reino de Deus, da mesma forma que Jesus Cristo é Rei porque instaurou o Reinado do Pai, realidade dinâmica que vai crescendo progressivamente até atingir o seu objetivo final: a total soberania de Deus. Como profetas e profetisas, somos chamados a anunciar o evangelho, consolar as pessoas, alimentando suas esperanças, e a resistir àqueles que se opõem ao Reino. Este se expressa na vitória sobre todo mal e na percepção dos sinais de Deus em nossa história; portanto, não é algo somente para o futuro, mas depende de cada um de nós torná-lo sempre mais visível em nossa sociedade, assumindo também a vocação profética ao resistirmos à opressão e anunciarmos o amor e a justiça de Deus (I leitura). Por isso, é oportuno nesta celebração nos perguntarmos: Em que consiste o Reino de Deus? Como percebemos seus sinais em nossa sociedade? O Reino de Deus está no centro de minha vida? Quais obstáculos impedem que o Reino se torne visível entre nós? Com estou assumindo a tríplice missão que recebi no batismo?

1º Domingo do Advento – Ano C
2 de dezembro

I. Introdução geral

O tempo do Advento vem na contramão do ritmo acelerado em que vivemos, no qual

perdemos gradativamente a capacidade de esperar. Ele exorta a saborear a novidade de Deus e nutrir a esperança de sua vinda. É o tempo propício para contemplar o grande mistério da encarnação, que celebraremos no Natal, mas também para desejar a vinda definitiva do Senhor, preparando-nos por meio da escuta atenta de sua Palavra e do agir conforme à sua vontade (II leitura). É a ocasião da espera fecunda, esperançosa, mas também ativa. É o momento de contemplar a certeza da vinda do Senhor nos gestos de solidariedade e na vivência da justiça e da paz (I leitura) e de anunciar, diante da realidade de opressão, que a “nossa libertação se aproxima” (evangelho).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Jr 33,14-16

A passagem do profeta Jeremias tem como tema central a restauração da dinastia davídica, após a destruição de Jerusalém e do Templo pelo império babilônico, abalando também a fé do povo nas promessas feitas por Deus, entre as quais a promessa relativa à dinastia de Davi, narrada em 2Sm 7. O rei prometido (“rebento legítimo”) é descrito por meio de várias características da monarquia davídica, ou seja, unificará os dois reinos (v. 14: de Israel e de Judá, do Norte e do Sul), instaurará a justiça (“farei brotar a semente da justiça”) e administrará com justiça e conforme a vontade de Deus. Esses elementos aparecem na confissão testamentária de Davi: “Quem governa os homens com justiça e quem governa segundo o temor de Deus é como a luz da alva ao nascer do sol, manhã sem nuvens depois da chuva, que faz brilhar a erva do solo” (2Sm 23,3-4).

Tanto a imagem vegetal contida nas expressões “rebento” e “farei brotar” como a recordação das últimas palavras de Davi, antes de sua morte, expressam a fecundidade diante de uma realidade de morte e destruição. O



novo rei será também mediador da justiça divina, dando a paz e o bem-estar ao povo (v. 16). Por isso, será legitimado por Deus (o nome dele será “O Senhor é a nossa justiça”). A justiça, na Bíblia, é concebida como adequada relação com Deus e com o próximo. É viver relações harmoniosas em todos os âmbitos, tendo como critério a dignidade humana e a solidariedade.

2. Evangelho: Lc 21,25-28.34-36

A linguagem apocalíptica presente neste texto é própria de contextos difíceis, como é o de surgimento do Evangelho segundo Lucas, escrito por volta dos anos 90 d.C., após a Guerra Judaica e a destruição de Jerusalém e do Templo, tempo marcado por conflitos entre os judeus e os seguidores de Jesus Cristo. Esse contexto é retratado nos vv. 20-24.

Nos vv. 25-28, o autor oferece elementos diferentes daqueles presentes nos outros evangelhos. De fato, Lc não sublinha as catástrofes cósmicas, mas a reação das pessoas diante dos acontecimentos (vv. 25-26), abrevia a descrição da parúsia (v. 27) e acentua o sentido positivo que os eventos que precedem a vinda do “Filho do homem” têm para os cristãos.

O autor recorre a uma linguagem apocalíptica, com características próprias dos anúncios proféticos de julgamento de Deus sobre as nações, como é notório nos vv. 25-28. Após os abalos cósmicos que atingem as nações contrárias ao projeto de Deus, é prometida a salvação àqueles que permaneceram fiéis. Esses versículos, provavelmente, têm a intenção de ajudar as comunidades a avaliar os conflitos que estão vivendo, a animá-las a não desistir do projeto de Deus, mas continuar testemunhando e esperando a libertação. Portanto, têm a finalidade de sustentar a esperança cristã, de alimentar a fé na presença do “Filho do homem” e reforçar a soberania de Deus como criador, redentor e Senhor da história.

Num cenário marcado pelos abalos cósmicos, surge o “Filho do homem” (v. 27), descrito com atributos divinos (os sinais teofânicos representados pela nuvem) e como portador da missão de manifestar o poder e a glória de Deus, de julgar aqueles que se opõem ao seu projeto (vv. 25-26) e libertar os que são fiéis (v. 28). Esses versículos estão baseados no Sl 65,8 e nas profecias de Is 34,4 e Dn 7,13-14.

Lucas não dá prioridade à unificação de todos os povos, como acontece no texto de Mc, aprofundado no 33º domingo comum, e sim à ação salvífica do Filho do homem, pois, apesar de os acontecimentos serem descritos de forma terrível, para os cristãos são sinais de esperança, da proximidade da libertação, da garantia da salvação. Desse modo, o “Filho do homem” virá para assegurar a vitória da vida sobre a morte e possibilitar à humanidade o reconhecimento da soberania de Deus.

A expressão “esse dia”, vv. 34-35, é típica dos profetas para falar do “dia do Senhor”, e aqui é identificada com a vinda de Cristo. As exortações à vigilância e à oração (vv. 34-36) têm a finalidade de alertar os cristãos para o risco de se perderem no que é secundário e, amedrontados, perderem a capacidade de discernir a vontade de Deus e enxergar a sua manifestação nesta realidade.

3. II leitura: 1Ts 3,12-4,2

Em 1Ts 3,6-13, Paulo exorta a comunidade, retomando a chamada tríade paulina (fé-esperança-caridade). Os vv. 12-13, escolhidos para a liturgia, fazem parte de uma oração de Paulo dirigida a Deus em favor da comunidade, tendo como conteúdo a vivência da caridade. Apesar dessa centralidade na caridade, há uma correlação entre a fé em Cristo e o amor pelos outros. Ter fé consiste em acreditar no amor de Deus revelado em Jesus Cristo; por conseguinte, a caridade é expressão da fé no Deus que é amor, no Filho que se entrega por amor e no Espírito que santifica por amor.



O amor pelos outros já faz parte da comunidade (cf. 1Ts 1,3), mas Paulo pede ao Senhor que o plenifique com seu Amor.

De fato, o amor não é um mero sentimento, mas se expressa no compromisso de construir comunidades fraternas, marcadas pelo cuidado mútuo, por ações solidárias, sobretudo num contexto perpassado por violência, opressão e tribulação e completamente desfavorável, como era a realidade da comunidade de Tessalônica, que sofria perseguição.

No v. 13, Paulo suplica a Deus Pai e ao Senhor Jesus que mantenham a comunidade na santidade, até a vinda de Jesus Cristo no fim dos tempos, na parúsia. A santidade é um dom, mas também um empenho da comunidade em escutar a vontade de Deus e pô-la em prática. Neste texto, podemos dizer que uma vida santificada é vida voltada para o próximo, marcada pelo amor, pelo sair de si, mesmo quando predominam a violência e a falta de solidariedade. A santidade consiste em sermos sinais do Reino e do seguimento de Jesus em todos os espaços, sobretudo nos espaços públicos, e não somente em nossas comunidades, paróquias, igrejas. Ela se expressa na humanização das relações nas experiências cotidianas, sendo uma característica do ser cristão, um estilo de vida que, contudo, sempre está em processo, sempre pode ser aprimorado. Por isso, em 1Ts 4,1-2, o apóstolo convida a comunidade a continuar progredindo. Paulo também esclarece que essas orientações não são feitas em seu próprio nome, mas em nome do Senhor Jesus. Desse modo, as exortações são transmitidas pelos apóstolos, mas são fundamentadas na autoridade de Deus. Por conseguinte, rejeitar essas normas é rejeitar o próprio Deus.

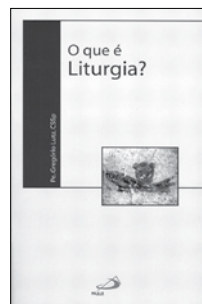
III. Pistas para reflexão

Neste tempo de Advento, somos convidados a perceber nossas infidelidades ao projeto de Deus e novamente ouvir o apelo do profeta para sermos portadores de esperança (I leitura).

O que é Liturgia?

Pe. Gregório Lutz, CSSp

48 págs.



Pe. Gregório Lutz, conhecedor da liturgia, concedeu várias entrevistas radiofônicas. Consciente da utilidade dessas entrevistas, ele as apresenta agora em formato de livro.

Pequeno vocabulário prático de liturgia

Susana Alves da Motta (org.)

64 págs.



Este pequeno vocabulário foi feito para o uso do povo, que muitas vezes conhece as realidades, mas não está familiarizado com os conceitos próprios da linguagem canônica. O conteúdo deste trabalho pretende ser eminentemente prático.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



O evangelho reafirma a necessidade de reavirmos nossa esperança e acreditarmos na libertação de todo tipo de opressão. Mas é necessário nos mantermos firmes, perseverar no seguimento de Jesus e progredir na vida cristã. Assim, a liturgia deste 1º domingo do Advento direciona-nos para a vigilância, na espera do Senhor que virá no fim dos tempos (evangelho), e, para isso, convida-nos a reavaliar nossas atitudes e reavivar nossa vocação à santidade, que consiste num processo contínuo de humanização das nossas relações (II leitura).

2º Domingo do Advento

9 de dezembro

I. Introdução geral

A liturgia deste 2º domingo do Advento tem como fio condutor o anúncio da salvação. A profecia de Baruc anuncia a salvação por meio da vinda de Deus, o qual tem como objetivo refazer sua aliança com o povo, por ser misericordioso (I leitura). O evangelho nos convida à conversão para acolhermos a salvação que virá por meio de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Essa salvação é um dom e é anunciada a todos, mas requer uma mudança de mentalidade e uma vivência marcada pelo amor fraterno (II leitura).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Br 5,1-9

No contexto da exortação do profeta à conversão e à confissão dos pecados (Br 4,5-5,9), Br 5,1-9 descreve um oráculo de salvação e de consolo para Jerusalém após a realidade do exílio. Diante do exílio, às vezes, o povo tinha atitudes de revolta contra Deus, pois o considerava como responsável pela desgraça e pela destruição de Jerusalém e seus habitantes. Em outros momentos, reconhecia a sua culpa.

O autor recorre a imagens do contexto familiar para retratar a opressão do império

babilônico, a deportação dos habitantes de Judá e o retorno do exílio. Essas imagens tratam uma relação de casamento, de aliança, comum nos oráculos proféticos. Desse modo, Deus assume o papel do Pai, por ser o criador e aquele que ensina. O comportamento dos filhos (a infidelidade do povo) provocou a sua ira, por isso os castigou com o exílio. Jerusalém é apresentada como a mãe inocente, a esposa abandonada pelo Senhor ou a viúva que sofre com a infidelidade dos seus filhos. Apesar de sua tentativa de interceder pelos filhos, ela não foi ouvida, assim vive a dura realidade do abandono e da desolação (cf. Pr 19,18; Dt 13). Nesse texto, o foco central é a intercessão da mãe, Jerusalém, pelos filhos.

Diante da realidade catastrófica do exílio, a principal pergunta era se Deus permaneceria indiferente ao sofrimento do povo. Após a confissão dos pecados e a exortação à conversão, Deus anuncia, por meio do profeta, a libertação para Jerusalém (a capital de Judá). Ao recorrer a uma linguagem simbólica e metafórica, o autor convida Jerusalém a terminar o luto, revestir-se do esplendor e da glória do Senhor e envolver-se com sua justiça. Assim, é anunciada nova relação entre Deus e o povo, que será manifestada também para as nações (v. 3). A cidade receberá de Deus novo nome, que aponta também a sua missão: “Paz na justiça, Glória na piedade”. Esse novo nome revela que as relações humanas e com Deus serão marcadas pela justiça, que terá como fruto a paz.

Jerusalém é convidada a se levantar do pó, sair do luto e contemplar o retorno dos seus filhos do exílio (v. 5). Eles foram exilados e experimentaram o que significa ser escravos (à semelhança da experiência do êxodo), agora retornam como reis (v. 6). O profeta anuncia a eliminação de todos os obstáculos (v. 7) e o retorno seguro do povo, contando com a proteção, com a justiça e com a misericórdia de Deus (vv. 7-9). Ele guiará o



povo como um pai amoroso que não abandona seus filhos, apesar de suas infidelidades, porque é misericordioso.

2. Evangelho: Lc 3,1-6

O tema dessa unidade (vv. 1-6) é a pessoa de João e a sua missão, porém a finalidade é explicitar a missão de Jesus Cristo e o início da nova história inaugurada por ele.

O v. 1 nos oferece um panorama da situação política da Palestina, dominada pelo império romano e tendo como imperador Tibério (14-37 d.C.). Pôncio Pilatos foi procurador da região da Judeia, que abarcava também a Idumeia e a Samaria (25-35 d.C.). Herodes Antipas, filho de Herodes, o Grande, e Maltace, administrava a Galileia e a Pereia (4 a.C.-39 d.C.). Filipe, filho de Herodes, o Grande, e Cleópatra, administrava a Itureia, a Traconítide, a Gaulanítide, a Bataneia e os territórios vizinhos (4 a.C.-34 d.C.). Lisânias administrava Abilene, porém a duração de sua administração é desconhecida. Abilene era o distrito que circundava Abila, ao nordeste do Hermon, ao sul do Antilíbano. As lideranças religiosas são Anás e Caifás. Na realidade, somente Caifás era sumo sacerdote (18-36 d.C.), mas o evangelista sabe da grande influência que exercia Anás (sumo sacerdote de 6 a 15 d.C.), sogro de Caifás, nas questões religiosas e também políticas.

No v. 2, o narrador introduz o personagem principal, João, filho de Zacarias, que recebe de Deus a missão de pregar um batismo de conversão para o perdão dos pecados (cf. Mc 1,4). O registro das informações históricas e da missão de João nos indica que o centro da história, o qual dá sentido aos acontecimentos, não é o poder político e religioso, mas a Palavra de Deus revelada a João, anunciando uma virada histórica que será realizada por Jesus, mas é preparada pelo seu precursor. A missão de João tem como objetivo preparar o coração do povo para acolher o Messias Jesus.

A menção do “deserto” nos remete à experiência do êxodo; ou seja, essa nova realidade, que será inaugurada por Jesus Cristo, é uma experiência de libertação de toda opressão (vv. 1-2), em direção à terra prometida (o Reino de Deus instaurado pelo Messias Jesus).

João é apresentado pelo evangelista Lucas como um profeta, o qual fundamenta sua pregação na profecia do Segundo Isaías (40-55). O Dêutero-Isaías, provavelmente, foi escrito por um profeta do período persa que buscava encorajar o povo após a dura experiência do exílio e da destruição de Jerusalém, realizada pelo império babilônico.

João tem consciência de não ser o Messias, porém tem um papel fundamental, que é abrir os caminhos para a vinda do Messias. Ele anuncia um batismo de penitência, de mudança de estilo de vida, de perdão, que consiste em retomar um relacionamento justo com Deus e com o próximo.

A passagem transcrita nos vv. 4-6 é retirada de Is 40,3-5 (conforme a versão grega – LXX), um texto que tem a finalidade de animar o povo, anunciando o fim do exílio e uma vida nova, quando o Senhor Deus virá para resgatar o seu povo e celebrar com ele uma nova aliança (cf. Is 40,1-11). Ao utilizá-lo nesse contexto, o evangelista provavelmente tem o objetivo de apresentar João anunciando uma mudança profunda, uma mudança interior, a fim de eliminar todos os obstáculos à comunhão com Deus e com o próximo (vv. 4-6), os quais podem ser a opressão social (“os vales”), as potências políticas e religiosas que oprimem e exploram (as “montanhas”, “as colinas” e as “passagens tortuosas”) ou a ruptura do relacionamento com o outro por meio da injustiça.

A profecia de Isaías (v. 6, cf. Lc 2,30-32; At 28,28), inserida na narrativa de Lc, assume novo significado, pois indica que a salvação de Deus que será vista por toda a humanidade é Jesus Cristo, o Filho de Deus. Ela é dada a todas as pessoas, como um dom, mas



necessita ser acolhida por meio de uma mudança de mentalidade. Essa salvação não é algo abstrato, mas é inserida num contexto preciso (vv. 1-2), é inaugurada por Jesus e consiste em acolher Jesus Cristo, aderir a ele e percorrer suas pegadas como discípulos missionários.

3. II leitura: Fl 1,4-6.8-11

Embora a escreva num contexto hostil, provavelmente na prisão, Paulo, na carta aos Filipenses, manifesta seu afeto, seus sentimentos e deixa transparecer o tema da alegria. Isso é percebido na oração presente nos versículos da liturgia de hoje, na qual o apóstolo exprime seu louvor pela participação da comunidade na difusão do evangelho, agradece a Deus pela perseverança dos filipenses e proclama a certeza de que a obra pela qual a comunidade está empenhada pertence a Deus e é Ele que a conduz até o fim dos tempos, a parúsia (v. 6). Ademais, indo além de uma oração de agradecimento, Paulo intercede a favor da comunidade, tendo como preocupação a vivência do amor. Amor que não é mero sentimentalismo, mas um dom discernido, refletido, que impulsiona a comunidade a sair de si e ir ao encontro do outro. Amor que nasce da experiência profunda do imenso amor de Deus, manifestado em Jesus Cristo.

III. Pistas para reflexão

Como foi dito na introdução, o segundo domingo do Advento do ano litúrgico C tem como fio condutor o anúncio da salvação (I leitura) e é marcado pela presença de João Batista, que nos exorta à conversão, a uma mudança radical de mentalidade e de estilo de vida. A citação de Isaías nos convida a preparar as veredas do nosso coração, aplainar os caminhos acidentados de nossa sociedade, marcada pela injustiça, pela violência, pelo ódio, pela intolerância, e proclamar a salvação que vem de Deus e se revela em Jesus Cristo. Assim, o tempo do Advento nos faz tomar

consciência de que Deus é aquele que sempre está próximo para salvar e de que é necessário renovar a nossa fé em Cristo, nosso Salvador. Neste dia, possamos, a exemplo de Paulo, agradecer por todo bem realizado na comunidade (II leitura), pela perseverança de cada cristão, e contemplar a alegria da salvação dada a todos indiscriminadamente. Diante dos apelos de João Batista, somos também chamados a nos perguntar: Qual vereda é preciso endireitar em minha vida? Quais vales, montanhas e colinas estão dificultando o meu encontro com o outro? Quais caminhos acidentados precisam ser aplainados em minha família, na comunidade, na sociedade, para acolher o Senhor que vem?

3º Domingo do Advento

16 de dezembro

I. Introdução geral

“Alegrai-vos, o Senhor está próximo”: esta é a mensagem de esperança que ecoa neste terceiro domingo do Advento (II leitura). Alegria que nasce da certeza de que Deus nos perdoa e nos liberta do mal. Alegria porque aquele que esperamos já está conosco. Assim, diante das dificuldades, da angústia, da preocupação, possamos nos deixar contagiar pelo apelo do profeta Sofonias, que nos exorta a não temer e não nos deixarmos levar pelo desânimo (I leitura). Por outro lado, como nos recorda João Batista, não há alegria profunda sem o retorno a Deus de todo o coração, sem nos deixarmos conduzir por Ele (evangelho).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Sf 3,14-18a

O texto da primeira leitura de hoje é atribuído a Sofonias, mas, conforme os estudiosos, Sf 3,9-20 foi inserido posteriormente no livro desse profeta, tendo sido escrito prova-



velmente por um discípulo dele, possivelmente no final do século VI e início do século V a.C. Os verbos utilizados para expressar a alegria (v. 14) são típicos dos anúncios de salvação. De fato, essa salvação será anunciada nos vv. 15.17, que descrevem as razões para tal alegria. O convite a esta é motivado pela ação de Deus de reunificar os israelitas dispersos e restaurar Jerusalém. Sua finalidade é animar um pequeno resto, que sobreviveu à destruição e agora, sustentado por Deus, tem a possibilidade de construir nova sociedade. O primeiro verbo, “canta de alegria”, no v. 14, é típico do contexto cultural (cf. Lv 9,24; Sl 71,23; 98,4; 95,1). Esse verbo, em hebraico, geralmente expressa a alegria pelo retorno do exílio, tem como contexto a confirmação da soberania divina e, ao mesmo tempo, cria a expectativa pela imediata irrupção do reinado universal de Deus, conforme podemos perceber no v. 15, que afirma que o rei de Israel é o Senhor.

O verbo “rejubila”, no v. 14b, também pode ser traduzido pelos verbos “gritar” e “aclamar” e é utilizado para expressar a alegria pela vitória contra o inimigo, a qual será outro motivo para o júbilo no v. 15. Outras razões são a revogação da sentença que Deus tinha decretado contra alguns moradores de Jerusalém (cf. Sf 3,8) e a reedificação do Templo. Tais motivos são a garantia de que o povo não verá mais a desgraça. O motivo principal, porém, é a presença do Senhor no meio do povo como rei de Israel (v. 15b).

O título de rei atribuído a Deus é típico do período exílico e pós-exílico, como uma crítica à queda da monarquia davídica (cf. Sl 89), à infidelidade dos líderes (reis) e à ruptura da aliança estabelecida com Ele. Assim, Deus assume o papel de rei e é visto como aquele que age contra os adversários internos e externos (rei-guerreiro, v. 17) de seu povo e como aquele que restabelece a ordem social e ética. A realeza do Senhor, nos textos bibli-

cos, une-se, por conseguinte, às suas manifestações salvíficas (defesa contra os adversários externos e salvação) e ao controle das forças hostis (v. 15). Ao proclamar essa realeza, o texto anuncia a inconsistência do agir dos opressores. Alude também à necessidade do reconhecimento da soberania do Senhor na história, não somente sobre Israel, mas sobre todas as nações e em todos os âmbitos (religioso, político, social).

A exortação a “não temer” visa a animar e encorajar o povo, partindo da confiança na presença, na proteção e na ação salvífica (vv. 16-18), pois os pobres serão governados por Deus, que também será seu defensor (guerreiro). Ele realizará tudo isso por amor, porque deseja estabelecer com o povo nova aliança (vv. 17-18a), por fidelidade às promessas. Desse modo, ele também é o esposo que renova seu amor para com seu povo, e por isso será um amor permanente.

2. Evangelho: Lc 3,10-18

A passagem do Evangelho segundo Lucas dá continuidade à narrativa do domingo passado, quando o autor introduz João Batista e sua missão de preparar a vinda do Messias, pregando um batismo de conversão para o perdão dos pecados e anunciando a salvação de Deus.

Nos vv. 10-18, várias categorias de pessoas (a multidão, os cobradores de impostos, os soldados) vão até João Batista e perguntam sobre o que é necessário fazer. João Batista não pede que façam penitência, práticas ascéticas, ritos especiais, e sim que tenham uma vivência autenticamente humana, baseada em valores éticos, como a solidariedade, a justiça, a partilha, a comunhão dos bens, o não abuso de poder. A primeira instrução dirigida à multidão acentua o amor para com o próximo, baseado em Is 58 e Ex 22,25.

Os cobradores de impostos eram vistos como aqueles que contribuíam para manter o poder e a riqueza do império romano, por isso eram discriminados, considerados



ladrões e injustos. Assim, João os exorta a não aproveitar do trabalho que realizam para enriquecimento injusto.

Os soldados recebem três recomendações: não tomar à força dinheiro de ninguém, não fazer falsas acusações (não caluniar as pessoas) e se satisfazer com seu salário, ou seja, não abusar do seu poder e estar satisfeitos com a sua porção.

Diante da pregação e da ação de João Batista, o povo se pergunta se ele não seria o Messias, mas João nega e responde, apresentando as características do verdadeiro Messias (vv. 16-17). No v. 16, anuncia a vinda iminente do Messias e o caracteriza como o “mais forte”, designação que qualifica Deus em Dt 10,17, 2Mc 1,24 e Ap 18,8. Provavelmente, João Batista concebe a vinda do Messias como uma intervenção divina, manifestada pelo envio de um ser celeste ou de um mensageiro (um profeta ou um descendente de Davi).

A expressão “não sou autorizado (não tenho a capacidade de exercer o direito) a desamarrar a correia de suas sandálias” é jurídica e refere-se à lei do levirato (cf. Dt 25,5-10; Rt 4; Is 54). João Batista está afirmando que ele, por não ser o Messias, não é o esposo detentor do direito de assumir a noiva (comunidade) para estabelecer com ela nova aliança (I leitura). A pessoa autorizada para exercer tal direito, por ser o esposo legítimo, é Jesus. Portanto, para João Batista, o Messias vem como esposo para renovar a aliança com o povo.

A segunda característica do Messias é que ele batizará no Espírito e no fogo. Há duas possibilidades de interpretação dessas palavras de João Batista. A primeira as considera como uma alusão aos juízos de salvação ou de condenação. A salvação seria representada pelo envio do Espírito de Deus ao coração das pessoas para renová-las por dentro. O fogo devastador seria uma referência ao juízo de condenação. Essa compreensão do v. 16 é reafirmada com as imagens da “pá na mão”

para limpar a eira, recolher o trigo e queimar a palha, no v. 17. A segunda interpretação compreende o batismo no Espírito e no fogo como alusão ao batismo cristão, ao considerar a presença dessas imagens em Pentecostes (cf. At 2,3). Desse modo, o v. 17 seria uma advertência ao cristão para produzir frutos (cf. Sl 1,4-5; Mt 3,19; Is 4,4), a fim de sublinhar a seriedade da conversão e a novidade do batismo cristão.

3. II leitura: Fl 4,4-7

Na passagem da segunda leitura de hoje, Paulo, inicialmente, renova o convite à alegria, um dos temas principais da carta aos Filipenses (cf. Fl 1,18; 2,17.18.28; 3,1). A alegria no Senhor é aquela vivida e fundamentada na experiência de comunhão com Cristo, não obstante o sofrimento e as dificuldades que a comunidade precisa afrontar. Isso é explicitado quando o apóstolo afirma ser necessário estar alegre em todas as circunstâncias (cf. 1Ts 5,16).

Em seguida, convida os filipenses a ser bondosos (v. 5), no sentido de ser benevolentes, tolerantes, amáveis com todas as pessoas, sem discriminação. A expressão “o Senhor está próximo” pode ser entendida no sentido espacial, indicando que o Senhor está do lado daquele que deposita nele sua esperança, e também como referência àqueles que, no seu agir, expressam os atributos do Senhor benevolente e compassivo (Sl 34,19; 119,151; 145,18; Dt 4,7). Essa frase pode ainda ser interpretada no sentido temporal, aludindo à proximidade do “dia do Senhor” (cf. Sf 1,7.14; Is 13,6; Jl 1,15). Em todos os sentidos, o apóstolo exorta a comunidade a confiar em Deus, presente em seu meio agora da mesma forma que estará no fim dos tempos. Ao carregar essa certeza, a comunidade não deve se preocupar e ter o coração inquieto, mas confiar no Senhor com simplicidade e ter sempre como meta estar em comunhão com Ele por meio da oração.



Aqueles que confiam em Deus é prometido o dom da paz, que não é uma paz externa, mas atinge a profundidade de cada fiel, a sede das decisões de cada pessoa (coração e o entendimento); uma paz que não se reduz aos limites dos esquemas humanos.

III. Pistas para reflexão

A liturgia deste terceiro domingo do Advento é marcada pela alegria, porque aquele que esperamos está conosco e é ele que conduz a história.

A alegria é uma das características dos tempos messiânicos e da vida cristã, pois é fruto da certeza de que o Deus da salvação se manifesta em Cristo. Não há, porém, possibilidade de alegria sem profunda conversão, conforme proclama João Batista no evangelho de hoje. Conversão que supõe uma mudança radical do nosso modo de proceder em vista da caridade e da justiça. Que neste domingo, aproximando-nos de João, possamos perguntar: “O que devemos fazer?” e ter a coragem de ouvir sua resposta, que nos convida a reassumir o nosso batismo e retomar o exercício radical do nosso discipulado (evangelho).

4º Domingo do Advento
23 de dezembro

I. Introdução geral

Além de Isaías e de João Batista, Maria é uma personagem importante do Advento, como será destacado no evangelho deste domingo. Por isso, somos chamados a refletir sobre a grandeza do sim de Maria, uma decisão que muda seus planos, sua vida, mas também a contemplar o encontro de duas mulheres que geram a vida dentro de si e ao seu redor. Também nós, como Igreja, estamos grávidos da vida de Deus; ou seja, o corpo de Cristo é gerado, nutrido pelo trabalho de evangelização, pela oração, pela escuta da Palavra, pelos gestos de solidariedade, pelo

diálogo, pela tolerância, pelo respeito. Neste dia, portanto, somos chamados a perceber a importância da figura de Maria e compreender que, a seu exemplo, somos portadores da Boa-Nova. Somos também convidados a rever o nosso processo de “gestação”, de configuração de nossa vida com a vida de Cristo por meio do Espírito Santo, assim como a qualidade dos nossos relacionamentos.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Mq 5,1-4a

O oráculo dirigido à cidade de Belém em Mq 5,1-4a foi posteriormente interpretado como uma profecia messiânica em Mt 2,6, para referir-se ao nascimento de Jesus.

Belém (nome que significa “casa do pão”) era a cidade de Davi, escolhido como rei da terra de Israel. A menção a Éfrata (nome que significa “fecunda”, “aquela que gera”) tem a finalidade de diferenciar Belém de Judá da outra cidade, com o mesmo nome, localizada em Zabulon. A expressão “é de ti que sairá para mim aquele que governará Israel” indica que de uma cidade de periferia, considerada pequena e insignificante, de uma aldeia, surgirá a esperança de Israel. Essa pessoa que governará será da descendência de Davi, porém não é chamado de “rei”, e sim de “governante” e de “pastor”.

No v. 2 há uma alusão ao exílio e à esperança de um líder (um pastor) que reunirá o povo disperso (v. 3) e reunificará os dois reinos (do Norte e do Sul). Ele receberá o poder do Senhor, governará em seu nome e seguirá a vontade de Deus. O v. 4 caracteriza esse governante como alguém de paz, que protegerá Israel, dando ao povo segurança. Não podemos, porém, deixar de considerar que a paz é fruto da justiça, o que reforça a caracterização do oráculo como um anúncio de esperança numa realidade na qual as pessoas eram exploradas e oprimidas e onde reinava a injustiça tão denunciada pelo profeta Miqueias.



2. Evangelho: Lc 1,39-45

A narrativa deste domingo começa com a tomada de decisão de Maria, que apressadamente se dirige à casa de Isabel, localizada num povoado da Judeia. Há várias tentativas de identificar a cidade e a casa para onde se dirigiu Maria, mas não existe consenso entre os estudiosos; somente sabemos que de Nazaré a qualquer povoado da Judeia seriam necessários dois dias de caminhada.

O encontro das duas mulheres grávidas (Isabel e Maria) prefigura a relação estreita entre os filhos que carregam: Jesus e João, o Messias e seu precursor. A saudação de Maria faz João pular de alegria no ventre de sua mãe. Com este sinal e ao receber o Espírito Santo, Isabel torna-se capaz de compreender e de interpretar o significado daquilo que está ocorrendo. Sente-se privilegiada e compreende profundamente a graça de Deus presente neste encontro, pois intui que aquela que tem diante de si é a mãe do Messias. De fato, Maria carrega o Santo em seu ventre, aquele que é a fonte de todas as bênçãos e traz a alegria prometida aos tempos messiânicos. Maria é, portanto, a portadora da presença salvífica para a casa de Zacarias e Isabel e para a humanidade.

A resposta de Isabel à saudação da prima é composta de várias frases do AT. A primeira frase nos remete a Jt 13,17-20 e a segunda pode nos remeter à expressão de Davi diante da arca em 2Sm 6,9 ou 2Sm 24,21. Ao considerar a segunda frase e 2Sm 6,9, podemos afirmar que Isabel vê Maria como a arca santa que carrega a misteriosa presença do Senhor em seu seio. Apesar de ser uma interpretação interessante, alguns estudiosos a criticam porque a arca é levada por Davi pelo seu poder de matar. Outra possibilidade de interpretação é considerar o texto de 2Sm 24,21, quando Davi compra o terreno de Areúna, que será depois o local do Templo de Jerusalém; ou seja, Jesus é o lugar da presença de Deus. Assim, Maria é bendita, porque carrega

no seio aquele que é Bendito, o seu Senhor, mas também porque é fiel e por acreditar na Palavra de Deus e acolhê-la (cf. Dt 28,1.4). Ao mesmo tempo, Maria confirma a eficácia da palavra do anjo Gabriel (cf. Lc 1,26-38).

A bem-aventurança destinada a Maria (v. 45) é também destinada a todos os cristãos que escutam a Palavra de Deus e a põem em prática (cf. Lc 8,21; 11,27-28).

3. II leitura: Hb 10,5-10

Nestes versículos da carta aos Hebreus, o autor apresenta o sacrifício de Cristo como fonte de salvação definitiva para todos os que creem. Essa carta é perpassada por uma linguagem cultual associada à morte de Jesus Cristo.

Os textos do AT utilizados pelo autor são Sl 40,6-9 e Jr 31,33.34, porém relidos na perspectiva da fé cristã e da salvação universal por meio de Cristo Jesus. O Sl 40,7-9, uma ação de graças pela libertação gratuita de Deus, ao ser relido, reafirma que a salvação será dada gratuitamente por meio de Jesus Cristo. Desse modo, pela oferta única do corpo de Jesus, realizada uma vez para sempre, os cristãos recebem o perdão dos seus pecados (v. 10). Para o autor, graças ao projeto salvífico, Deus nos santificou em Jesus Cristo e, por meio dele, somos consagrados a Deus e orientados ao seu serviço. Jesus se encarna para revelar o projeto divino, mas não é aceito. Por isso, por fidelidade ao plano do Pai, entrega-se à morte. Ao ser fiel, somos salvos definitivamente e de forma gratuita.

III. Pistas para reflexão

No relato do Evangelho segundo Lucas, indicado para este domingo do Advento, há duas mulheres, Maria e Isabel, que acolhem a Palavra e por isso são capazes de estar a serviço, disponíveis, alegres, e de descobrir no outro a manifestação da presença de Deus. Esse encontro possibilita uma consciência mais plena do mistério divino. É um



encontro também marcado pela presença do Espírito Santo, que gera comunhão.

No mundo em que vivemos, a visita de Maria a Isabel nos desafia a avaliar nossas relações, a qualidade das nossas conversas, diálogos e encontros. Essa visita também nos convida a nos deixar afetar pela novidade do outro, tornando nossos encontros em momentos proféticos e na ocasião de experimentar e nos encantar com as maravilhas que Deus realiza entre nós. É ainda a oportunidade de nos questionarmos sobre como estamos gerando vida ao nosso redor, na comunidade, na família, na sociedade, nas vicissitudes do dia a dia. Somos convocados a rever o nosso processo de configuração a Cristo, nosso processo de gestação por meio do Espírito Santo. Reaver nossa adesão a Cristo Jesus, o Filho de Deus, refletir sobre o que sua encarnação tem para nos dizer e o que tem que ver com nossas esperanças (I leitura) e retomar ou reavaliar a missão de sermos portadores da Boa-Nova da salvação em nossas relações cotidianas (II leitura).

Natal do Senhor – Missa da noite
24 de dezembro

I. Introdução geral

A solenidade do Nascimento de Cristo não é comemoração do aniversário de Jesus, mas é a celebração da manifestação de Deus em nossa humanidade, a alegria pelo cumprimento das promessas e pela salvação que entra definitivamente em nossa história. Nesta noite, em que celebramos o mistério da encarnação, as leituras nos apresentam o menino Jesus como o esplendor da luz da glória de Deus (I leitura), a qual envolve todos os povos, e ouvimos o alegre anúncio: “Nasceu hoje o Salvador, que é o Cristo, o Senhor” (evangelho). É a noite em que celebramos também a nova criação, a transformação do mundo inteiro, pois Deus se manifesta em toda a terra e a paz é proclamada a toda a

humanidade. Envolvido pela luz deste mistério, cada cristão é convidado a se deixar transformar pela vinda de Deus em nossa carne (II leitura).

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 9,1-6

Os vv. 1-6 podem ser estruturados em duas partes: um oráculo que apresenta o fim da opressão (vv. 1-4) e o anúncio do nascimento do príncipe da justiça e da paz (vv. 5-6). Alguns estudiosos relacionam esses versículos com Is 8,23b, em que se descreve o tempo de humilhação de Zabulon e Neftali, regiões pertencentes ao Reino do Norte, após serem tomadas pelo rei da Assíria, Teglath-Palasar III. É, porém, hipótese questionável, segundo pesquisas atuais. Desse modo, não é possível datar esse poema de Isaías.

No v. 1, percebe-se que se trata de um povo oprimido por algum império potente, descrito simbolicamente como “um povo que caminha nas trevas” (símbolo do caos e da morte). A “luz intensa” indica uma nova criação, visto que a “luz” nos remete a Gn 1,3 e ao fim do caos. De fato, a profecia de Isaías anuncia o fim da opressão política, social, econômica (v. 3) e bélica (v. 4) e a alegria da libertação, traduzida por meio de duas imagens: a alegria por uma colheita abundante e a alegria por repartir os despojos, após a vitória numa guerra (v. 2).

O “dia de Madiã”, no v. 3, refere-se à vitória de Gedeão (cf. Jz 7,16-22), quando as luzes das tochas amedrontaram os inimigos.

Desse modo, a opressão e a guerra acabaram porque é anunciado o nascimento de um menino destinado a governar. Ele é descrito por meio de vários atributos. Cada um dos títulos apresentados exprime uma qualidade extraordinária e nos indica tratar-se de um soberano escolhido por Deus (a forma passiva do verbo), de um conselheiro



dotado de sabedoria única e de poder sobre-humano, o qual tem a garantia de vida longa e é portador de paz eterna. A forma pela qual é descrita essa pessoa nos revela que exercerá um papel messiânico, porque será o salvador de todos. Esse texto é uma profissão de fé de Israel num soberano divino que substituirá todos os reis infiéis, entre os quais o rei Acáz.

2. Evangelho: Lc 2,1-14

A passagem de Lc 2,1-14 pode ser dividida em dois relatos: o nascimento de Jesus (2,1-7) e o anúncio aos pastores (2,8-14).

Nos vv. 1-7, somos informados de um decreto de César Augusto, que ordena o recenseamento de toda a terra, obrigando José, habitante de Nazaré, a se deslocar com Maria, grávida, para a cidade natal dele: Belém. É importante sublinhar que José não parte para Belém por causa de uma mensagem divina, mas por um motivo contingente, o edicto de um imperador.

Do ponto de vista histórico, os dados apresentados são imprecisos e criam várias dificuldades, mas, provavelmente, a intenção de Lucas não é fornecer informações históricas sobre Jesus, e sim inserir seu nascimento na história universal, pois este menino é portador de esperança não somente para Israel, mas para toda a humanidade.

César Augusto, a figura mais poderosa do mundo, que exerce seu poder recenseando toda a terra, com a finalidade de expor a grandeza do seu domínio e de cobrar impostos, contrasta com o verdadeiro Salvador e Senhor de toda a terra, Jesus Cristo, que nasce numa manjedoura em Belém, na pobreza e na fragilidade de uma criança.

No v. 4, o autor insiste que José é da família e da casa de Davi (Belém), ou seja, reforça sua descendência davídica. Essas indicações nos remetem à profecia de Miqueias (cf. Mq 5,1-2) aprofundada no domingo passado, no 4º domingo do Advento.

A narrativa do nascimento de Jesus é sóbria (v. 6), e o filho é designado como “primogênito”; portanto, será o filho consagrado a Deus conforme a tradição judaica (cf. Ex 12,3; Nm 3,13). O primeiro elemento que nos chama a atenção é que a salvação vem de um pobre filho de migrantes (v. 3) e Maria dá à luz fora de casa, tendo por perto somente José, longe do aconchego dos familiares e amigos.

A segunda narrativa (vv. 8-14) descreve o anúncio do nascimento de Jesus aos pastores. A figura dos pastores pode ser interpretada de duas formas. A primeira é influenciada pelos textos de Mq 4,8, ao descrever a promessa da origem do Messias relacionada a Belém e ao recordar que Davi era um pastor (cf. 1Sm 17,15.28.34). Ela também nos remete à tradição targúmica de Gn 35,21 (Targum é a tradução, paráfrase e comentários em aramaico da Bíblia hebraica), que afirma que a “torre do rebanho” será um lugar da revelação do rei Messias no fim dos tempos. A segunda interpretação ressalta que os pastores eram pessoas simples, de uma classe social menosprezada por não respeitarem a propriedade alheia, considerados incapazes de ser testemunhas e não aptos ao papel de juiz. São, porém, escolhidos pelo autor deste terceiro evangelho como os primeiros a receber a notícia do nascimento de Jesus e testemunhar essa Boa-Nova. Os vv. 8-9 nos reportam à I leitura, por trazer dois aspectos presentes no oráculo de Isaías: a escuridão e a luz (cf. Is 9,1 e Lc 2,8-9).

Essa narrativa da infância de Jesus é um relato teológico da história que nos conduz para o ponto central, o anúncio da realização da salvação (cf. 2,11). O autor, além de enquadrar o nascimento de Jesus no contexto do mundo romano, descreve-o à luz do evento central de nossa fé, o mistério pascal. De fato, há vários pontos de afinidade entre o nascimento e a morte de Jesus (cf. Lc 2,7 e 23,53).

O autor, nos vv. 9-10, utiliza elementos típicos das teofanias. A expressão “a glória do



Senhor os envolveu de luz” (v. 9) indica que é o próprio Deus que se comunica (cf. Ex 40,34) por meio do símbolo da luz e da mediação de um anjo. A glória de Deus (isto é, o próprio Deus) aparece numa nuvem (cf. Ex 16,10) ou na coluna de fogo (cf. Ex 13,21), sempre de forma luminosa, com a finalidade de proteger ou guiar o povo eleito.

O v. 10 confirma que é uma manifestação divina por meio da expressão “não tenhais medo” (cf. 1,13.39). A alegria é tema característico de Lucas e da era messiânica, é fruto da intervenção salvífica de Deus na história e do cumprimento da esperança messiânica pelo surgimento de um novo rei davídico, aspectos presentes neste anúncio de Lc 2,11-14. Assim, aos pastores é comunicado o anúncio do nascimento e da identidade de Jesus em forma de revelação divina.

A palavra “hoje” (v. 11) é plena de significado (cf. 4,21; 19,9; 23,43) e indica o início da era messiânica, tempo que foi esperado e preparado. “Hoje” é o dia da intervenção última de Deus. A indicação da “cidade de Davi” confirma o sentido messiânico desse evento, e “Salvador” é a função principal do Messias (cf. Lc 1,47).

O v. 11 segue o estilo da proclamação de nascimento ou de entronização de reis, príncipes ou imperadores, dirigida aos nobres da sociedade na cultura helênica. O autor utiliza esse estilo com a finalidade de proclamar o nascimento de Jesus, condensando nos títulos “Cristo Senhor” a confissão de fé cristã e a sua intenção teológica de não separar a realidade messiânica de Jesus da ressurreição (cf. At 2,36). Não se dirige, porém, aos nobres, e sim aos pobres (aos pastores). Para Lc, a pobreza é o lugar da revelação da realeza divina, da potência de Deus, do Messias e Senhor, do Salvador.

O v. 12 nos indica que a salvação nasce onde menos se espera, e percebe-se a harmonia entre o sinal dado aos pastores para ir adorar o Salvador e a manifestação jubilosa

dos anjos diante da identidade daquele menino envolvido em faixas e deitado numa manjedoura; ou seja, ele é a manifestação da glória de Deus e traz gratuitamente a paz ao mundo (I leitura).

O hino no v. 14 estabelece relação entre glória e paz, Deus e os homens, céu e terra. O fio condutor desses elementos é o nascimento de Jesus. Assim, a glória de Deus, sua potência salvífica, revela-se no menino que estabelece a paz na terra, ou seja, é ele quem traz a salvação do tempo messiânico (cf. Is 9,5.6). Desse modo, a paz expressa todo o conteúdo da salvação, que consiste na comunhão com Deus e com o outro.

A expressão “aos homens por Ele amados” põe o acento não na disposição humana (como o faz a tradução “aos homens de boa vontade”), mas no comportamento de Deus. Desse modo, todos são chamados a experimentar a gratuidade de Deus, sua benevolência, seu amor infinito que se revela na fragilidade do menino Deus: o Messias Jesus, nosso Salvador.

3. II leitura: Tt 2,11-14

Essa carta é considerada tritopaulina, também chamada de carta pastoral; é atribuída a Paulo, mas provavelmente não foi escrita por ele.

No v. 11, o autor afirma que a manifestação da graça de Deus (evangelho) se deu na obra salvífica realizada por Jesus Cristo (v. 14). Essa graça tem três características: provém de Deus, é salvífica e universal. Sua pedagogia apresenta duplo aspecto: o negativo, por sugerir a renúncia às paixões mundanas, e o positivo, traduzido em novo estilo de vida. Esse convite à conversão está fundamentado na autodoação do Messias Jesus (cf. Is 53,12) por fidelidade ao projeto do Pai, libertando-nos do mal, consagrando-nos totalmente a Deus e constituindo-nos seu povo (v. 14; cf. Ex 19,5). A expressão “o nosso grande Deus e Salvador” nos remete à experiência do êxodo, quando Deus resgatou o seu povo da



escravidão e estabeleceu com ele uma aliança (cf. Ex 6,2-8.15). Com Jesus, o cristão também é resgatado do mal, é purificado, libertado, consagrado, e é estabelecida nova aliança, marcada pela gratuidade de Deus. Desse modo, o cristão é convocado a um processo de conversão, que consiste em ser libertado da escravidão do pecado e viver a graça, cultivando os valores da sabedoria, da piedade, da justiça, na espera da vinda definitiva de Jesus no fim dos tempos.

Abandonar a impiedade consiste em rejeitar toda espécie de idolatria, definida como a atitude de substituir o verdadeiro Deus revelado em Jesus Cristo por pessoas ou coisas (dinheiro, poder, *status*, projeção social). As paixões mundanas se expressam na injustiça, no egocentrismo, na ganância, no orgulho, ou seja, em tudo aquilo que nos faz perder o equilíbrio e deixar de viver de forma sábia e justa. Assim sendo, o cristão é convidado a viver a ética cristã, baseada na pobreza, no esvaziamento (evangelho), tornando visível, por meio de sua vida, a manifestação da graça de Deus.

III. Pistas para reflexão

Na noite de Natal, acende-se a luz no interior de uma gruta, numa manjedoura. A luz da manifestação de Deus num menino, que irradia seu esplendor por toda a terra. Acende-se também em nós a luz da esperança e da vontade de recomeçar. Apesar da fadiga, das forças diminuídas, da alma estressada, somos revigorados com a madrugada do Natal, com o encanto de um Deus que desce para nos libertar. Desse modo, a contemplação do nascimento de Jesus nos impulsiona a perceber a profundidade do mistério da encarnação e o sentido da existência humana. Na pobreza, na humildade da gruta de Belém, somos convidados a contemplar o dom do amor de Deus, que se revela numa criança.

A profecia de Isaías anuncia o triunfo da paz e da justiça numa realidade marcada pela opressão, pelo caos, pela morte. É anúncio de

nova criação e da libertação proporcionada por um Messias enviado por Deus, que governará com sabedoria e fará reinar a paz (I leitura). A narrativa segundo Lucas, ao reler as profecias do AT, diz-nos que o Salvador, o Senhor, o Messias, é Jesus. Ela também nos surpreende ao narrar o nascimento do Filho de Deus, Senhor de toda a terra, o descendente de Davi, numa pobre gruta em Belém, revelando-o a nós na fragilidade de um menino. Os pastores são os primeiros a receber a mensagem da salvação e a ouvir o canto dos anjos, que proclamam a paz a todo aquele que crê que a glória, a realeza e a potência divinas se manifestam no Menino Deus envolto em faixas e deitado numa manjedoura (evangelho). O trecho da carta a Tito nos recorda a identidade desse menino: ele é o crucificado e ressuscitado, que nos concedeu a salvação gratuitamente e nos convida a ser fiéis ao projeto de Deus, rejeitando toda espécie de idolatria, injustiça, egoísmo e orgulho e vivendo eticamente, a fim de manifestar com nossa vida a salvação realizada por Deus em nós e entre nós. Para que o Natal não seja somente uma noite ou um dia durante o ano, pensemos que a “glória de Deus nas alturas” consiste em sermos mais humanos, pessoas dignas e felizes em todos os momentos de nossa vida, porque acreditamos que Jesus é o Messias, o nosso Salvador.

Natal do Senhor – Missa do dia
25 de dezembro

I. Introdução geral

O Natal nos convida a contemplar, na fragilidade de uma criança, a plena revelação do amor de Deus (evangelho), do Salvador prometido pelos profetas (I leitura). De fato, as leituras deste dia nos conduzem a reconhecer Jesus Cristo como a Palavra encarnada (evangelho), o ápice da criação e da história (II leitura), a responder a essa revelação por meio de nossa adesão e a ser testemunhas deste Deus que habita entre nós.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Is 52,7-10

Nos vv. 7-8, há um elogio dirigido ao mensageiro que leva a boa-nova a Sião. A imagem da sentinela (v. 8), geralmente, caracteriza a missão profética (cf. Jr 6,17; Os 5,8; 6,5; Hab 2,1; Ez 13,5; 33,1-9).

No v. 7, predominam verbos de comunicação, tendo como tema central o anúncio a Jerusalém de sua libertação e o resgate de seu esplendor, visto que é o lugar da morada de Deus. Os verbos “proclamar” e “evangelizar” são usados para indicar um anúncio público de algo novo ou que acontecerá (cf. Is 40-48). O verbo “dizer”, no Segundo Isaías (Is 40-55), é empregado para introduzir um conteúdo positivo, como no v. 7, ao proclamar a realeza de Deus (cf. Is 40,9; 44,26; 41,13; 51,16; 62,11). Esses verbos são utilizados para o anúncio de um evento acontecido no passado, em lugar diverso daquele no qual está sendo anunciado, e que tem repercussão junto aos interlocutores. De modo geral, são notícias positivas, e, no sentido teológico, seu conteúdo é a vitória do Senhor e o advento da salvação. O verbo “anunciar”, mormente, tem como sujeito um mensageiro enviado por Deus (cf. Is 41,27). Essa missão tem um caráter universal. Tal anúncio é como um sacrifício de ação de graças, que consiste na proclamação da ação salvífica, sob a forma de agradecimento, restrita a uma assembleia cultural.

Os termos traduzidos por “bem” e “paz” podem ser entendidos como consequência do evento histórico salvífico – o retorno dos exilados – no qual o povo é liberto de seus adversários (cf. Na 2,1). A paz também tem o significado de bem-estar e segurança nas dimensões política e econômica (cf. Gn 26,29; Dt 23,7; Esd 9,12; Jr 8,15).

A salvação, no v. 7, assume o significado de administração da justiça (cf. Is

60,16; 63,5.8.9) na defesa do povo (cf. Is 41,14; 44,6; 49,7; 63,8; 61,8-10).

Assim, há o convite a anunciar a salvação, isto é, as manifestações da potência divina, por intervenção de ações concretas, realizadas na criação e na história de Israel.

As nações (v. 10) podem ser entendidas como os responsáveis pelo povo (os soberanos das nações) e pelos tribunais (os juízes). O convite a reconhecer o poder de Deus e celebrar sua soberania, portanto, é direcionado a todos, não só ao povo de Israel.

A mensagem a ser transmitida (“teu Deus reina”) é uma espécie de profissão de fé. Além do monoteísmo, essa expressão reafirma a realeza de Deus explicitada nas manifestações salvíficas e tem como consequência o restabelecimento ético, por meio dos termos “paz” e “bem”, trazendo a estabilidade, o bem-estar e o controle das forças cósmicas hostis a fim de manter a ordem que, não obstante tenha sido instaurada nos inícios, se encontra em processo de contínua restauração.

O exultar de alegria (v. 8), provavelmente, tem como motivo a vitória de Deus, o seu julgar com retidão (cf. Sl 51,16; 67,5; 145,7; Dt 32,43), e a alegria pelo cumprimento das promessas monárquicas à comunidade dos pobres (cf. Sl 132,9.16). Esse convite certifica a realização da redenção prometida pelo Deus de Israel, a qual todos poderão contemplar (v. 10), e revela os efeitos da inauguração do Reino de Deus (v. 7; cf. Sl 72).

O louvor hínico, explícito no v. 9, tem como motivação o ser consolado e resgatado. Após a mudança da condição de Jerusalém, o v. 10 abre um horizonte universal, no qual o Senhor mostra a salvação para todas as nações.

A expressão o “braço do Senhor” (v. 10) retrata seu poder como autor da salvação (cf. Is 51,9-11). Percebe-se que a santidade de Deus consiste em se voltar para a humanidade de múltiplas maneiras, a fim de libertá-la, salvá-la e conduzi-la (vv. 9-10).



A presença divina plenifica Jerusalém (v. 10) e a torna lugar por excelência da revelação teofânica da santidade a todas as nações. De fato, todos os povos são chamados a contemplar a revelação do mistério e da santidade do Deus único e Senhor, que comunica seu mistério na história do povo de Israel.

A experiência da santidade está vinculada à ação de resgatar o povo (v. 9) e de reconhecer a realeza divina (v. 7). O conteúdo da consolação e da redenção é histórico e político, marcado pela reconstrução da cidade e pela mudança política e religiosa.

2. Evangelho: Jo 1,1-18

O prólogo do Evangelho segundo João (Jo) se assemelha a um hino e, ao mesmo tempo, é uma síntese introdutória, ao condensar vários elementos teológicos que serão desenvolvidos no decorrer do evangelho. As várias menções ao AT permitem articular várias tradições teológicas, como a da criação, a do êxodo, a teologia da presença, a sapiencial e a da aliança. Os vv. 1-18 podem ser estruturados em três partes: a origem da Palavra divina (vv. 1-5), seu destino (vv. 6-13) e a encarnação e sua acolhida pela comunidade (vv. 14-18).

O Evangelho segundo João, diferentemente dos evangelhos sinóticos (Mt, Mc e Lc), não se inicia com as atividades de Jesus ou com as narrativas de sua infância, mas nos remete a Gn 1,1, o relato da criação (v. 1), afirmando a força criadora da Palavra, que dá vida. O v. 1 também nos remete ao texto de Pr 8,22-36 (cf. também Eclo 24,3 e Is 55), a Sabedoria criadora. Desse modo, a Palavra existia antes da criação e participava da criação do mundo, sendo mediadora da criação (v. 3). Essa Palavra geradora (que dá a vida e é a vida) é também luz que ilumina nossos passos para a vida, dissipando as trevas (cf. 12,35), pois Jesus é a luz do mundo (cf. 8,12; 9,5), a luz que ilumina todos (v. 5). Desse modo, a luz e a vida são dons da

salvação, por se contraporem às trevas. Esses pontos de contato, provavelmente, têm a intenção de apresentar Jesus como a Sabedoria criadora de Deus, que gera vida (vv. 3-4), mas também, progressivamente, apresentar a vinda da Palavra divina, que se encarna e entra na história.

Nos vv. 6-13, num estilo mais narrativo, o autor evoca a figura de João (vv. 6-8), precursor e testemunha da luz; ele não é a luz, ou seja, não é o Messias. Ser testemunha, em Jo, equivale a suscitar a fé em Jesus. Essa luz testemunhada provoca nas pessoas uma tomada de posição. Assim, ela pode ser tanto rejeitada (vv. 9-11) como acolhida (vv. 12-13). Todos aqueles que acolhem a luz, ou seja, acreditam na luz que é Jesus Cristo, são considerados filhos de Deus (vv. 12-13). Provavelmente, trata-se de uma alusão ao batismo, pois os batizados são aqueles que acreditam que Jesus é o Messias e seguem seus ensinamentos.

Essa Palavra geradora de vida, que existia junto de Deus, encarna-se em nossa história (v. 14); e, pela primeira vez, é afirmado que a Palavra é Jesus Cristo. O v. 14 se reveste de uma densidade teológica, sendo influenciado pela tradição do êxodo, quando apresenta a encarnação de Jesus em nosso meio (cf. Ex 40), para nos revelar o Pai e ser o ponto de encontro de Deus com a humanidade. Cristo Jesus é a manifestação da glória divina; ou seja, por meio de sua humanidade, manifesta-se a glória de Deus. Assim, o Filho de Deus preexistente (existente antes da criação) assume a condição humana ao se encarnar na história. O termo “carne” designa a totalidade da pessoa e também a humanidade em sua condição de fragilidade.

A expressão “e estabeleceu morada entre nós”, provavelmente, está relacionada às tradições do Antigo Testamento, sobretudo com a festa das Tendas (cf. Lv 23,34-36; Nm 12,5; 29,12-38; Dt 16,13-15; Esd 3,4; Zc 14-16), com o fato de armar a tenda como manifesta-



ção da glória de Deus (cf. Ex 25,8-9; 40,34-35; 1Rs 8,10-13; Ez 44,4) e com a tenda do encontro (cf. Ex 26,1s; 33,7-11.18; 2Sm 7,1-13; 1Rs 5,15-19; Nm 7,89). O “fazer morada” nos remete à presença de Deus, que acompanhava o povo no deserto, à morada da sabedoria (cf. Eclo 24,7-10), e pode também significar a presença definitiva de Deus (cf. Jl 4,17-18; Zc 2,14; Ez 3,37; Eclo 2,48).

A expressão “graça e verdade” ocorre na revelação de Deus a Moisés, quando este pede que Deus mostre a sua glória (cf. Ex 34,5-7). A palavra “graça” pode ser entendida no sentido de compadecer-se, aproximar-se de alguém com benevolência. Tais palavras também são utilizadas na liturgia do povo de Israel. A verdade não é um atributo abstrato, mas significa que Jesus é alguém fiel, no qual é possível confiar.

O termo “Palavra”, no v. 14, encerra em si todo o significado expresso nos versículos anteriores, a saber: o ser/estar dessa Palavra com o Pai na eternidade (vv. 1-2); sua participação na obra da criação (v. 3); sua importância para as pessoas e para seu destino (vv. 4-5). Palavra testemunhada por João Batista (vv. 6-8) com o objetivo de suscitar a fé em Jesus Cristo, que revela o Pai, é Criador, Senhor do universo, Salvador (vv. 9-12).

Por meio da encarnação do Filho, Deus torna possível à comunidade (“nós”) a contemplação da glória divina; isto é, a comunidade experimenta a manifestação da presença de Deus (cf. Ex 33,11.18). Assim, por meio da fragilidade (encarnação) e da extrema vulnerabilidade humana (morte), é manifestada a glória de Deus. A cruz, desse modo, é o lugar da revelação, do encontro entre Deus e a humanidade (cf. Jo 6,51; 11,51-52; 12,24; 18,14).

Portanto, no prólogo joanino, somos conduzidos a conhecer Jesus Cristo – encarnação da Palavra na história humana –, responder a esse anúncio por meio da nossa fé e ser também testemunhas deste Deus que se faz carne e habita em nós e entre nós.

3. II leitura: Hb 1,1-6

Os vv. 1-4 introduzem a chamada “carta aos Hebreus”, porém o conteúdo desse livro se assemelha a uma homilia litúrgica. O objetivo destes versículos é apresentar Jesus Cristo como o centro da história, como a definitiva Palavra reveladora de Deus, e o seu papel na ação salvífica. Em Cristo, as revelações e intervenções divinas descritas no AT são plenificadas. Ele é a expressão máxima da comunicação de Deus com a humanidade (v. 1).

No v. 2, o autor anuncia a identidade de Jesus, ou seja, aquele a quem Deus constituiu herdeiro universal e por meio de quem criou o universo. Esses elementos estão em harmonia com o texto do evangelho desta liturgia (Jo 1,1-18). A menção à herança nos remete ao AT e sintetiza as esperanças messiânicas (cf. Sl 2,8).

A estreita relação existente entre o Pai e o Filho é descrita no v. 3 por meio de metáforas retiradas do livro da Sabedoria (cf. Sb 7,26; 8,1). Jesus é o reflexo da glória do Pai, algo já acenado no comentário do evangelho, mas também participa da criação e a sustenta com sua Palavra. Além da relação de Jesus com a criação, o texto evoca o evento histórico salvífico de sua morte por meio da expressão “purificação dos pecados”. Assim, Cristo Jesus é o mediador entre Deus e a humanidade e elimina tudo aquilo que causa ruptura nas relações (os “pecados”). Outro aspecto mencionado é a entronização divina do Filho (v. 3). Por isso, ele é considerado superior aos outros seres celestes, por exemplo, os anjos. Para justificar essa afirmação, o autor insere várias provas escriturísticas nos vv. 5-6. As referências ao Sl 2,7 e a 2Sm 7,14 confirmam a diferença entre os seres celestes e Jesus: ele é superior porque é Filho, por isso tem uma comunhão especial com o Pai; reafirmam também a relação existente entre o messianismo de Jesus e a dinastia davídica. Desse modo, os anjos são convidados a render ao Filho a mesma honra devida a Deus, ou seja, a adorá-lo (v. 6).



III. Pistas para reflexão

O Natal para nós é mais que uma celebração. É o momento de deixar Cristo renascer dentro de nós. É a ocasião de acreditar no amor de Deus revelado em Jesus Cristo. É a oportunidade de contemplar um Deus que acredita no ser humano e, por isso, envia o seu Filho, que “se faz carne e habita entre nós”.

Como sugere a profecia de Isaías, possamos, neste dia, ser os anunciadores da paz e da salvação e proclamar em todos os cantos do mundo: o Reino de Deus está em nosso meio, e já resplandece a salvação (I leitura). De fato, é revelada sua presença e santidade a todas as nações no Filho de Deus, que se encarnou e habita em nós e em nossa história.

Hoje somos convidados a agradecer o dom de experimentar a ação salvífica de Deus, sua presença, sua Sabedoria manifestada em Jesus, sendo para nós luz e vida (evangelho). Ele que é a definitiva comunicação de Deus, o centro da história, a realização das promessas feitas aos patriarcas e proclamadas pelos profetas (II leitura).

A celebração do nascimento de Jesus também nos encoraja a reavivar nossa adesão a Cristo, nossa acolhida da luz, nossa condição de filhos de Deus e perceber a manifestação de sua bondade e os sinais de sua presença na história de nosso povo e, sobretudo, na fragilidade humana. Cristo é a razão de nossas esperanças, o mediador entre Deus e nós, aquele que todo o universo é chamado a adorar.

Sagrada Família: Jesus, Maria e José
30 de dezembro

I. Introdução geral

Nesta festa, cada família tem diante de si o ícone da Sagrada Família, e, a exemplo de Maria, conforme afirma o papa Francisco, “as famílias são exortadas a viver, com coragem e serenidade, os desafios familiares tristes e entusiasmantes e a guardar e medi-

tar no coração as maravilhas de Deus” (*Amoris Laetitia*, n. 30).

Nesta festa, somos chamados a refletir sobre o amor no relacionamento conjugal e familiar. Conforme a exortação *Amoris Laetitia*, o amor é a atitude que precisa permear esses relacionamentos, amor que se expressa no serviço, no perdão, no desprendimento, na ternura, na capacidade de alegrar-se com o outro, no confiar, no suportar os desafios, as fadigas, as tensões e os sofrimentos no dia a dia (II leitura). A I leitura também nos aponta o desafio de respeitar os pais e cuidar deles na velhice, última etapa de sua vida. Ressalta também a necessidade da humanização de nossa vida familiar e faz às famílias o apelo para que sejam solidárias às necessidades de outras famílias, que vivem em condições precárias.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura: Eclo 3,3-7.14-17a

A leitura é um comentário detalhado do quarto mandamento: “Honra teu pai e tua mãe” (cf. Ex 20,12; Dt 5,16). Percebe-se que há uma igualdade de tratamento tanto para o pai como para a mãe.

O autor recomenda aos filhos, tanto jovens como adultos, ter carinho e cuidado para com seus pais, pois é necessário honrá-los (vv. 3-6), respeitá-los (v. 7), não abandonar o pai (v. 15) e consolar a mãe (v. 7). O dom que os pais podem fazer pelos filhos é dar-lhes sua bênção (vv. 8-9), fonte de prosperidade e fecundidade. Entre as promessas feitas aos filhos pelo cuidado com os pais, é ressaltado o perdão dos pecados (vv. 4.16). As outras promessas são: acúmulo de tesouros (v. 5), alegria com relação aos filhos (v. 6), vida longa (v. 7), oração atendida (v. 6). Aqueles, porém, que abandonam seus pais são considerados blasfemadores e malditos (v. 18).

2. Evangelho: Lc 2,41-52

O autor, no v. 41, apresenta uma informação geográfica importante, por se tratar do



Evangelho segundo Lucas: o deslocamento da família de Jesus de Nazaré (ou da Galileia) para Jerusalém. Esse movimento perpassará todo esse evangelho e será a direção tomada por Jesus durante seu ministério público, até sua morte em Jerusalém.

A peregrinação anual a Jerusalém fazia parte dos costumes judaicos. A Lei prescrevia que cada judeu deveria peregrinar três vezes ao ano a Jerusalém para celebrar as grandes festas: da Páscoa, das Cabanas e das Semanas (Pentecostes). No entanto, aqueles que morassem longe (a distância de um dia) eram dispensados dessa lei. A família de Jesus peregrina a Jerusalém para ter a oportunidade de estar no Templo e cumprir algumas prescrições religiosas, pelo menos uma vez por ano, ainda que morasse distante, como nos informa o relato.

No judaísmo, o jovem, a partir dos 13 anos, adquiria a maturidade religiosa e tinha o direito de ler a Torá na sinagoga. Não temos, porém, dados para saber se realmente isso era realizado no tempo de Jesus, apesar de esse ritual nos ajudar a compreender a permanência de Jesus no Templo entre os mestres da Lei e a ver nele não somente alguém pleno de sabedoria, mas também aquele que revela a sabedoria do Pai. Jesus também é identificado como Mestre, como aquele que fala com autoridade (cf. Lc 4,32).

O evangelista não nos oferece nenhum detalhe sobre o que realmente ocorreu ou como foi possível não notar a ausência do filho na caravana de volta para Nazaré (vv. 43-45), dado que, provavelmente, a intenção do autor era realçar a preocupação dos pais ao perceberem a perda do filho.

Nos vv. 46-50, o narrador expõe a cena do encontro de Maria e José com Jesus e enfatiza a resposta deste diante da angústia dos pais. A indicação de tempo, após “três dias” (v. 46), é muitas vezes interpretada como uma alusão à morte e à ressurreição de Jesus, apesar de isso não ser uma característica de

Liturgia

Conheça mais para celebrar melhor

Pe. Luiz Miguel Duarte



Este livro é um ingresso ao vasto campo da liturgia. As pessoas poderão entrar nele e tomar conhecimento sobre o significado dos objetos, palavras e símbolos mais comuns utilizados nas celebrações litúrgicas.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Lc. No entanto, tal aspecto pode ser considerado quando se sublinham as afinidades existentes entre esse relato e as narrativas da paixão, morte e ressurreição de Jesus.

No diálogo, nos vv. 48b-50, Jesus apresenta sua identidade e missão, ao se revelar como Filho de Deus (cf. Lc 4,43) e ao expressar sua total disponibilidade à vontade do Pai. A cena do encontro de Maria com o filho é descrita de maneira simples, com um tom semelhante ao daquelas situações em que pais aflitos encontram os filhos supostamente perdidos, nas quais há uma mistura de preocupação, angústia, cuidado, “raiva”, como forma de desabafar o desespero que os sufocavam. Percebe-se, porém, que se trata de família que vive as exigências de sua vocação específica e, dialogando, tenta discernir a vontade de Deus diante dos acontecimentos cotidianos.

Apesar da incompreensão da atitude de Jesus, Maria não fica indiferente a esse mistério e o guarda no coração. Note-se que o Evangelho de Lucas permanece fiel à sua finalidade de revelar a verdadeira identidade de Jesus somente depois da ressurreição.

Os vv. 51-52 apresentam Jesus novamente submisso aos seus pais, vivendo conforme a Lei de Deus e cumprindo os mandamentos, sobretudo o de “honrar pai e mãe” (cf. Dt 5,16 e o texto da I leitura). Apesar do contraste com a cena precedente e da consciência de Jesus de sua filiação divina, estes versículos nos mostram que realmente o Filho de Deus assume a condição humana e o processo normal de crescimento. De fato, Lucas descreve Jesus adolescente, que progride em sua maturidade humana, física e espiritual. Também confirma o que é dito na I leitura, ou seja: aquele que é obediente aos pais e os trata com respeito receberá as bênçãos de Deus. O termo “graça” pode ser também traduzido por “amor”, “caridade”, ou bondade, que, conforme a II leitura, é o vínculo da perfeição.

3. II leitura: Cl 3,12-21

A carta aos Colossenses é chamada deuteropaulina, ou seja, é atribuída a Paulo, mas não foi escrita por ele. Provavelmente, tenha sido escrita por um discípulo ou um líder da comunidade de Colossas.

A passagem escolhida como II leitura de hoje tem o objetivo de delinear as atitudes fundamentais dos membros da comunidade cristã, sobretudo nas relações familiares. Essas exortações são alicerçadas na ação salvífica realizada por Jesus, que promove a criação de um mundo renovado, de uma nova humanidade. Por meio de nossa fé em Cristo, de nossa adesão a ele, tornamo-nos filhos de Deus (cf. Cl 2,12-15) e irmãos entre nós. Desse modo, somos exortados a viver o amor fraterno, a paz, e a ser assíduos à escuta da Palavra. Com a fidelidade a Cristo, o cristão vive uma existência nova que o habilita a descobrir, na história e na vida, a realização do projeto salvífico de Deus, o qual se identifica com sua vontade. Assim, é chamado a estabelecer novas relações, assumir nova mentalidade, novo estilo de vida. Esse novo estilo de vida é esboçado em Cl 3.

Os versículos escolhidos para a II leitura desta festa da Sagrada Família (vv. 12-21) destacam: recuperar a imagem de Deus, retomar sua relação com Jesus Cristo, resgatar a aliança com Deus (v. 12), restabelecer nova relação com o outro, vivendo em comunhão e em fraternidade (vv. 12-13). Essa mudança nos conduz à vivência da caridade e da sabedoria. A caridade é o vínculo da perfeição, pois nos conduz à perfeição. Esta é entendida no sentido de atingir a meta, chegar àquilo que desejamos e almejamos – a plenificação do nosso amor, vivendo profundamente em comunhão com Deus e com o outro. Podemos também entender essa expressão numa perspectiva pascal, ou seja, a caridade identifica-se com o amor salvífico revelado em Cristo.

A sabedoria, em Cl 3,16, é apresentada como a faculdade de compreender e de julgar



as situações e os acontecimentos. Em 2,18, agir com sabedoria é agir moralmente. De fato, o texto sugere ser necessário orientar as decisões para nossa opção fundamental: Jesus Cristo. Essa opção, marcada pela caridade e pela sabedoria, transforma o nosso modo de pensar e de agir e contribui para melhor discernirmos a vontade divina em todas as circunstâncias, sendo este o verdadeiro culto a Deus. Nesse contexto, são inseridos os preceitos particulares e domésticos, influenciados pelo ambiente cultural greco-romano, mas também com várias características do modelo judeu-helenista. A novidade dessas normas está em fundamentá-las na experiência cristã, na experiência profunda com Jesus Cristo.

A primeira regra doméstica é dirigida às esposas, chamadas a ser “solícitas” com seus maridos, ou seja, cuidar deles, cultivando um relacionamento de respeito, carinho, ternura, delicadeza, marcado pelo diálogo, pelo perdão, pelo compartilhamento de momentos de alegria e de tristeza. “Submeter-se” também pode ser interpretado como renunciar a determinadas atitudes para a edificação da família, trilhar o caminho do amor com suas exigências e enfrentar as fragilidades. De fato, todo relacionamento, sendo algo construído constantemente, está sujeito às vicissitudes do dia a dia: problemas econômicos, instabilidade, experiências dolorosas, conflitos, alegrias, sonhos, esperanças. A relação conjugal exige a renúncia à idealização do outro e também a acolhida de seus limites e de sua originalidade. Isso supõe compreensão, aceitação mútua, paciência. Ser solícito é *compreender que o amor é um dom*, o qual consiste em aprender a promover a vida do outro. “Submeter-se” é renunciar aos muitos desejos egoístas para estabelecer fortes e profundos *laços de comunicação interpessoal*. Tudo isso exige ampliação de espírito, treinamento, capacidade de amar. Submeter-se no amor é suportar o outro, carregando a sua fragilidade,

Arquitetura do Apostolado Litúrgico

Rua Conselheiro Crispiniano, 105, sala 42 | Centro | São Paulo/SP

O setor de Arquitetura do Apostolado Litúrgico elabora projetos arquitetônicos de construção, reforma, interiores e vitrais, bem como no desenho e execução de painéis artísticos. Pelo trabalho realizado, procura-se a materialização do Mistério celebrado e, ao mesmo tempo, atendem-se as necessidades funcionais da liturgia, manifestando a beleza intrínseca às coisas de Deus.



Imagens meramente ilustrativas.

APOSTOLADOLITURGICO.COM.BR

arquitetura@apostoladoliturgico.com.br

Tel.: (11) 3120.3264



sendo solidário na sua dor e, sobretudo, alegrando-se com suas pequenas vitórias. É suportar também os desafios apresentados no dia a dia. “Submeter-se”, neste texto, não pode ser interpretado como uma submissão sexual ou de si mesma ao marido, pois, se fosse essa a intenção, o autor não exortaria os maridos a amar as esposas como Deus ama o seu povo, ou seja, a amá-las tendo como fundamento o amor gratuito de Deus, manifestado em Cristo, que exclui qualquer tipo de submissão (cf. 1Cor 13,1-13).

Neste texto, os maridos são exortados a expressar seu amor para com as esposas, pois é importante para elas ouvir que são amadas, valorizadas, reconhecidas por aquilo que são. Expressar também por meio de gestos de ternura, de compreensão, de aconchego, de proteção, de solidariedade, de serviço, saindo de si mesmo para acolher o outro. De fato, amar supõe a capacidade de renunciar ao poder de submeter o outro, de tomar posse do outro, renunciar à satisfação pessoal à custa do outro e pôr o bem da esposa à frente do próprio. É experimentar a grandeza de doar-se sem calcular, é estar a serviço, num desprendimento de si mesmo.

Os pais também são convidados a não irritar os filhos, ou seja, a animá-los nos seus

empreendimentos, a consolá-los nos seus erros e fracassos, a orientá-los em suas decisões, a ter paciência com o seu processo.

III. Pistas para reflexão

A Sagrada Família, que se desloca para Jerusalém, convida-nos a percorrer caminhos novos, a escutar a Palavra de Deus e sua vontade. A escuta da Palavra nos faz romper com nossa mentalidade fechada, nossos esquemas preestabelecidos, nossas convicções absolutas, nosso modo fechado de viver, e nos insere na aventura de buscar novos horizontes e acolher essas realidades em nosso coração, como fez Maria.

Os textos bíblicos escolhidos para esta festa da Sagrada Família também nos apontam grandes desafios, a saber: a humanização de nossas relações familiares, a sensibilidade para com os pais (I leitura), o discernimento nas situações difíceis (evangelho), o acolhimento das diferentes etapas dos membros de nossas famílias, o amor mútuo nas relações conjugais (II leitura). Inspirando-se na Família de Nazaré, nossas famílias são chamadas a gerar vida, alimentar e sustentar os laços humanos e promover a solidariedade, tornando o ambiente familiar num lugar onde prevaleça a paz, o amor, a fraternidade, o respeito. ●



232 págs.

Sacramentário

Sagrada Congregação para o Culto Divino

A obra apresenta os vários ritos dos sacramentos e sacramentais, congregando as celebrações mais usadas pelos sacerdotes em sua atuação pastoral, como batismo, penitência, matrimônio, unção dos enfermos e exéquias. Foi elaborado para pastores que percorrem enormes distâncias para ir ao encontro das comunidades eclesiais.

Imagens meramente ilustrativas.